



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 12

I Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 20 de fevereiro de 2013

Presidente: *Deputado Ricardo Cabral (substituído no decorrer da sessão pela Sra. Presidente da ALRAA)*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 11 minutos.

Feita a chamada às Sras. e aos Srs. Deputados/as, iniciou-se a Agenda da reunião com a **Interpeção ao Governo Regional sobre "A defesa e sustentabilidade do Serviço Regional de Saúde"** – apresentada pela Representação Parlamentar do BE.

Participaram no debate a Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*), os Srs. Deputados Luís Maurício (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*), Luís Silveira (*CDS-PP*), José San-Bento (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Ricardo Cabral (*PS*), Artur Lima (*CDS-PP*),

Rogério Veiros (*PS*), Domingos Cunha (*PS*), António Pedroso (*PS*), bem como o Sr. Secretário Regional da Saúde (*Luís Mendes Cabral*).

De seguida, passou-se à discussão do [Projeto de Resolução n.º 10/X](#) - **recomenda ao Governo Regional que encomende à Universidade dos Açores a realização de um estudo técnico-científico aprofundado sobre os reais impactos do fim do regime das quotas leiteiras nos Açores** - apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP.

Após a intervenção do Sr. Deputado Artur Lima, usaram da palavra os Srs. Deputados Renato Cordeiro (*PSD*), Nuno Melo Alves (*CDS-PP*), a Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*), os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Duarte Moreira (*PS*), Luís Silveira (*CDS-PP*) e António Ventura (*PSD*), bem como o Sr. Secretário Regional dos Recursos Naturais (*Luís Viveiros*) e o Sr. Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*).

Após a votação do projeto de resolução, que foi rejeitado por maioria, passou-se ao ponto seguinte: [Petição n.º 3/2012](#) - **por um justo concurso de professores** – apresentada por Maria Raquel Vasconcelos Macedo Paz, na qualidade de primeira subscritora.

A apresentação do relatório esteve a cargo da Sra. Relatora da Comissão de Assuntos Sociais, a Sra. Deputada Renata Correia Botelho (*PS*).

Intervieram no debate as Sras. Deputadas Judite Parreira (*PSD*), Zuraida Soares (*BE*) e Catarina Moniz Furtado (*PS*), os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 12 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados.

(Eram 10 horas e 11 minutos)

A Sra. Presidente deu-me a informação de que vai chegar dentro de meia hora e, para não atrasar os trabalhos, pediu-me para dar início à sessão. Contudo,

daqui a pouco tempo o avião está a chegar ao aeroporto da Horta, e, dentro de meia hora, ela estará aqui a conduzir os trabalhos.

Agradecia que o Sr. Secretário fizesse o favor de proceder à chamada.

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

André Cláudio Gambão Rodrigues

Arlinda Maria Focha Nunes

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco Messias

Carlos Alberto Medeiros Mendonça

Catarina Paula Moniz Furtado

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Duarte Manuel Braga Moreira

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Iasalde Fraga Nunes

Isabel Maria Duarte de Almeida Rodrigues

José Manuel Gregório de Ávila

José António Vieira da Silva Contente

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

Lara Fernandes Martinho

Lizuarte Manuel Machado

Lúcio Manuel da Silva Rodrigues

Luís Carlos Martins Maciel

Manuel Alberto da Silva Pereira

Maria da Graça Oliveira Silva

Marta Cristina Moniz do Couto

Miguel António Moniz Costa

Paulo Alexandre Vieira Borges

Pedro Miguel Medeiros de **Moura**

Renata Correia **Botelho**

Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**

Rogério Paulo Lopes Soares **Veiros**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Lima Cardoso **Ventura**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

Berta Maria Correia de Almeida de Melo **Cabral**

Cláudio Borges **Almeida**

Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

Humberto Trindade Borges de **Melo**

João Luís **Bruto** da Costa Machado da **Costa**

Jorge Alberto da **Costa Pereira**

José Maria de Medeiros de **Andrade**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís **Maurício** Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Maria **Judite** Gomes **Parreira**

Renato Jonas de Sousa Linhares **Cordeiro**

Valdemiro Adolfo dos Santos **Vasconcelos**

Partido Popular (CDS/PP)

Luís Virgílio de Sousa da **Silveira**

Nuno Alberto Lopes **Melo Alves**

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição Pires

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Estão presentes 49 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Está aberta a sessão.

Pode entrar o público.

Como ficou decidido na Conferência de Líderes, hoje vamos começar pela **Interpelação ao Governo Regional sobre "a defesa e sustentabilidade do Serviço Regional de Saúde" – apresentada pela Representação Parlamentar do BE.**

Sra. Deputada Zuraida Soares, faça favor.

Deputada Zuraida Soares (BE): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apresenta-se o Governo Regional, no início desta legislatura, com a declaração de que quer ‘vida nova’, na política de saúde para a Região.

A esta declaração, só por si, nada temos a opor.

Mas, o mesmo já não acontece, quando o Senhor Secretário Regional da Saúde, numa tentativa de branqueamento do passado, afirma que nada tem a ver com ele, pelo que quer apenas falar de futuro.

E é, precisamente, esta a principal razão desta interpelação.

A dívida construída pelos sucessivos governos do Partido Socialista, na Região e só por estes – uma vez que, na governação de António Guterres, a dívida do Serviço Regional de Saúde ficou a zero –, não é passado mas, pelo contrário, é futuro, pois ela vai-nos acompanhar por muitos e muitos anos.

Por outro lado, as declarações do Senhor Secretário Regional, veiculadas na comunicação social, a 2 do corrente mês, e cito, “Devem ser os Açorianos a decidir de que forma é que se deve sustentar o Serviço Regional de Saúde e

como gerir a dívida da Região, neste setor” levantam-nos fundadas dúvidas e não auguram nada de bom.

De facto, estas declarações são miméticas das proferidas por Passos Coelho, no que respeita à intenção de cortes no Estado Social (já de si exíguo) que existe no nosso País, cortes estes que, pelo menos retoricamente, têm merecido a oposição do Partido Socialista. Umas e outras resumem-se assim: os cidadãos terão o Estado Social ou, neste caso, o Serviço Regional de Saúde que estiverem dispostos a pagar.

Se não repare, Senhor Secretário Regional da Saúde: já na sua governação, o principal hospital da Região esteve, praticamente, uma semana, sem bloco operatório. Resultado? Instaure-se um inquérito, descubram-se culpados, porque o principal responsável pela área da Saúde, na Região, não sabia de nada. Uma situação de tão grande gravidade, com consequências dolorosas para dezenas de pessoas, aparentemente, apanhou de surpresa a tutela. Como é isto possível?

A seguir, no meio da trapalhada das deslocações de especialistas às ilhas sem Hospitais - ou da proibição das mesmas -, no mesmo dia em que o Senhor Secretário Regional afirma que nada disso é verdade, a nossa televisão mostra a deslocação de várias pessoas de uma ilha para outra com Hospital, para consultas de especialidade. Confrontado com esta evidência, a única resposta é culpar os serviços.

E lá voltamos nós ao mesmo: mas não é o Senhor Secretário Regional da Saúde o responsável máximo por estes mesmos serviços?

A seguir, questionado sobre o aumento exponencial das listas de espera (através de números fornecidos pelos serviços que o Senhor tutela), mesmo depois de injeções de milhões de euros para as diminuir, a única coisa que o responsável pela Saúde, na Região, tem a dizer é que os critérios que subjazem à elaboração destas mesmas listas estão errados. E, mais uma vez, a pergunta que se impõe só pode ser esta: mas não é Vossa Excelência o responsável máximo por estes critérios?

Não queremos acreditar que a história se venha a repetir e que aqui, nos Açores, tal como em Évora, há uns atrás, após a tragédia ter batido à porta de dezoito doentes, se tenha apurado que o único responsável era...o electricista do hospital.

É por todas estas razões (entre outras) que o Bloco de Esquerda tem motivos acrescidos para prever o pior.

E o pior é que, de facto, não estejamos a ponderar propostas de racionalização de meios e de custos mas, coisa bem diferente, de racionamento do direito à saúde dos/as Açorianas/as.

É que nós ainda não esquecemos que, há três anos atrás, a verdadeira prova da governação de esquerda, na Região, era a inexistência de taxas moderadoras,...

Deputado José San-Bento (PS): Oh, sim!

A Oradora: ... medida positiva que se transformou na bandeira do Partido Socialista/Açores, nesta Casa e em toda a comunicação social. Mas a bandeira acabou por cair sem que, até hoje, se tenha percebido, exatamente, porquê. Inevitável é perguntar: caiu a bandeira ou colapsou a esquerda?

Presentemente e seguindo o guião elaborado para o efeito, o Governo Regional chegou ao fim do processo de auscultação de partidos políticos e parceiros sociais, para a área da Saúde. De acordo com o Senhor Secretário Regional, inicia-se agora um período de reclusão, após o qual surgirá o ovo de Colombo para este setor.

Ora como, na reclusão, estará, inevitavelmente, incontactável (pelo menos, para estas matérias), serve também esta interpelação para permitir que esta Assembleia partilhe e debata as diversas (e, quiçá, opostas) propostas que estão em cima da mesa e, tão ou mais importante do que isto, para que os/as Açorianos/as compreendam o que está, verdadeiramente, em causa, antes de serem confrontados com factos consumados, como já aconteceu noutras áreas e, suspeitamos, voltará a acontecer.

Na nossa opinião, uma nova política de Saúde, na Região, não pode limitar-se a fazer remendos, num barco prestes a afundar-se. Pelo contrário, para ser a sério, terá que ser o resultado de um processo amplamente participado (e, até,

contraditado) por todos os protagonistas e agentes do setor, livre dos vícios, dos interesses e das contradições do passado e, sobretudo, perspetivado para racionalizar (e não racionar) um Sistema Regional de Saúde, universal e gratuito, em nome dos seus utentes.

E se é para ser, de facto, a sério, nada melhor do que começar já a trabalhar, no sentido de elaborar e implementar, a partir do próximo ano, um Orçamento de Base Zero, para a Saúde. Se é a sério, este é o momento de identificar as necessidades reais e, a partir delas, equacionar os meios humanos e físicos indispensáveis, bem como a adequada orçamentação.

Tudo isto feito através de um processo que envolva a tutela, os seus diversos departamentos, os diferentes profissionais de saúde, as administrações, as populações e suas contingências, numa palavra, as pessoas. Para nós, Bloco de Esquerda, este é o caminho, na procura da excelência, isto é, um sistema construído por todos, assumido por todos e ao serviço de todos.

Neste processo, os cuidados de saúde primários, a medicina de proximidade, em nossa opinião, teria que ser a joia da coroa.

Mas para isso não bastam as expectativas do Senhor Secretário Regional da Saúde, que tem esperança que a formação de novos médicos – em excesso, na sua opinião – acabe por (sabe-se lá quando) os obrigar a vir para os Açores, como uma inevitabilidade (mais uma) e não como resultado de uma opção.

Como se os milagres acontecessem, por serem desejados. Como se este objetivo dispensasse políticas ativas, criativas e calendarizadas de recrutamento, para colmatar o enorme défice com que as nossas populações, ano após ano, se confrontam.

E, a este propósito, porque não pensar em implementar, na Região, as Unidades de Saúde Familiar que, na República, conquistaram um alargado consenso político e técnico? Há quem diga que, nos Açores, isto é impossível, porque um sistema assim fugiria, perigosamente, ao controle político. Será verdade?

O certo é que os profissionais de saúde se queixam – e, a nosso ver, com razão – de que são, reiteradamente, excluídos dos processos de decisão. Está o Senhor Secretário disponível para inverter esta prática?

Além de tudo isto, um Orçamento de Base Zero seria um poderoso instrumento para acabar com a constante suborçamentação da Saúde, muito responsável, aliás, pela dívida com que hoje nos confrontamos. Dívida construída por sucessivas e teimosas más práticas, da responsabilidade do Partido Socialista, o qual, para a esconder, deitou mão a instrumentos de endividamento engenhosos. E aí temos os Hospitais-Empresa e a Saudaçor, que mais não são do que, por um lado, puzzles de uma engenharia financeira e, por outro, garantias de clientelismo político.

Mas, tal como o azeite, a verdade vem sempre ao de cima, por mais escandalosa que seja.

Chegámos ao luxo de ter 14 administradores hospitalares,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Só!

Deputado José San-Bento (PS): É a chamada socialização da inveja!

A Oradora: ... repartidos entre 3 hospitais e uma população de 247 mil habitantes. E isto ainda não é tudo, como todos/as bem sabemos.

Está o Senhor Secretário e o Governo Regional disponível para dar uma varredela nestes luxos e mudar toda a estrutura de direção dos hospitais regionais? E fazê-lo, não só para provar que são luxos inadmissíveis mas, sobretudo, para criar economia de escala e interação entre eles, mais-valias que só podem concorrer em benefício dos utentes? Desde logo, pondo fim a uma situação que o Senhor Secretário Regional denuncia - e bem -, que é a deslocação de doentes para o continente, a fim de fazerem cirurgias que poderíamos fazer cá, com toda a penalização que isso acarreta para o doente e respetiva família.

Mas, o Orçamento de Base Zero poderia, também, ser um útil instrumento (se a ele se juntasse vontade política) para combater os interesses instalados, as derrapagens orçamentais, os contratos não cumpridos mas pagos, à cabeça, a preços de ouro, ou seja, situações aberrantes mas demasiado frequentes na governação socialista. Umhas vezes são erros de projeto, outras, súbitas alterações de políticas, outras, propostas feitas à última da hora, outras ainda, foi o terreno que, inesperadamente, alterou a sua estrutura ou, então, foi a

população que rejeitou uma obra absurda. Salvam-se, às vezes, as situações que o Tribunal de Contas declara, explícita e implicitamente, como escandalosas de mais para serem possíveis.

Seja como for, o resultado é sempre o mesmo: alguém fica com mais dinheiro, mas os cofres públicos, isto é, o dinheiro de todos/as nós vão, paulatinamente, mingando. Sendo quase certo que não há obra pública em que isto não aconteça, nem a área da Saúde está a salvo deste saque. Do sistema de informatização à tão apregoada, quanto incipiente, telemedicina, o abuso mantém-se.

Deputado Berto Messias (PS): Demagogia!

A Oradora: E, contudo, é unanimemente reconhecido que estes dois sistemas, per si ou conjugados, racionalizam meios, servem melhor os utentes e poupam muito dinheiro. Não funcionam só por uma questão de azar? Está o Senhor Secretário Regional da Saúde decidido a quebrar este enguiço da governação socialista?

Antes de terminar, devo colocar-lhe uma pergunta que, sem qualquer tipo de pretensão, se nos afigura útil, para a sua fase de reclusão.

Está o Senhor Secretário Regional empenhado em acabar com a promiscuidade entre o setor público e privado, construindo, progressivamente, um caminho que separe águas entre estes dois setores, trazendo racionalidade ao sistema, menos custos e uma transparência saudável à vida pública, começando, por exemplo, por pôr termo à negociata da radioterapia?

Na verdade, este é outro escândalo que, em boa hora, o Tribunal de Contas inviabilizou, na sua primeira versão de Parceria Público-Privada.

É que basta atentarmos no seguinte: - na Parceria Público-Privada, os custos de construção dos edifícios e a compra do equipamento correspondiam, em números redondos (e estamos a falar de milhões de euros), ao dobro dos apresentados, na versão mais recente.

Mas, nesta nova versão, ninguém se entende quanto aos dados, sobretudo, quanto ao número de tratamentos e todos/as sabemos que o grande negócio está exatamente aqui. Basta ver os milhões de euros que saem pelas janelas do Hospital Amadora-Sintra, em resultado dos tratamentos não contratualizados.

E cá está, mais uma vez, a engenharia financeira. O que não vai para a PPP, vai para uma PPP camuflada, classificada como Projeto de Interesse Regional, ou seja, a Região entra com o dinheiro e o resto logo se vê.

Até pode ser que a história não seja esta, na sua totalidade, mas Senhor Secretário, lá que parece, parece.

Tratando-se do único serviço, desta natureza e nos tempos mais próximos, existente na Região, atendendo a todas as condicionantes que o enquadram, não seria aconselhável pôr um ponto final nesta triste história e assumir o Governo Regional, definitivamente, a concretização de tal projeto, uma vez que os reais valores envolvidos não são assim tão elevados?

E, já agora, a bem da transparência, poderá informar esta Câmara em quanto é que o Governo Regional vai subsidiar este projeto?

O Bloco de Esquerda espera - porque a esperança é a última a morrer - que estes contributos sirvam para reflexão, na sua reclusão e que o ovo de Colombo seja, de facto, racionalidade e não racionamento, o qual, no atual quadro social e económico, só penalizará ainda mais os/as Açorianos/as. Esperamos que a linha condutora da sua reflexão seja a proferida, por si, nesta Casa - 'o utente é o centro do Serviço Regional de Saúde' - e não aquela que sobressai da filosofia troikista de que os/as Açorianos/as terão o serviço de Saúde que pagarem e não aquele a que têm direito.

Em jeito de conclusão, o Bloco de Esquerda reafirma, uma vez mais, a sua inabalável convicção de que a Autonomia é um valor máximo a defender, tanto na Saúde, como em muitas outras áreas. E, por isso, não aceitará que sejam os senhores do Terreiro do Paço a virem tecer, a régua e esquadro, o nosso Serviço Regional de Saúde.

Disse.

Horta, 20 de fevereiro de 2013

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Passo a palavra ao Sr. Secretário Regional da Saúde para fazer a sua intervenção.

Secretário Regional da Saúde (*Luís Mendes Cabral*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros Membros do Governo:

“Esta interpelação apresentada pelo Bloco de Esquerda acontece num momento em que decorre uma reflexão alargada, com partidos políticos – inclusive o BE – e também com os parceiros sociais e forças vivas sobre esta temática.

Julgamos, portanto, extemporânea porque retira a necessária importância do debate já em curso, sobretudo se resvalar para interesses partidários ou para pretexto para aparecer na Comunicação Social, num assunto que já se percebeu, à partida, que é matéria sensível.

Mas, naturalmente, estaremos aqui disponíveis para explicar todas as questões que acharem por bem colocar. Fazemo-lo com toda a clareza, com toda a abertura e necessária transparência.

Gostaria, no entanto, de aproveitar esta oportunidade para sublinhar um ponto que me parece muito importante.

No debate gerado pelos partidos da oposição, aceso e fortemente mediatizado, a discussão sobre o Serviço Regional de Saúde tem acabado por reduzir-se a verbas, dívidas, números, e uma ideia generalizada de que nada bom está bom. Isto não é verdade.

Todos os dias, nos Hospitais e nas Unidades de Saúde dos Açores, centenas de médicos, enfermeiros, técnicos de diagnóstico, assistentes técnicos, assistentes operacionais e muitos outros profissionais trabalham dedicadamente, dando consultas, fazendo tratamentos, exames, cirurgias, curando e salvando pessoas.

Esse é o dia normal dos Hospitais e dos Centros de Saúde da Região. Tratar das pessoas com empenho e utilizando todos os conhecimentos científicos e meios que estão ao seu alcance.

E temos de dizer com muito orgulho que temos profissionais de grande qualidade, reconhecidos dentro e fora de portas, que tudo fazem para que sua ação seja eficaz e o seu trabalho seja consequente.

Prova disso, são as manifestações de muitos utentes e familiares, que agradecem, ora pessoal ora em termos públicos, a forma como foram tratados.

Vice-presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Muito bem!

O Orador: Naturalmente que não podemos ignorar que tem havido constrangimentos, que não acontecem só aqui, mas em todo o país e em todo o mundo, conforme os exemplos que qualquer cidadão atento pode comprovar pelas notícias.

Mas é também importante que se diga que muitos dos constrangimentos e das dificuldades financeiras resultaram de investimentos que foram necessários para própria evolução do setor nos Açores.

O dinheiro gasto no Sistema Regional de Saúde foi todo investido no setor em prol de uma melhor saúde para as Açorianas e para os Açorianos.

Deputada Catarina Moniz Furtado (*PS*): Muito bem!

O Orador: Aliás, o setor da saúde, mais do que os restantes setores sociais, está sujeito às pressões da inovação tecnológica, que proliferam que cada vez evoluem com maior e mais rapidez.

Estamos convictos que existem condições para ultrapassar esses constrangimentos e por aqui estamos.

Não se iludam. Não é atirando mais dinheiro para a saúde que se resolvem os problemas do setor. Naturalmente que é preciso um reforço orçamental, o que, de resto, já foi contemplado. Mas, sobretudo, são necessárias reestruturações do sistema que têm a ver com novos conceitos e novas formas de pensar a saúde. É, de resto, o que se está a fazer no país e em todo o mundo.

Há um novo paradigma na saúde. E é aí que entram os contributos que aguardamos dos partidos políticos e dos parceiros sociais.

Não precisamos de diagnósticos antigos, desgastados, desatualizados e já de todos conhecidos.

Precisamos de soluções criativas, inovadoras, atuais e condicentes com esses novos paradigmas.

Deputado Nuno Melo Alves (*CDS-PP*): Precisamos do Governo!

O Orador: É justo referir que já recebemos contributos muito válidos, que serão tidos, certamente, em consideração na preparação do plano que se

pretende apresentar publicamente para que possa ser discutido por todos.

No entanto, não estamos parados. Estamos a cumprir com alguns dos pontos do programa de Governo que não colidem com o esforço de concertação que pretendemos.

Já orientámos o trabalho da Direção Regional da Saúde, de modo a que se dedique sobretudo à produção de normas clínicas e técnicas, bem como ao acompanhamento clínico das unidades prestadoras de serviços de saúde.

Estamos também a monitorizar com maior regularidade a ação dentro dessas mesmas unidades.

Quero aproveitar esta oportunidade, e aqui, em local próprio, perante os representantes do povo Açoriano e não pelos meios de comunicação social, esclarecer que não foram proibidas as deslocações de médicos especialistas às ilhas sem hospital, medida que não teria qualquer sentido.

Apenas foi solicitado às Unidades de Saúde que enviassem à Direção Regional da Saúde as propostas devidamente fundamentadas, com a antecedência necessária, para que possam ser avaliadas.

Julgo que ninguém terá dúvidas sobre a necessidade de um maior rigor nas deslocações, não por uma questão de custos, mas sobretudo para que não se façam viagens, consultas e exames desnecessários e que se deixem de aumentar as listas de espera nos hospitais de origem, tal como foi detetado.

Estamos a melhorar a comunicação da rede hospitalar através de uma visão integrada, articulando melhor os cuidados de saúde primários com os cuidados de saúde hospitalares.

Ao contrário do que foi dito, estamos a reforçar os cuidados de saúde primários, transferindo de forma gradual alguns dos cuidados atualmente prestados em meio hospitalar para estruturas de proximidade.

Também estamos apostados em melhorar os sistemas de informação de apoio à prática clínica e à gestão das instituições, integrando informação dos cuidados de saúde primários e hospitalares. E pretendemos, também desse modo, tornar uma prática regular o recurso à telemedicina.

Nessa matéria, já temos identificadas as empresas parceiras e o modelo de evolução para a integração, faltando apenas o cronograma de implementação que está dependente da aprovação do plano de investimentos por esta Casa, no próximo mês.

Está já a ser feita uma análise da capacidade instalada em cada uma das unidades, em matéria de recursos materiais, físicos e humanos que será introduzida, em tempo oportuno, na proposta a apresentar muito em breve ao partidos políticos e parceiros sociais.

Teremos também de aumentar os níveis de produtividade e, nesse sentido, estamos a aplicar incentivos remuneratórios indexados à prestação de cuidados de saúde. Por exemplo, a passagem dos médicos de família para o regime de 40 horas vai permitir um aumento das respetivas listas de utentes e consequentemente permitir que mais pessoas passem a ter médico de família.

É também fundamental implementar um atendimento uniforme dos utentes nos diferentes hospitais da Região, garantindo o mesmo número de consultas e cirurgias por serviço, idênticos dentro dos hospitais.

No caso das listas cirúrgicas, por exemplo, já se provou que é possível reduzir uma lista de espera de uma especialidade, num hospital concreto da Região, de 200 utentes para 55 utentes, apenas com a revisão da referida lista, introduzindo critérios clínicos claros e consequentes com a ciência médica atual.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É o que acontece até agora!

O Orador: Ainda no âmbito das reestruturações, comprometemo-nos a profissionalizar a gestão dos hospitais e a introduzir maior autonomia das equipas prestadoras de cuidados, o que já aconteceu com a nomeação da nova Administração do Hospital da Ilha Terceira.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros Membros do Governo:

Acho que este Governo já demonstrou o seu empenho, ao mais alto nível, no sentido de reestruturar o Serviço Regional de Saúde.

Parece, portanto, extemporânea esta interpelação e, volto a repetir, que apenas contribui com ruído e descentraliza o debate já em curso.

Mas aqui estamos para responder a todas as questões que nos forem colocadas. E se novos contributos surgirem serão anotados e considerados no mesmo espírito de abertura que caracteriza esta Secretaria e Governo."

Deputada Catarina Moniz Furtado e Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Acabei de receber informação de que a Sra. Presidente da Assembleia Legislativa Regional está nas instalações.

Assim, fazemos agora um intervalo de 5 minutos para a mesma tomar lugar condignamente aqui, na Mesa, para prosseguir e conduzir os trabalhos.

Eram 10 horas e 41 minutos.

(A Sra. Presidente da ALRAA ocupou o seu lugar na Mesa)

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados.

Eram 10 horas e 49 minutos.

O Sr. Vice-presidente da Mesa tinha dado início aos trabalhos por motivo de um ligeiro atraso da minha chegada à Horta.

Neste momento, tendo já a Sra. Deputada Zuraida Soares apresentado a interpelação, vamos dar início ao debate.

Estão abertas as inscrições.

Neste momento, temos inscrito o Sr. Deputado Luís Maurício.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A interpelação do Bloco de Esquerda sobre a questão da sustentabilidade do Serviço Regional de Saúde faz-se no contexto onde o Governo tomou a iniciativa da discussão desta matéria.

Tivemos oportunidade, no âmbito da auscultação que o Governo está a fazer aos partidos políticos e aos parceiros sociais nessa área, de expressar aquilo que são as nossas convicções acerca da sustentabilidade do Serviço Regional de Saúde e de fazer as nossas propostas, que entregámos em mão ao Sr. Presidente do Governo, sem prejuízo de propostas adicionais relativamente a essa mesma temática, depois de apresentado o documento que V. Excias., segundo o Sr. Presidente do Governo, irão entregar até final do mês de abril.

Reafirmar aqui, no nosso entendimento, aquilo que são as questões que estão na base da sustentabilidade do Serviço Regional de Saúde.

Em primeiro lugar, a resolução da dívida da saúde. Temo-lo reafirmado publicamente que as responsabilidades financeiras da região atingem – isto são números oficiais do Instituto de Gestão Financeira, da Inspeção Geral de Finanças – 706 milhões de euros, a 31 de dezembro de 2011, associadas aos 331 milhões e 700 mil euros decorrentes da parceria público-privada do hospital da ilha Terceira.

Naturalmente que estes números, Sr. Secretário, neste momento, já não são reais, porque só a dívida bancária do Hospital do Divino Espírito Santo, em Ponta Delgada, subiu, de 2011 para 2012, segundo o seu próprio Conselho de Administração, de 113 milhões de euros para 167 milhões de euros, ou seja, um agravamento de 54 milhões de euros.

Certamente que essas questões nos preocupam (o saneamento da dívida), e quero dizer-lhe, Sr. Secretário, como o líder do PSD teve a oportunidade também de o afirmar à saída da audiência com o Sr. Presidente do Governo e com V. Excia., que estamos tranquilos, porque o Sr. Presidente do Governo assumiu que a resolução do saneamento da dívida seria feita no âmbito do Orçamento da Região.

A nós, o que nos interessa, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, é que a dívida seja saneada. Se o Governo entende que o

saneamento da dívida é feito no contexto do próprio Orçamento Regional, é uma responsabilidade que assume publicamente e perante esta Câmara.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Simultaneamente, e no contexto desta dívida, temos uma dívida a fornecedores, também ela elevada, que V. Excia. reconheceu publicamente ser da ordem dos 100 milhões de euros. Naturalmente, V. Excia. concordará, e o relatório da Inspeção Geral de Finanças assim o diz, que está associada aos contratos que estabeleceram com entidades bancárias, e mencionadas na página 23 do referido relatório, de mais 128 milhões de euros, contratos de *Confirming* que estão estabelecidos com a banca mas que na realidade, representaram dívida para com fornecedores, se bem que sobre eles, neste momento, já não pese essa dívida, mas, sim, a dos 100 milhões que, neste momento, lhes é devida.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para nós, a questão dos números não deve ser vista apenas e só de uma forma absoluta, na interpretação singela da sua dimensão.

Para nós, a questão dos números tem muito mais do que a ver com questões financeiras, tem a ver com as pessoas, Sr. Secretário.

Deputado António Marinho (PSD): Muito bem!

O Orador: E, portanto, a consequência da dívida da saúde, com o encargo da dívida que ela determina) e como no Hospital do Divino Espírito Santo, estou a referir este, pois os outros hospitais da região ainda não os receberam, nem são conhecidos os atuais nas outras unidades hospitalares) era de 13 milhões de euros em 2012, determina, perante a economia local, perante os armazenistas que comercializam os medicamentos e que perdem liquidez por falta deste pagamento, que determina a ausência, reconheço, temporária, mas que existe, de medicamentos nas farmácias, que os nossos cidadãos reconhecem, pois quando vão à farmácia deixam a receita, fica suspensa, porque aquele medicamento não existe. Porquê, Sr. Secretário? Porque o armazenista não tem liquidez, não recebeu do Governo, não pode comprar ao laboratório de origem, a farmácia não pode ter o medicamento.

E, portanto, é nessa perspetiva que nós falamos na questão da dívida. Não é pelos números, é pelas pessoas. As pessoas, hoje, têm dificuldade de forma singela, de forma direta, de forma fácil, de ter acesso aos medicamentos em todas as farmácias da região.

Mas ela também tem consequências sobre as pessoas no que diz respeito à realização das cirurgias.

O Sr. Secretário sabe bem o que se passou no Hospital do Divino Espírito Santo e o cancelamento por inteiro de uma semana de cirurgias no bloco operatório do hospital.

Como tive oportunidade de afirmar nessa altura, em nome do PSD, essa foi a manifestação mais clara do subfinanciamento do Serviço Regional de Saúde, associada à perda de liquidez por parte do hospital, com notas de encomendas superiores a 300 mil euros, suspensas no próprio hospital, porque não conseguia adquirir o material necessário à realização dessas cirurgias e, portanto, aí, mais uma vez, as pessoas foram prejudicadas.

E sobre esses dois pontos, Sr. Secretário, queria colocar-lhe, uma vez que esta é uma interpelação, duas questões muito concretas.

O Sr. Secretário afirmou, numa entrevista ao jornal *Diário Insular*, e passo a citar-lhe, no que diz respeito à dívida aos fornecedores, “que o Governo Regional não pretende passar uma imagem de mau cumpridor, o que tem que passar é uma imagem de pessoa de bem”. Nessa perspetiva, queria perguntar-lhe, Sr. Secretário, qual é o plano de pagamentos concreto que o Governo tem, ao longo de 2013, para fazer face às dívidas que tem para com os fornecedores? Segunda pergunta muito concreta. Sr. Secretário, no que diz respeito à questão do cancelamento das cirurgias no hospital de Ponta Delgada, para quando é que o senhor tem na sua posse e para quando é público o inquérito que decidiu levar a cabo no hospital para apuramento de responsabilidades? Acha que não é já tempo demais para se saber as conclusões desse inquérito? Estará o Sr. Secretário à espera que o dia 14 de março (que é o dia em que cessam as funções do conselho de administração do hospital) para tomar uma medida que passe para além desse inquérito, que tomou a iniciativa de elaborar, e, de forma

suave, deixe de ter à sua disposição, e com colaboradores seus, o conselho de administração do Hospital do Divino Espírito Santo?

Mas, dizia eu, Sr. Secretário, a questão da sustentabilidade do Serviço Regional de Saúde passa pelo saneamento da dívida, mas passa, naturalmente, porque foi esse aspeto, que vou passar a referir a seguir, o causador desse acumular de dívida ao longo do tempo, também pela resolução do subfinanciamento crónico da saúde.

Como V. Excia. sabe, o Tribunal de Contas, ao longo destes anos, e reafirmou-o no parecer à Conta da Região de 2011, na página 13 desse parecer, que os hospitais vêm a acumular passivos sucessivos consolidados que só em 2011 atingiram 87 milhões de euros. E na página 17, quando faz recomendações ao Governo, reafirma como não é acatada uma norma desde 2009, segundo a qual os hospitais devem ser dotados dos recursos financeiros necessários à sua prática e à sua exploração diária.

Portanto, aqui temos uma segundo componente de resolução da sustentabilidade do Serviço Regional de Saúde.

O PSD entende que para se continuar a prestar os cuidados de saúde que hoje se prestam na região (e é verdade que em muitas circunstâncias o prestam com qualidade), Sr. Secretário, permita-me deixar-lhe aqui um parênteses: muitas das vezes, na esmagadora maioria das vezes, é pelo brio, pela abnegação dos seus profissionais, e nunca porque tivesse existido uma linha política condutora clara, com princípio, meio e fim, com uma estratégia absolutamente definida por qualquer um dos seus antecessores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E cabe aqui dizer que é aos profissionais, isso sim, que cabe assegurar diariamente os cuidados prestados aos açorianos e às açorianas, dizia eu, o brio e a qualidade dos cuidados prestados nesta região.

E, portanto, temos que dotar as unidades de saúde dos meios financeiros adequados ao seu exercício.

E o terceiro componente, Sr. Secretário, de algumas medidas de racionalização, que tivemos oportunidade de apresentar na audiência que consigo tivemos, e

que passam, naturalmente, pela melhor articulação entre as unidades hospitalares da região.

Continuamos hoje a enviar doentes para o exterior quando a região tem capacidade para lhes dar resposta.

A utilização e a maximização da utilização da telemedicina, que até hoje não funcionou, apenas e só, foi utilizada em períodos pré-eleitorais para falsas inaugurações e sem qualquer tipo de operacionalização.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! É só propaganda!

O Orador: Uma análise que tem de ser feita é a introdução da contabilidade analítica dos hospitais. Nós temos que saber, mediante uma imputação de custos, aquilo que custa o que nós produzimos, para depois sabermos se há ou não capacidade para negociar com um privado e estabelecer medidas de *Outsourcing*.

Transmitimos isso na audiência ao Sr. Secretário.

E a propósito, Sr. Secretário, do tema da contratualização, queria colocar-lhe uma questão e que tem a ver novamente com as pessoas, e confirmar-me-á se tem ou não a ver com a insuficiência de financiamento das unidades de saúde.

O hospital de Ponta Delgada cessou a contratualização com os profissionais de imagiologia, relativamente à prestação deste tipo de cuidados dentro do hospital, mediante requisições provenientes do setor privado. Entende a administração que a passagem de 35 para 40 horas semanais de cada um desses profissionais acarretará uma cobertura adequada aos doentes que aí recorrem.

Concorda o Sr. Secretário com essa medida ou acha, como nós achamos, que ela se mostrará absolutamente insuficiente e que acarretará uma perda de qualidade na prestação de cuidados para quem, não tendo possibilidade de pagar uma simples radiografia na privada, recorria aos hospitais para a fazer, em função de contratos que os hospitais estabeleciam e mediante concursos públicos a preços absolutamente competitivos para a região, como o Sr. Secretário sabe?

Uma última questão, Sr. Secretário - e que também diz respeito às pessoas -, tem a ver com a recente tomada de decisão da sua parte no que à deslocação dos

especialistas diz respeito. Concordamos, Sr. Secretário, que essas deslocações devem ser reguladas e que há características dessas deslocações, nomeadamente no que diz respeito à realização de exames complementares de diagnóstico, que têm de ser avaliadas e reguladas. Agora, Sr. Secretário, naturalmente, não impede, da sua parte, uma decisão rápida e eficaz, que recomponha a deslocação dos especialistas às diferentes ilhas do nosso arquipélago, planeamento esse que não pode ser feito mês a mês e deslocação a deslocação, sem prejuízo, repito, da necessidade da regulação dos mecanismos que estão em causa no acompanhamento desses especialistas às diferentes ilhas, mas esse planeamento tem de ser feito como até agora se fazia, no mês de novembro do ano anterior a que essas deslocações diziam respeito, para que as populações de Santa Maria, de São Jorge, da Graciosa não sejam prejudicadas na qualidade dos seus cuidados.

E por agora é o que tenho a dizer.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do Deputado do PPM)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Continuam abertas as inscrições para o debate sobre esta matéria.

Pergunto se há inscrições para o debate no âmbito da interpelação?

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-presidente, Srs. Membros do Governo:

As questões da saúde têm sempre oportunidade de serem discutidas nesta Câmara.

Sabemos que o Governo Regional está numa fase de auscultação aos partidos e aos parceiros para poder introduzir algumas alterações no Serviço Regional de

Saúde e no modelo concetual do Serviço Regional de Saúde, o que, em si mesmo, é positivo e temos de o assinalar dessa forma.

A Representação Parlamentar do PCP, no que concerne as questões da saúde, não centra a sua intervenção política nas questões da dívida. É evidente que a dívida é preocupante pela sua dimensão, mas, para o PCP, a maior preocupação relativamente à dívida da saúde tem a ver com aquilo que está na sua origem. E sem que se identifiquem as causas que estão na origem da dívida do setor, será um exercício meramente retórico tudo aquilo que se está a procurar fazer ou, pelo menos, que está anunciado.

Para nós, para o PCP, há alguns motivos que, em nossa opinião, estão na origem dos problemas da saúde na região, que não são um problema apenas da Região Autónoma dos Açores, porque os modelos no país sofreram a mesma tendência, ou melhor, a tendência na Região Autónoma dos Açores foi idêntica à que foi seguida no conjunto do país.

Para nós há, além de outras, quatro questões sobre as quais é necessário refletir. Desde logo sobre o desenho das políticas, o modelo concetual do Serviço Regional de Saúde. Isto é, em nossa opinião, aquilo que tem sido feito no país e na região tem sido um desenho de políticas para a doença e não para a saúde.

O que é que eu pretendo dizer com isto? Ao invés de se apostar em políticas para a saúde da população, para ter uma população saudável, o investimento tem sido, no essencial, para um modelo de medicina para curar. E é evidente que todos percebemos que prevenir é, certamente, mais barato do que remediar, e, neste caso aqui, do que curar.

Mas a verdade é esta. Descuraram-se os cuidados de saúde primários e apostou-se na medicina curativa.

Julgo que este é um dos motivos por que temos hoje a situação que temos. Mas se é verdade que há um conjunto de interesses corporativos muito fortes ligados à saúde e que levaram a que os decisores políticos desenhassem este modelo e não outro, a verdade também é que nem na República nem na Região Autónoma dos Açores os sucessivos governos têm mostrado qualquer tipo de

sinal ou de evidência que queiram contrariar esta tendência ou este modelo concetual e alterá-lo efetivamente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor está enganado!

O Orador: O senhor depois vai ter oportunidade de dizer onde é que eu estou enganado.

Depois, há uma outra questão que julgo que está relacionada com o que vivemos e que tem a ver com o subaproveitamento da capacidade pública instalada, quer seja relativamente aos recursos humanos, como o Deputado Luís Maurício referiu, quer relativamente também a infraestruturas e equipamentos que temos disponíveis na Região Autónoma dos Açores.

A questão do subfinanciamento é, com certeza, um dos fatores. As opções orçamentais têm sido de subfinanciamento, mas há também uma outra questão que não pode deixar de ser referida e que tem a ver com o modelo de gestão que foi implementado no setor da saúde na região, designadamente com a criação dos hospitais-empresa e também com aquela “coisa”, a Saudaçor, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Bem-vindo ao clube!

O Orador: ... que, para além de não ter resolvido nenhum tipo de problemas, ou seja, não cumpriu nenhum dos objetivos para que foi criada, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Cumpriu, cumpriu!

O Orador: ... antes pelo contrário, mostrou-se catastrófica.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Esconde a dívida!

O Orador: E, portanto, há aqui necessidade de repensar o modelo do sistema do Serviço Regional de Saúde, tendo em consideração estas questões.

Para terminar esta primeira intervenção, gostaria de perguntar ao Sr. Secretário Regional da Saúde, e visto que isto se trata de uma interpelação ao Governo sobre as questões da saúde, se há, relativamente à primeira questão que aponte, relativamente ao modelo concetual, alguma disponibilidade do Governo para o alterar e como é que o pretende fazer?

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Continuam abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Luís Silveira, tem a palavra.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O Sr. Secretário está a tentar não falar para não responder a nada!

(*) Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito diretamente e porque temos pouco tempo disponível, gostaria de aqui de colocar uma série de questões ao Sr. Secretário Regional da Saúde, no que se refere à saúde na ilha de S. Jorge.

E as questões passam por, sendo a primeira, se o Sr. Secretário deu instruções, ou se a Secretaria deu instruções, para que os serviços de proximidade de medicina geral nas casas do povo da ilha, nomeadamente das Manadas, dos Rosais e de Santo Amaro, encerrassem já a partir do próximo mês de março?

Uma das outras questões que gostaria de colocar é a questão do cancelamento e deslocação de médicos de especialidade à ilha de São Jorge.

Isso foi denunciado pelo CDS-PP, a Secretaria, ou a Direção Regional de Saúde, veio desmentir. A questão que se coloca é que nós temos utentes e, portanto, não se está a desmentir o CDS, está-se a desmentir os utentes, que dizem que foram penalizados por falta dessas consultas de especialidade, e são várias as especialidades, não são uma, nem duas, nem três, nem quatro, nem cinco, são mais.

Corresponde ou não corresponde à verdade que foram dadas instruções para cancelar essas especialidades e suas deslocações na ilha de São Jorge?

Confirma ou não o Sr. Secretário que foi pedido pela tutela que, a partir do próximo mês de março, todas as deslocações às ilhas que não têm hospital, nomeadamente São Jorge, antes dessa especialidade e desse médico de especialidade se dirigir à ilha, tem de ser enviada à tutela a lista dos utentes que ele vai atender? Isso é confirmado ou não pelo Sr. Secretário?

Secretário Regional da Saúde (*Luís Mendes Cabral*): Sim.

O Orador: Uma outra questão é se o Sr. Secretário também nos afirma que foram dadas instruções às unidades de saúde de ilha para que os médicos das ilhas que não têm hospital, para bem de enviarem um simples utente seu para os serviços de fisioterapia na própria ilha e na própria unidade de saúde de ilha, têm que primeiro consultar e ter autorização do médico fisiatra do hospital de referência, senão deixam de ter legitimidade para o mandar diretamente para a fisioterapia dos serviços de ilha?

Uma outra questão é se pretende ou não a Direção Regional da Saúde, ou a Secretaria, concentrar serviços de saúde na ilha de São Jorge, nomeadamente os serviços de urgência noturna e os serviços de internamento apenas num dos centros de saúde? Se sim, para quando e em qual o centro de saúde?

A outra questão prende-se com o heliporto de São Jorge. Nós estamos aqui ou o Governo está aqui, com o discurso contínuo, de que está a racionalizar custos. A questão que se coloca é que este Governo comprou há pouco tempo um terreno pela módica quantia de 275 mil euros para construir um heliporto. Isto, na nossa opinião, não é racionalizar custos. E, portanto, vai ou não vai ser construído o heliporto na Calheta de S. Jorge?

Uma última questão, Sr. Secretário. Entende ou não entende, muito frontalmente, que concentrar serviços apenas no Centro de Saúde de Velas e retirar os postos de saúde nas freguesias de proximidade será um enorme constrangimento à população daquela ilha que, como sabe, as ilhas que não têm hospital têm os cuidados mínimos de saúde? Os mínimos! E, portanto, tendo os cuidados mínimos, estão a ser restringidos e está a ser colocada em causa a saúde das pessoas.

Apelo aos Srs. Deputados da maioria do Partido Socialista...

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): O senhor sente-se e espere!

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Oh! Para quê?!

O Orador: ... de São Jorge que se juntem a nós na defesa das pessoas de São Jorge e na defesa da saúde das pessoas e não fiquem calados e subservientes às

medidas que o Governo está a implementar na ilha e quer implementar e que colocam em causa a saúde das pessoas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Apoiado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Pergunto às Sras. e Srs. Deputados se alguém se quer inscrever neste ponto da ordem do dia?

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A gente aguarda pelas respostas do Sr. Secretário!

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-presidente, Sr. Secretário Regional da Saúde:

Deputado Luís Garcia (PSD): O Sr. Secretário não responde!

O Orador: Eu, certamente, que aguardo pela questão que coloquei há pouco, numa primeira intervenção.

De qualquer forma, a questão que deixei teve a ver com o primeiro, ou com uma das quatro questões que enunciei como, na nossa opinião, estarem na origem de alguns problemas do Serviço Regional de Saúde, designadamente a questão da dívida.

Uma outra questão que eu tinha enunciado tem a ver com o subaproveitamento da capacidade pública instalada.

De facto, nós todos temos conhecimento de que a capacidade pública, quer ao nível de equipamentos, quer ao nível de edifícios, quer mesmo dos recursos humanos, está a ser subaproveitada, e esse subaproveitamento tem levado até a que, digamos, a tal promiscuidade entre aquilo que é público e o que é privado, entre a atividade pública e privada, acarrete custos acrescidos para o Serviço Regional de Saúde.

Portanto, aquilo que deixava ao Sr. Secretário Regional é se, efetivamente, também a este nível, se concorda com isto, pelo menos em parte, e se concorda que o Governo Regional esteja na disponibilidade de fazer uma avaliação da

capacidade pública instalada e introduzir correções de modo a evitar que o Serviço Regional de Saúde seja sobrecarregado com esta promiscuidade que, depois decorre da falta de aproveitamento da capacidade instalada, desta promiscuidade que decorre entre o setor público e o setor privado.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-presidente, Sr. Secretário Regional da Saúde:

Queria, em primeiro lugar, aproveitar esta oportunidade para felicitar o Governo, particularmente o Sr. Secretário, pela forma lúcida,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Lucidez que os senhores não têm!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Os antecessores também eram bons a explicar. O Sr. Deputado Domingos Cunha também era bom a explicar!

O Orador: ... serena com que apresentou aqui, a este Parlamento, as medidas que o Governo está, e bem, a implementar e a procurar introduzir na área da saúde nos Açores.

Para nós, para o Grupo Parlamentar do PS, esta é mais uma oportunidade, este é mais um momento para manifestarmos o nosso apoio à ambiciosa iniciativa do Governo de promover e de dinamizar um amplo consenso no sentido de convergência política que permita...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Agora! Agora!

O Orador: ... uma reforma do Sistema Regional de Saúde no sentido de assegurar a sua sustentabilidade financeira de longo prazo.

Esta é uma reforma de grande importância, esta é uma iniciativa ambiciosa e nós registamos aqui a disponibilidade do Governo e, com certeza, como é público, o Partido Socialista já teve oportunidade de se associar – como não poderia deixar de ser – a esta iniciativa do Governo.

E, portanto, este debate promovido pelo Bloco de Esquerda não surge num momento qualquer. Este debate surge numa altura em que nós estamos todos confrontados com o enorme desafio de contribuir substantivamente com

propostas para podermos reformar o sistema, assegurar aquilo que é essencial numa sociedade justa e moderna.

Para o PS, como sempre temos afirmado, não há estado democrático sem estado social.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: E, por isso, é que o Partido Socialista esteve sempre na primeira linha da defesa do estado social, particularmente no Serviço Público de Saúde e, particularmente, nos Açores, da reforma do Serviço Regional de Saúde.

Esta tem sido a nossa postura, por isso é que nós várias vezes aqui dissemos, e voltamos a reiterar esse apelo, um apelo para as forças políticas à nossa esquerda, que, muitas vezes, têm tido uma postura um pouco intransigente...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isso são só bocas!

O Orador: ... e que não têm estado disponíveis para contribuir para reformas que são importantes.

E, por isso, o PS volta a lembrar esse desafio e a reiterar esse apelo: juntem-se ao PS, ...

(Risos do Deputado Jorge Macedo)

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... vamos todos trabalhar em prol dos Açores e em prol de um Serviço Regional de Saúde...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Aníbal, estás a ouvir?

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... moderno, universal, geral, tendencialmente gratuito e tendendo para a excelência.

E apelamos também àqueles que, à nossa direita, por vezes, têm uma visão excessivamente liberal, em que parecem ter um preconceito de base em relação aos serviços públicos. Reiteramos esse apelo para que se comprometam também com esta importante reforma. E é bom que se diga que o Partido Socialista está perfeitamente à vontade neste debate. Mas para nós, mais do que debater

aspectos que estão debatidos e esclarecidos e recalçados em relação a dados que estão absolutamente claros nos relatórios do Tribunal de Contas ou da Inspeção Regional de Finanças, o que interessa é falar do futuro. Ou seja, em vez de repisarmos o passado, nós queremos aqui é olhar para o futuro dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Passado não lhes convém! Uma esponja sobre o passado!

O Orador: E, por isso, nós vamos continuar a nossa reforma e a nossa postura. Esperamos que todos possam colaborar connosco, mas se for necessário o PS avançará sozinho, avançará em nome dos Açores e em nome dos açorianos.

Todavia, para nós está em cima da mesa um conjunto de propostas e de reformas que têm de ser devidamente ponderadas. Nós sabemos bem que este debate, particularmente essa formulação que está aqui e que é regimentalmente consagrada, não é, obviamente, o momento ideal para fecharmos acordos que terão de ser feitos noutra sede. Porém, é bom que fique absolutamente claro: nós temos vindo a reforçar significativamente o orçamento do Serviço Regional de Saúde, esse esforço tem sido enorme e tem sido continuado e vai ser substancialmente reforçado no próximo ano.

Nós temos introduzido muitas poupanças, dezenas de milhões de euros, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Centenas!

Deputado Luís Maurício (PSD): Está quase saneado!

O Orador: ... no Serviço Regional de Saúde e temos também introduzido várias reduções de custos ao nível da gestão da otimização do próprio financiamento de saúde, que passa também por instrumentos inovadores que existem e que alguns partidos querem agora extinguir. Por isso, é bom que fique clara...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quais são? Diga!

O Orador: ... a importância desses instrumentos.

O senhor sabe, e tem limitações temporais, e, portanto, tem de continuar.

Mas há uma quarta dimensão da reforma na saúde dos Açores que é sucessivamente ignorada e que tem de ser aqui, uma vez mais, lembrada.

O Partido Socialista tem, ao nível daquilo que são políticas dirigidas para os jovens, para os idosos e até para os adultos, ao nível, por exemplo, do desporto de veteranos, tido uma preocupação muito grande em implementar medidas de promoção da saúde, que têm um efeito muito significativo a médio e a longo prazo de redução da procura dos cuidados de saúde. E essas medidas são fundamentais, ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isso é treta! Tu é que escreveste isso? Paciência!

O Orador: ... porque atenuam e contrariam aquilo que é a evolução demográfica que está a acontecer nos Açores.

E, portanto, nós temos estratégia, meus senhores. Nós temos uma obra que nos orgulha, que tem passado, que tem presente e continuará a ter futuro.

Nós estamos perfeitamente à vontade e temos que relembrar e, já a caminho da conclusão desta primeira intervenção, permitam-me que eu relembre também, particularmente ao Sr. Deputado Luís Maurício, um deputado de quem já tive a oportunidade de aqui dizer (e queria sublinhar), que nós, o nosso Grupo Parlamentar, reconhece que trouxe uma lufada de ar fresco, aparentemente, ao PSD, ao nível da abordagem dessa questão da saúde.

Sr. Deputado, digo-lhe com toda a clareza, em nome do meu Grupo Parlamentar, saudá-lo pela forma serena, lúcida, moderada e disponível com que o senhor tem abordado este setor.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: É uma diferença muito significativa. Eu diria mesmo que é uma viragem no PSD que nós, em nome da verdade e da justiça, não podemos deixar de assinalar.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Porém, Sr. Deputado, eu fiquei um pouco perplexo, sobretudo reconhecendo a enorme experiência e o conhecimento que o senhor tem sobre o setor, com a forma como, parece-me, procurou ignorar aquilo que são, obviamente, aspetos relacionados com o próprio estatuto dos hospitais EPE,

nomeadamente com o que tem a ver com a autonomia de gestão e da própria responsabilização dessa gestão.

E, portanto, Sr. Deputado, como eu sei que sabe perfeitamente, nós não estamos, em relação a alguns percalços que têm existido, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Percalços!

(Risos do Deputado João Bruto da Costa)

O Orador: ... é verdade, a falar só e apenas de subfinanciamento. E mais, Sr. Deputado, nós não podemos ignorar, ao contrário de outros partidos políticos nos Açores, os efeitos da crise financeira internacional...

Deputado João Costa (PSD): Já cá faltava!

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

O Orador: ... e os efeitos da pressão orçamental que essa crise introduziu nas finanças públicas.

(Apartes inaudíveis de alguns Deputados da Câmara)

O Orador: É bom que isso fique absolutamente claro. Isso é um daqueles pressupostos deveras evidentes, que me parece que está a ser ignorado...

Deputado Jorge Macedo (PSD): A Merkel é que teve culpa do cancelamento das cirurgias!

O Orador: ... e isso não é justo e não é sério, e, portanto, Sr. Deputado, nós temos de falar nisso.

Por último, e mesmo para terminar esta primeira intervenção, uma palavra ao Sr. Deputado Duarte Freitas.

Sr. Deputado, também queria dizer-lhe que nós registamos e saudamos a disponibilidade que o senhor tem, em nome do PSD, manifestado. Uma

disponibilidade para colaborar com o Governo, para se articular com o PS, no sentido de nós alcançarmos reformas políticas que são muito importantes.

Algumas delas serão muito ambiciosas e muito arrojadas, mas, aparentemente, o PSD está a fazer um esforço, está com uma postura diferente e o PS regista esse esforço.

O Sr. Deputado Duarte Freitas é um político experiente, é um político conhecedor e é um político coerente. Acumula as funções de líder do Grupo Parlamentar com as funções de Presidente do PSD, mas queria dizer-lhe, Sr. Deputado, é verdade que o senhor deu um sinal importante e, como já lhe disse, nós registamos. Contudo, deixe-me que lhe diga com toda a franqueza: não chegam as palavras, Sr. Deputado. E nós ficamos à espera que o PSD dê também o sinal que vai ser necessário dar.

E eu termino salientando esse aspeto, Sr. Deputado. Este debate, em particular, e a iniciativa do Governo, em geral, são desafios à sua liderança. O senhor terá a oportunidade de demonstrar aos açorianos se o PSD é e continua a ser o PSD antigo e dominado por um espírito muito negativista e muito crítico ou se há, como esperamos, um PSD novo, um PSD que, afinal, consegue ter um discurso diferente e consegue pôr os interesses da região acima de outras questões partidárias.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Digo-lhe isso, Sr. Deputado, com toda a clareza, sem querer, obviamente, perturbar aquilo que é um espírito saudável de colaboração e de entendimento entre os partidos políticos. Ou seja, Sr. Deputado, o senhor terá que provar se consegue, através da sua liderança, superar aquela fratura que para nós é evidente: a fratura entre aqueles que queriam continuar a mandar no seu partido e aqueles que parece que agora mandam.

Veremos quem ganhará esta batalha.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, o senhor fez o favor de comentar a interpelação do Bloco de Esquerda.

Permita-me que comece também por comentar a sua primeira intervenção, começando, desde logo, por referir aquilo a que o Sr. Secretário chamou de “uma interpelação extemporânea” da parte do Bloco de Esquerda, sobre a saúde e uma “extemporaneidade que acaba por resvalar para interesses partidários”, disse o Sr. Secretário Regional.

Temos aqui, de facto, pensamentos completamente diferentes. Se esta interpelação sobre a saúde não fosse feita neste momento, aquilo que acontecia é que, após a apresentação das propostas do Governo Regional para o setor da saúde, seria o Partido Socialista a fazer esta interpelação, exatamente a mesma metodologia com a Agenda Açoriana para a criação de Emprego e aí os interesses...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... não resvalariam para os partidos, mas resvalariam todos para o Governo, e vou-lhe explicar como.

As propostas serão apresentadas a esta Casa como um facto consumado, sem nenhum de nós aqui saber quais foram aquelas propostas dos diferentes partidos e dos parceiros sociais (também já agora) que foram na realidade aceites pelo Governo, que foram aceites mas desvirtuadas pelo Governo, que foram rejeitadas pelo Governo, quais são aquelas da única e exclusiva iniciativa do Governo e porque isto nunca se faria numa interpelação pós compromisso para a sustentabilidade do Serviço Regional de Saúde. E, por isso, aquilo a que o Sr. Secretário chama de “extemporaneidade”, nós chamamos “absoluta oportunidade”, tanto mais que é obrigação desta Casa esclarecer os açorianos e açorianas, e eu disse-o na primeira intervenção, sobre aquilo que verdadeiramente está em causa e o que é que eventualmente os espera.

E pela parte do Bloco de Esquerda, nós queremos aproveitar, mais uma vez, a oportunidade para deixar bem claro que, ao contrário daquilo que já aqui foi afirmado, o Bloco de Esquerda está disponível para juntar forças na defesa e na garantia da sustentabilidade do Serviço Regional de Saúde, mas, Sr. Secretário, com a clarificação das diferenças de propostas, de opções e de prioridades. Por isso, aproveito a oportunidade para, mais uma vez, aqui, na Casa dos açorianos e açorianas, dizer quais foram as propostas que na realidade apresentámos ao Governo Regional na última audiência.

Primeira: cabal financiamento anual do Serviço Regional de Saúde.

Segunda: prioridade absoluta aos serviços primários de saúde.

Terceira: fecho da Saudaçor, fim do modo empresarial de gestão dos 3 hospitais e garantir uma única administração para os mesmos.

Quarta: fim das parcerias público-privadas no setor da saúde e iniciar, neste momento, um trabalho no sentido da separação completa do setor público e privado nesta área.

Quinta: apresentação, por parte do Governo Regional, da real situação da dívida deste setor, suas maturidades, juros e entidades, assim como um plano para a sua amortização.

Sexta: não à privatização de empresas estratégicas da região, essenciais para o presente e para o futuro das populações açorianas, como forma de amortização da dívida da saúde, eventualidade ou possibilidade que corre na *vox populi*.

Sétima: elaboração de um orçamento de base zero em todos os departamentos do Serviço Regional de Saúde a partir do próximo ano.

Foram estas as propostas que, como o Sr. Secretário Regional bem sabe, nós apresentámos.

Depois disse também o Sr. Secretário Regional que o dinheiro da saúde ou a dívida da saúde foi toda investida na melhoria dos cuidados de saúde...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Falso! Isso é falso!

A Oradora: ... prestados pelo Serviço Regional. Não foi, não, Sr. Secretário Regional.

Alguma dela foi, sem dúvida, reconhecemo-lo, mas houve uma parte que não foi. Foi investida em parcerias público-privadas, mal explicadas na sua razão de ser. Está investida numa parceria público-privada encapotada, como disse na minha primeira intervenção, mas explicada e cujos custos o Sr. Secretário Regional ainda não clarificou.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas ele vai explicar!

A Oradora: Aliás, eu levantei-lhe várias questões na primeira intervenção (variadíssimas, aliás), que espero que o Sr. Secretário Regional tenha oportunidade de dar resposta. E foi também investida em clientelismo político bem evidente...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... na existência de catorze administradores para três hospitais e 247 mil habitantes.

Só para dar uma ideia aos açorianos e açorianas, na zona norte de Lisboa, com vários hospitais, e para uma população de 1 milhão e 500 mil habitantes, há cinco administradores. Cinco, Sr. Secretário Regional da Saúde! Explique aos açorianos e açorianas como é que justifica a existência de catorze nesta região.

E mais, já agora, aproveito a oportunidade também, Sr. Secretário Regional, para lhe pedir para esclarecer os açorianos e açorianas porque é que agora subitamente o Sr. Secretário Regional decide tirar um na Horta, um na Terceira e talvez um ou dois em Ponta Delgada.

Parece o jogo do *Mikado*: juntam-se os administradores e tira-se o mais pequenino.

Porquê um? Porque não dois? Qual é o plano, qual é a linha, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não tem?

Deputado Francisco César (PS): É essa a visão que tem sobre o Sistema Regional de Saúde?! Que substância!

A Oradora: ... qual é a justificação, como é que isto funciona?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não tem!

A Oradora: Disse também o Sr. Secretário Regional da Saúde que pretende melhorar e implementar (e na sua primeira intervenção – e aí registo com

agrado) exatamente algumas das lacunas que o Bloco de Esquerda identificou na sua primeira intervenção, o que é bom. Ainda bem! Ficamos à espera desse melhoramento e dessa implementação.

Agora, falou o Sr. Secretário Regional, várias vezes, em reestruturar.

Na primeira intervenção, eu pedi ao Sr. Secretário para clarificar e dizer definitivamente aos açorianos o que é que reestruturar neste contexto quer dizer. Quer dizer racionalizar custos, meios, e desperdícios ou quer dizer racionar serviços de saúde prestados aos açorianos e açorianas?

É a oportunidade do Sr. Secretário Regional explicar o que é reestruturar no seu vocabulário e neste contexto.

Para já fico a aguardar as respostas às questões que levantei.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Vamos fazer, agora, o nosso intervalo da manhã. Quando reiniciarmos os trabalhos ao meio dia, o Sr. Secretário da Mesa dará conta dos tempos que cada bancada ainda dispõe para continuarmos o debate.

Regressamos, então, ao meio dia.

Eram 11 horas e 35 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 12 horas e 06 minutos.

Aproveito o momento para informar a Câmara que temos nas galerias a turma do 7º E da Escola Secundária Manuel de Arriaga, a quem saúdo, junto com o docente que os acompanha.

(Aplausos da Câmara)

Muito bem.

Vamos continuar os nossos trabalhos.

Estava inscrito o Sr. Secretário Regional da Saúde.

Tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Saúde** (*Luís Mendes Cabral*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros Membros do Governo:

Em primeiro lugar para esclarecer aos Srs. Deputados que não há aqui qualquer tipo de estratégia por parte da Secretaria Regional da Saúde ou do Secretário Regional da Saúde relativamente à gestão do tempo deste debate.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Então não há!

O Orador: Agora, acho que seria importante nós percebermos a posição de cada um dos partidos, antes que houvesse uma proposta formal por parte do Governo.

Foi dada a oportunidade a cada um dos partidos de se expressarem, até porque, em alguns dos assuntos, estamos a focar temas que são repetidos de forma quase papel químico, porque cada um dos partidos, e pela gestão de tempo inerente a este tipo de resposta, posso respondê-lo só de uma vez.

Relativamente às questões colocadas pela Sra. Deputada Zuraida Soares, e acho que tem primazia no tempo dedicado, considerando que foi a pessoa interpelante, em primeiro lugar queria-lhe dizer que agradeço ter demonstrado publicamente as propostas concretas do Bloco de Esquerda. Agora, deve compreender que não deve ser o Governo Regional dos Açores a explicar e a demonstrar todas as propostas que nos foram enviadas.

Deputada Zuraida Soares (*BE*): Com certeza!

O Orador: Ou seja, cada um dos proponentes, se o entender ou não, deve, de uma forma clara, vir apresentá-las.

Agora, será claramente o Governo Regional dos Açores a assumi-las, a partir do momento em que elas forem discutidas publicamente, forem postas num documento e passarem à fase de implementação. Aí, sim, o Governo Regional dos Açores irá assumir na sua totalidade a execução dessas propostas.

Vice-presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Muito bem!

O Orador: Se mais alguém quiser dizer quais são as suas propostas, poderá fazê-lo. No entanto, poderá haver algumas propostas, até do ponto de vista de sensibilidade, e foi isso que eu a quis advertir aquando da minha interpelação inicial, porque isto é uma matéria sensível, de alguns partidos ou de algumas entidades que sejam mais sensíveis, que as próprias pessoas não as queiram demonstrar publicamente e as queiram demonstrar de forma reservada.

Um dos assuntos recorrentes nestas interpelações passa muito pelo conceito da medicina pública *versus* medicina privada (pelo menos todos os partidos tocaram neste assunto aquando das suas intervenções).

Isso, posso dizer, foi também por nós constatado aquando das audiências e é um assunto que ultrapassa um pouco aquilo que é a conceção base do Serviço Regional de Saúde, pois entra já naquilo que é a esfera ideológica de cada um dos partidos que está a apresentar propostas concretas sobre este assunto.

Existem alguns partidos que defendem claramente um conceito público sem qualquer tipo de intervenção privada; existiram outras entidades que defendem claramente o conceito privado em detrimento daquilo que é o público no sistema de convenções. É importante que nós agora, e isso acho que é um debate importante para nós todos termos nesta Casa,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O problema não é esse!

O Orador: ... decidamos qual o modelo concecional que queremos sobre esta situação. Ou seja, aqui não há qualquer ideia pré-concebida sobre esta matéria. O Sr. Deputado Luís Maurício levantou algumas questões importantes, nomeadamente na necessidade de nós percebermos quanto é que nos custa no sistema público, antes de decidirmos que é só no sistema público que queremos investir, porque se for mais barato contratamos um privado. Provavelmente o erário público sai a ganhar nesse campo.

Agora, uma questão ideológica que será discutida e será, provavelmente, um dos pontos mais quentes (tendo em conta aquilo que são as discussões que foram aqui, hoje, levantas) da discussão depois do documento público ser apresentado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é só isso!

O Orador: Gostaria de lhe dizer que, para mim, reestruturar é repensar, ou seja, nós temos um Sistema Regional de Saúde de modelo e de definição de modelo há 30 anos e tanto os Açores como a medicina evoluíram muito ao longo desses últimos 30 anos. Existem novas vias de comunicação, existem novas tecnologias, existe uma realidade de dispersão geográfica e estrutural daquilo que era a base de sustentação do Serviço Regional de Saúde aquando da sua constituição, há 30 anos.

E é por isso que é necessário repensar, ou seja, não há aqui qualquer outro tipo de interpretação naquilo que é a minha definição do “restruturar”, senão o “repensar”. E mais uma vez o digo, não de uma forma pré-concebida, ou seja, há que definir claramente, por cada um de nós e por todos, quais as estratégias para um Serviço Regional de Saúde que nós pretendemos para os próximos 30 anos. Acho que, tendo em conta que se chegou a uma fase, a 30 anos do Serviço Regional de Saúde, é uma boa altura para repensar o Serviço Regional de Saúde para os próximos 30 anos.

Quanto aos custos do Centro de Radioterapia dos Açores, uma das coisas importantes de nós percebermos, e já tive a oportunidade de explicar isto também publicamente, é que existem serviços que, pelo seu rácio populacional, permitem uma qualidade assistencial aos açorianos e um deles é a radioterapia. Aquilo que está definido internacionalmente é que deve existir um centro de radioterapia para cada 200 mil habitantes. Ora, os Açores, com 246 mil habitantes, têm a capacidade e devem ter um centro de radioterapia na região.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Dois!

O Orador: Não, um centro para cada 200 mil habitantes. São esses os rácios internacionais.

Aquilo que são conceitos científicos claros puros, é um centro para cada 200 mil. Depois, outros tipos de relatórios ou de interpretações não serão aqui considerados pelo Governo.

Há essa necessidade e o Governo anterior, e bem, decidiu que era uma das áreas em que se devia investir e tentou desenhar um modelo para que isso fosse concretizado.

Relativamente à questão da PPP, não me vou debruçar sobre ela e sobre a forma como esse processo decorreu, até porque houve uma decisão clara do Tribunal de Contas relativa a essa matéria e esse assunto ficou por aí encerrado.

Relativamente a este novo modelo, aquilo que posso garantir, e pela análise que fiz, é que estamos a falar de um valor, para o Serviço Regional de Saúde, igual, em termos de prestação de serviço, em termos de sessão de radioterapia, àquele que é prestado no continente, com uma clara vantagem para os açorianos:...

Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP): Qual é a vantagem disso?

O Orador: ... deixam de ter que ir ao continente fazer a radioterapia. Ou seja, nós vamos pagar o mesmo sem as deslocações inerentes para os açorianos e isso é um dos aspetos que, para mim, parece importante.

Todas as restantes componentes...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Por que é que já não está a funcionar?

O Orador: ... de financiamento do projeto, obviamente, não são da esfera de resolução da Secretaria Regional da Saúde. Aquilo que é importante para a Secretaria Regional da Saúde é que o serviço seja prestado pelo mesmo preço nos Açores aos açorianos.

O Sr. Deputado Luís Maurício colocou uma questão muito concreta relativamente ao plano de pagamentos dos fornecedores e que tipo de plano e de que forma seria feita.

Aquilo que é o compromisso e que lhe foi dito aquando da audiência é que esta é uma das áreas em que o Governo Regional está a apostar de forma clara e quer resolver ao longo do ano de 2013.

Obviamente que estamos a falar, e segundo aquilo que são os números que apresentou, de montantes que têm de ser devidamente cabimentados e que têm de ser devidamente enquadrados e também têm de ser clarificados se são devidos ou não em algumas das áreas.

Logo, é preciso estabelecer um plano concreto de pagamentos relativamente a essa matéria, mas que será um plano que não é concertado apenas pela Secretaria Regional da Saúde e que em seu devido tempo será apresentado pelo Governo Regional.

O inquérito que decorre relativamente ao cancelamento das cirurgias no HDES, devo dizer, e já o disse publicamente, é uma situação que a mim, como Secretário Regional da Saúde, me marcou nos meus primeiros meses de governação de uma forma embaraçosa e vergonhosa. Não era algo desejável por esta Secretaria, nem seria algo que qualquer Secretário Regional da Saúde gostaria de passar, mas esse inquérito foi lançado e, devo-lhe dizer, inicialmente não por iniciativa própria da Secretaria Regional da Saúde. Foi o próprio Conselho de Administração do Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada que pediu a intervenção da Inspeção Regional da Saúde. Esse relatório, obviamente, será tornado público assim que estiver concluído.

Voltando novamente ao aspeto inicial que foi referido pela Sra. Deputada Zuraida Soares relativamente às parcerias público-privadas, acho que o Sr. Deputado Luís Maurício foi buscar um mau exemplo quando referiu o Serviço de Imagiologia do HDES. Vou-lhe dizer porque é que eu acho que é um mau exemplo. É um serviço que ambos conhecemos bem, naquilo que são as nossas funções profissionais, e sabe, claramente, que existem deficiências no funcionamento do serviço e sabe, claramente, que existem vários exames pedidos no âmbito daquilo que era a medicina privada dentro do Hospital do Divino Espírito Santo que estão arrumados em arquivos que nunca foram abertos e cujo conteúdo nunca foi visto.

É esse tipo de situações que nós pretendemos que deixem de acontecer.

Vice-presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Muito bem!

O Orador: Da mesma maneira que existem inúmeros exames em arquivo, nunca abertos e vistos, no Hospital do Divino Espírito Santo, também já o constatei que existem no Centro de Saúde de Ponta Delgada, no Centro de Saúde da Graciosa, ou seja, existem várias situações em que são pedidos exames que não têm qualquer tipo de benefício para o doente, porque ninguém os avalia de seguida.

Isso é importante que se diga desta forma e é importante referir que, obviamente, existem, e como eu disse, e é bom realçar, profissionais de muita

qualidade no Serviço Regional de Saúde. Agora, o sistema que foi montado de alguma forma permite alguns excessos e esses, sim, têm de ser corrigidos.

A questão das deslocações que levantou, e já vou concretamente à sua questão direta da ilha de São Jorge, é um dado também importante de ser analisado.

Quando disse que há total abertura por parte do Governo Regional de demonstrar aquilo que são os dados concretos do Serviço Regional de Saúde, este é um dos dados que todos os partidos deviam analisar. As deslocações dos especialistas às ilhas não só têm vindo a aumentar em termos de número, mas como também tem vindo a aumentar o número de deslocações dos doentes para os hospitais. Ou seja, aquilo que à partida seria uma boa ideia e que nos permitiria reduzir custos dentro do Serviço Regional de Saúde e seria um serviço de melhor proximidade a alguns utentes, neste momento, o que se verifica é que não só estão a existir mais consultas e mais proximidade relativamente a esses doentes, mas os doentes estão a sair mais das suas ilhas para os hospitais centrais na sequência dessas deslocações.

E é esse campo concreto que a Secretaria Regional da Saúde pretende, de uma forma clara e científica, através da sua Direção Regional da Saúde, rever e moderar, porque não é perceptível que, se nós estamos a enviar especialistas às diferentes ilhas sem hospital, mais doentes venham dessas ilhas para os hospitais para depois consultas subsequentes ou outro tipo de seguimento que esses especialistas possam achar ser necessário.

Vice-presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Muito bem!

(Aparte inaudível do Deputado Artur Lima)

O Orador: Relativamente às questões do Sr. Deputado Luís Silveira, não há qualquer tipo de perseguição, e isso é importante deixar claro, de uma vez por todas, relativamente a qualquer ilha desta região.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Há, há! E os meios complementares de diagnóstico que têm que fazer?

O Orador: Ou seja, não há qualquer tipo de perseguição, relativamente à Secretaria Regional da Saúde, a São Jorge, à Graciosa ou a qualquer ilha que seja.

Foram levantadas algumas questões concretas de São Jorge. Obviamente interessam aos jorgenses este tipo de discussões aqui, no Plenário, mas já tinha havido a oportunidade da própria Secretaria Regional da Saúde esclarecer algumas delas, nomeadamente o encerramento de alguns serviços de proximidade.

Aquilo que foi dito pelas pessoas que gerem a Unidade de Saúde da Ilha de São Jorge é que havia uma dificuldade, não só em termos de condições físicas dos postos que acabou de referir - até porque estamos a falar de postos com uma proximidade ao seu centro de saúde central de cerca de 3 a 7 km -, como também no número de consultas em que cada um desses postos era feito. Vai-me desculpar, mas acho que há aqui um princípio de racionalidade relativamente a essas deslocações que é: se o médico vai a um posto fazer quatro consultas numa manhã e perde uma manhã para se deslocar a um posto para fazer 4quatro consultas, é preferível, do ponto de vista racional, que o médico se mantenha naquele que é o seu posto central e faça doze consultas de manhã. Se nós estamos a deslocar esse médico para fazer o atendimento a quatro doentes, existem outros seis doentes que estão no seu posto principal e que ficaram sem a devida consulta.

É esse princípio de racionalidade que é importante nós percebermos. E, como disse há pouco, o Serviço Regional de Saúde tem um desenho estrutural de há 30 anos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é verdade!

O Orador: O modo e as vias de comunicação relativamente a São Jorge mudaram, com certeza, nestes últimos 30 anos. E aquilo que pode ser um esforço que era feito de uma forma impercetível há cerca de 30 anos, neste momento, pedir a alguém que se desloque 3 km para fazer a sua consulta no centro de saúde central em vez de fazer no posto de saúde para que mais seis pessoas possam ter essa devida consulta, não é irracional.

Deputados Artur Lima e Luís Silveira (CDS-PP): É para fechar, então, Sr. Secretário?

O Orador: Irá ter a sua oportunidade depois de colocar a sua questão.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não! O lugar certo é aqui!

O Orador: Em relação aos médicos fisiatras...

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Não foi isso que perguntei!

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

O Orador: ... e à forma com que o expôs, devo esclarecê-lo (e é difícil para quem não é da área médica perceber isto de uma forma clara) que da mesma forma que um oftalmologista prescreve óculos, o médico fisiatra prescreve fisioterapia. E é esse tipo de fisioterapia que deve ser prescrita dentro do Serviço Regional de Saúde.

Não é passível nós continuarmos a sustentar alguns tipos de práticas que têm sido reiteradas relativamente a esta área, porque aquilo que nós precisamos é de um serviço de qualidade para, neste caso, os jorgenses.

Deve perceber, e deve ser do maior interesse dos jorgenses que, da mesma maneira que se desloca à ilha de São Jorge um especialista da área de oftalmologia, um especialista da área de cardiologia, se desloque também à ilha de São Jorge um especialista da área de fisioterapia, que é uma especialidade médica que leva quatro anos a fazer, para avaliar aqueles doentes e perceber claramente se há necessidade ou não de fisioterapia relativamente àqueles doentes.

A fisioterapia é uma área técnica específica médica que preconiza a reabilitação de alguns tipos de patologias. E é nessa área específica que os médicos de medicina física de reabilitação intervêm e é nessa área específica que a Secretaria Regional da Saúde quer também promover e fornecer aos utentes de São Jorge a melhor qualidade na prestação desses serviços.

Será, certamente, enquadrado na deslocação dos especialistas à ilha de São Jorge um médico especialista em medicina física de reabilitação para que possa avaliar esses doentes em S. Jorge.

Relativamente ao heliporto,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Foi só propaganda eleitoral!

O Orador: ... obviamente que não está nada previsto em plano de investimentos de 2013 relativamente a esta matéria.

Há aqui uma necessidade de repensar esse investimento, porque é um investimento que se verificou, do ponto de vista técnico, de difícil execução pelo desnível do efetivo terreno...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então por que é que compraram o terreno?!

O Orador: ... e pelo montante de deslocação de terreno que teria de ser feito.

De qualquer forma, poderá haver aqui uma necessidade relativamente a essa matéria. Essa matéria não está posta em causa nem foi contemplada no plano de 2013. Agora, isto é uma legislatura que não acaba em 2013, isto é uma legislatura que irá ter os seus quatro anos e, ao longo dos quatro anos, teremos oportunidade de pensar novamente essa matéria.

Relativamente às duas intervenções do Sr. Deputado Aníbal Pires sobre as questões que levantou - as parcerias público-privadas, a relação entre o público e o privado -, espero ter ficado esclarecido.

Agradeço a total disponibilidade para com o Governo em repensar a saúde, coisa que se tem manifestado e que da parte do PCP tem sido consequente. Ou seja, tenho notado da sua parte um verdadeiro empenho nesta área e aqui, publicamente, o quero reconhecer.

(Pausa)

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): E a centralização dos serviços de internamento e de urgência em S. Jorge?

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Pode perguntar!

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Estou a perguntar!

O Orador: Aproveito também para esclarecer esse ponto específico.

Não há qualquer tipo de decisão formal do Governo...

(Apartes inaudíveis do Deputado Luís Silveira)

O Orador: O senhor faz a pergunta, quer ouvir a resposta, com certeza?

(Apartes inaudíveis da Câmara)

O Orador: Posso responder? É que está a fazer-me perder tempo e depois no fim já não tenho tempo necessário para as suas efetivas respostas!

Relativamente à centralização, aquilo que é ponto assente por parte do Governo Regional, e vou-lhe repetir, e já o disse anteriormente, é que não há qualquer tipo de decisão relativamente a qualquer tipo de encerramento nas unidades de saúde de ilha da região. Há uma necessidade de repensar algumas estruturas que estão montadas segundo aquela lógica que já lhe disse. Contudo, não há ainda qualquer decisão formal, porque isso não será uma decisão formal do Governo Regional dos Açores. Será uma decisão em consenso, que será tomada pelos açorianos relativamente ao seu Serviço Regional de Saúde.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Primeira questão, a questão do consenso político.

Eu vou dar o entendimento do PPM.

O nosso entendimento é que, nesta legislatura, existiu disponibilização por parte do Governo Regional de um espaço de diálogo. Foi aberto um diálogo, foi lançado esse desafio aos partidos da oposição. Nós, se nos têm feito na anterior legislatura esse mesmo desafio, teríamos dito aquilo que dissemos neste momento presente: estamos aqui para dar o nosso contributo em relação a esta questão, no sentido de darmos as nossas ideias, as nossas perspetivas, no sentido de serem tomadas as melhores decisões a nível da região.

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

O Orador: O que eu quero dizer é que, sendo este um contributo político institucional, o documento que vai resultar não é um documento que o PPM considere que nos responsabiliza, porque a síntese do conjunto das ideias dos

diversos intervenientes e das diversas forças políticas está a ser feita e é exclusiva do Governo Regional. E, portanto, nesse sentido, a responsabilidade é do Governo Regional em relação a este documento. Portanto, não podemos falar aqui, como, há pouco, o Partido Socialista fez na intervenção que foi realizada, em consenso político. Cada partido tem as suas opções eleitorais. Têm obviamente o seu programa, têm de se manter fiel ao seu programa. Esta é que é a nossa legitimidade e o nosso dever institucional é dar o nosso contributo. Mas o documento que vier a resultar, pelo menos pela nossa parte,...

Deputado José San-Bento (PS): Que conversa é essa! O senhor tem medo!

O Orador: ... não é um documento que significa um consenso político. E devo dizer o seguinte: se a síntese,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os senhores não cumprem a sua palavra!

Deputado José San-Bento (PS): Não tenho medo!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça o favor de continuar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mais exemplos!

(Risos do Deputado Paulo Estêvão)

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, penso que está em condições de continuar.

O Orador: ... se o documento, se a síntese que viesse a ser efetuada fosse negociada e fosse feita pelos diversos intervenientes, então aí podíamos falar de um documento consensual.

Eu percebo que essa é a sua perspetiva, Sr. Secretário, mas não era a perspetiva que foi aqui apresentada pelo Partido Socialista. Portanto, a perspetiva que foi apresentada pelo Partido Socialista foi uma perspetiva de consenso político.

Eu quero diferenciar bem esta questão.

Nós demos um contributo. O documento, como a síntese é feita de forma arbitrária pelo Governo, responsabiliza única e exclusivamente e é da vossa responsabilidade.

Outra questão do ponto de vista político, antes de passarmos às ações concretas, é a seguinte: os senhores têm legitimidade para fazerem essa síntese política? Têm, porque, evidentemente, o Partido Socialista tem o seu programa, as outras forças políticas também têm os seus programas...

Deputado Aníbal Pires (PCP): E saúde? E sobre a saúde?

O Orador: ... e o Governo tem uma legitimidade e o dever de integrar os diversos contributos dos agentes sociais, que sejam mais do que aquilo que é a ação que foi proposta pelo Partido Socialista.

Portanto, esta é a questão...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os senhores é que não cumprem a vossa palavra!

O Orador: ... e acho que é...

Deputada Berta Cabral (PSD): Muito bem!

O Orador: ... absolutamente fundamental, porque tenho visto também na Comunicação Social falar-se no documento de consenso político.

É preciso verificar que não há aqui um documento de consenso político. Há medidas com as quais eu concordo, com certeza, mas vamos ter outras medidas com que nós não concordamos. Agora, em relação a esta questão, é preciso definir bem as fronteiras e as responsabilidades do consenso político e do documento e da ação do Governo em relação a esta matéria, porque senão os senhores daqui a uns meses vêm dizer-me: “Mas o senhor participou! Este documento também é seu!”, e eu não quero vir a ter essa responsabilidade política.

Acho que é fundamental, até porque em democracia o pluralismo é absolutamente fundamental. A dinâmica do pluralismo político, das diversas propostas, é fundamental e nós não podemos, no nosso sistema político, abdicar disto.

Vamos à segunda questão que aqui tenho referenciada: a questão da gestão da dívida,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): A saúde!

O Orador: ... que preocupa tanto os açorianos e que é um problema grave.

O Governo, na minha perspetiva, tem legitimidade política para dizer: “Nós não precisamos da República, não precisamos de saneamento. Nós apresentámos aos eleitores a nossa proposta. A nossa proposta política não previa o saneamento político e o auxílio de nenhuma outra instituição”.

Sim, senhor! Toda a legitimidade! Esse é o vosso caminho e é absolutamente legítimo.

A questão que se coloca aqui é: eu não consigo perceber como é que nós vamos e como é que o Sr. Secretário vai conseguir impedir que a dívida continue a aumentar, porque os meios financeiros que estão previstos para este ano, no máximo dos máximos, diminuem a um ritmo do aumento da dívida, mas não impede que a dívida continue a aumentar. Isso eu posso assegurar-lhe, e podemos fazer as contas no final do ano, mas não impede que essa dívida continue a aumentar. E, portanto, o que nós vamos ter aqui não é uma diminuição da dívida, é um aumento da dívida nestes anos, mesmo que os resultados da racionalização e das medidas de racionalização que estão a ser implementados venham a ter algum resultado, eu considero que no final deste ano, quando analisarmos a execução deste Orçamento, nós vamos verificar que a dívida vai continuar a aumentar. Portanto, este é um problema que, em relação ao plano de ação do Governo, não está resolvido e vai agravar-se. O aumento...

Deputado Francisco César (PS): Como é que o senhor sabe se está resolvido ou não?

O Orador: ... da dívida é um problema que os senhores, desta forma e com o plano de ação que têm previsto, não vão resolver.

Terceira questão.

Eu vou aproveitar para também...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para falar de saúde!

O Orador: Diga, diga!

Para falar de saúde! Exatamente! É disso que eu tenho estado a falar. Portanto, vou continuar a falar de saúde.

O que eu vos queria dizer é o seguinte: em relação àquele que foi o contributo do PPM neste âmbito, eu quero dizer ao Sr. Secretário que o documento que lhe

entregámos é absolutamente público. Nós assumimos, nós não dizemos nada nas reuniões institucionais com o Governo que não se assuma cá fora. Nós, de forma alguma, vamos dizer que os senhores façam isto (que até podem ser medidas de racionalização e medidas que têm custos do ponto de vista político) e depois não o assumirmos. Não! O que dissemos lá, o Governo está completamente à vontade para transmitir que essa foi a posição do PPM e, como nós entregámos um documento escrito, as coisas estão absolutamente asseguradas.

Agora, o que eu considero que é fundamental é aqui referenciar algumas medidas.

Falámos do levantamento dos problemas de saúde da população, por exemplo, ao nível da doença crónica. Nós consideramos que isto é absolutamente fundamental, é uma medida de racionalização e é uma medida que irá permitir uma ação muito mais objetiva por parte do Governo Regional nesta matéria e da Administração Regional.

Propusemos uma supervisão muito mais próxima da gestão das unidades de saúde. O Governo Regional, pelo que tive conhecimento pela Comunicação Social, já está a fazer isso. Consideramos fundamental para detetar desvios, para detetar desperdícios.

A análise de todas as situações que evidenciam desperdício deve ter uma resposta objetiva por parte do Governo Regional em relação a este tipo de questões que venham a ser detetadas.

Falámos da racionalização dos serviços prestados, da sensibilização da população e até indicámos uma medida concreta, a construção de uma fatura amigável...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Fico logo irritado!

O Orador: ... que permita que as pessoas tenham a perfeita consciência do custo do serviço e da despesa envolvida em relação àquela ação do Serviço Regional de Saúde.

(Diálogo entre os Deputados Aníbal Pires, Zuraida Soares e Artur Lima)

O Orador: Falámos na...

Mas esta não é paga, Sr. Deputado!

O Sr. Deputado do Partido Comunista já está a ouvir falar em faturas. Esta não é paga! É para que as pessoas, os utentes tenham consciência dos custos envolvidos naquele tratamento específico.

Depois, também a flexibilização dos horários, de forma a torná-los mais acessíveis,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Vejo pelo IRS. Sei bem o que pago!

O Orador: ... que é uma forma também de acautelar a produtividade no âmbito quer da administração, quer também do setor privado.

A criação de um registo clínico geral disponível para todas as instituições. Também fizemos esta proposta.

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

O Orador: Melhorar o funcionamento da telemedicina. Como bem tem vindo a ser dito por diversos deputados, nomeadamente pelo CDS, em relação à telemedicina, foram feitos investimentos muito grandes e, de facto, em relação depois à utilização concreta e aos resultados concretos, não correspondem minimamente ao investimento que foi realizado.

Também em relação aos incentivos.

(Diálogo entre o Vice-presidente do Governo Regional e o Deputado Artur Lima)

O Orador: Entrámos numa nova geração de incentivos assentes na preparação de contrapartidas em termos de planos de desenvolvimento de competências e já não apenas centrado na questão financeira.

E, portanto, nós apresentámos um grande conjunto de medidas que pretendem racionalizar o sistema, que permitem evitar despesas excessivas, desperdícios, para que o serviço possa funcionar com maior eficácia, para que os açorianos e o Governo Regional o consigam pagar e para que...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O Governo não tem um programa? Cumpra!

O Orador: ... se assegure à população bons serviços no âmbito da saúde, que é isso que todos nós pretendemos.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Cabral.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-presidente, Sr. Secretário Regional da Saúde:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, todos os contributos que são dados aqui, no nosso Parlamento, pelos 6 partidos, certamente que vão contribuir para uma solidez e uma consistência do documento apresentado pelo Governo Regional dos Açores.

Este debate surge numa altura em que decorre uma reflexão alargada sobre o setor da saúde e é importante refletir sobre a saúde, porque é uma área da nossa política importante para todas as pessoas que vivem aqui na Região Autónoma dos Açores.

A Saúde na Região Autónoma dos Açores é e sempre foi uma prioridade do Partido Socialista.

A sustentabilidade da Saúde é uma necessidade para assegurar a continuidade da prestação de cuidados de saúde com segurança e com qualidade aos açorianos e às pessoas que optaram por viver nos Açores.

A modernidade e o progresso da Saúde dos Açores constata-se através da evolução muito significativa dos indicadores de saúde e dos consideráveis ganhos em saúde obtidos nos últimos anos da governação socialista, resultando num aumento substancial da qualidade de vida de todos açorianos e de todas as açorianas.

Os ganhos em saúde, na última década, são evidentes e significativos:

- Aumento do número de consultas, de cirurgias e de meios auxiliares de diagnóstico e terapêutica;
- Aumento apreciável dos recursos humanos especializados na RAA;
- Grande de aumento de consultas de especialidade na consequência de deslocação de especialistas, implementado pela governação socialista;

- Aumento da qualidade de prestação de serviços de saúde, são uma realidade;

Os investimentos na Saúde estão à vista de todos os açorianos.

O melhoramento das infraestruturas, com construção e remodelação das instituições de Saúde da RAA e o apetrechamento e modernização dos equipamentos são evidentes e resultam numa melhoria significativa da Saúde nos Açores.

São várias as infraestruturas que foram construídas, recentemente, na RAA.

Hospital de Angra; Bloco C do Hospital da Horta; Centro de Saúde da Graciosa.

A obra mais emblemática é sem dúvida a construção do novo Hospital de Angra do Heroísmo. Este investimento já traz ganhos em saúde muito consideráveis para a população açoriana.

O apetrechamento e modernização dos equipamentos para as Unidades de Saúde e a estruturação da Emergência Médica são outras mais-valias para os Açores.

Os investimentos e os custos têm aumentado naturalmente na RAA mas, sempre, com o objetivo de melhorar a prestação dos cuidados de saúde e a acessibilidade das pessoas ao SRS.

Em suma, houve ganhos e grandes progressos na Saúde nos Açores nos últimos anos.

Quanto à dívida da Saúde, admitimos que é um problema real. Aliás, é nos Açores, na Madeira, é no país, é na Europa, é nos Estados Unidos da América e é em todo o mundo civilizado.

A dívida da Saúde é fruto da evolução dos procedimentos, das novas técnicas de diagnóstico, dos novos tratamentos que as instituições e os profissionais de saúde acompanham aqui, nos Açores, e implementam aqui na nossa RAA.

Havendo constrangimentos financeiros, há que reformar o SRS com concertação, inteligência e coragem.

Como disse o Senhor Presidente do GRA, Dr. Vasco Cordeiro:

“Nós não queremos reformar porque temos um mau Serviço Regional de Saúde. Nós queremos reformar para garantir que, no futuro, continuamos a ter um bom Serviço Regional de Saúde”.

As pessoas vivem mais, tratam-se mais, existem mais tratamentos e meios ao serviço dos cidadãos. Isso é, obviamente, bom, mas custa dinheiro. Maior oferta, maior procura.

O Partido Socialista dos Açores entende que não há outra forma senão racionalizar, cortar no indispensável para investir no essencial.

O essencial são os utentes e, assim sendo, esta parte é intocável.

Tudo o resto pode e deve ser cortado e é isso mesmo que deve ser feito.

A questão da saúde para PS/Açores é clara: pode-se cortar nas despesas, mas nunca nos serviços prestados aos utentes.

Somos nós açorianos que temos de decidir...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto é um paradoxo!

O Orador: ... qual a forma mais eficaz de sustentar o Serviço Regional de Saúde e como gerir a dívida da Região neste setor.

Não podemos permitir que outros decidam por nós.

Somos nós é que sabemos das nossas necessidades, das especificidades do nosso território.

Queremos, sempre em primeiro lugar, respeitar e garantir o direito à Saúde

Somos nós, açorianos, que sabemos quais as prioridades e quais são as estratégias mais indicadas para a sustentabilidade da Saúde na RAA.

É urgente reformar, reorganizar e articular a rede de cuidados de saúde do SRS.

Temos todos de fazer um esforço para continuar a detetar os desperdícios na área da Saúde. Existem ainda muitos gastos que podemos controlar e minimizar.

Detetar e resolver as falhas na articulação entre as instituições de saúde da Região.

Estabelecer com rigor o percurso dos doentes açorianos entre as unidades de saúde de ilha dos Açores.

Articular a emergência Pré Hospitalar, Cuidados de Saúde Primários, Cuidados de Saúde Diferenciados, Cuidados de Saúde Continuados e Cuidados de Saúde Paliativos.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Por que é que não fazem isso?

O Orador: Articular, melhorar a articulação, melhorar a rede.

Ainda, é necessário aperfeiçoar muitos procedimentos e avaliar, continuamente, a prestação dos cuidados de saúde aos utentes.

Aumentar a produtividade, sem nunca diminuir a segurança e a qualidade da prestação dos cuidados de saúde.

Apostar na Informatização do SRS.

Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP): E fazer cirurgias?

O Orador: Auditar a Despesa com Medicamentos nas Instituições de Saúde.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Querem fazer muita coisa.

Deputado João Costa (PSD): Para quando é isso?

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Para daqui a 16 anos!

O Orador: Empenhar esforços na aquisição de medicamentos e material clínico numa Central de Compras.

Fiscalizar os procedimentos em saúde na Região.

Acabar com a duplicação de procedimentos que se faz nas instituições de saúde da Região.

Uniformizar critérios nas Unidades de Saúde da RAA.

Avaliar e determinar o custo médio de todos os procedimentos em saúde nas diferentes unidades de saúde.

Reformular a política de participação...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): O que é que os senhores estiveram a fazer durante 16 anos?

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Estamos a dar continuidade às políticas de saúde que são boas e que os açorianos votaram para nos dar essa responsabilidade no último ato eleitoral.

... do SRS aos atos médicos efetuados no âmbito privado.

Apostar na Telemedicina e nas Teleconsultas.

Melhorar no planeamento, aumentar a boa gestão, intensificar o rigor na despesa.

As estratégias do Partido Socialista dos Açores são:

- Continuar o esforço de diminuir o desperdício;

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Está muito preocupado com as eleições internas na JSD!

O Orador: - Aumentar a produtividade de todos os profissionais de saúde;

- Reorganizar todos os serviços de Saúde e potenciar as mais-valias que o SRS oferece.

As estratégias são:

- Poupar na saúde para investir novamente na saúde;

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Com rigor?!

O Orador: - Continuar a acompanhar a evolução técnico científica, a modernização e o progresso;

- Investir na igualdade de tratamento das pessoas nas instituições públicas de saúde;

- Planear com rigor;

- Implementar as medidas com determinação;

- Avaliar com exatidão todos os procedimentos em saúde.

A estratégia política é continuar a investir no Sistema de Saúde da Região Autónoma dos Açores com eficácia e rigor e, ao mesmo tempo, economizar e poupar, melhorando a gestão em todos os procedimentos.

O Partido Socialista dos Açores entende que deve ser implementado um conjunto de medidas para combater insistentemente o desperdício e racionalizar os custos nos serviços de saúde, num esforço de todos acrescido e prioritário de **contenção da despesa.**

- Continuar a aumentar a **eficiência e a produtividade** dos recursos humanos no setor da Saúde. Isto é um vetor fundamental para a melhoria da Saúde.

- A **reorganização dos serviços** de modo a existir maior racionalização dos

recursos humanos é uma medida necessária para aumentar a eficácia.

- O processo de **aquisição centralizada** de material de consumo clínico e farmacêutico, em cooperação com a SAUDAÇOR, já gerou e produzirá, certamente, no futuro, ainda mais, uma considerável poupança.

Não podemos continuar a melhorar sem combater com determinação os desperdícios existentes na Saúde.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista tem a certeza que é ainda possível **fazer mais** com o mesmo financiamento.

Temos a certeza que é ainda possível **fazer mais** com menos despesa.

É necessário continuar a implementar um conjunto de regras e boas práticas:- Reduzir as horas extraordinárias (continuar a reduzir, porque isso já foi implementado).- Reformular os horários dos médicos, dos enfermeiros e dos técnicos de saúde para ajustar a sua permanência nos serviços na maior afluência de utentes.

- Reduzir os horários de prevenção.- Aumentar a produtividade por parte dos profissionais de saúde.- Reorganizar os serviços de modo a existir maior racionalização dos recursos humanos.- Processar a aquisição centralizada, como já disse há pouco.

- Os Hospitais passaram a ser obrigados a utilizar de genéricos autorizados pela INFARMED.- O Partido Socialista concorda em reduzir os vencimentos e os números dos gestores dos Hospitais da RAA.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Agora!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Por que é que ainda não reduziram?

Deputado Luís Maurício (PSD): Estão selecionando quem lá põem!

O Orador: Nós concordamos e fizemos chegar ao Governo uma lista de todas as nossas preocupações.

E esta é uma situação importante:

- Determinar com exatidão o custo médio das consultas, das cirurgias, dos tratamentos e dos meios de diagnóstico e terapêutica nas diferentes Instituições de saúde da RAA, para planear, implementar, avaliar e estabelecer as prioridades e estratégias mais corretas.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Não há outra forma senão racionalizar, cortar no indispensável para investir no essencial.

No futuro deve-se apostar na sustentabilidade, em maiores níveis de produtividade dos recursos rentabilizando todo o investimento, na segurança, na qualidade da prestação dos cuidados de saúde e na profissionalização da gestão. O PS/A não abdica da qualidade na prestação de cuidados de saúde a todos os açorianos, especialmente aos mais carenciados.

O PS/A entende que não deve haver uma Saúde para pessoas mais favorecidas e outra Saúde Pública para pessoas mais desfavorecidas.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Os açorianos e as açoriana e as pessoas que optaram por viver nos Açores têm a certeza de que o Governo Regional dos Açores e o Partido Socialista dos Açores encontrarão as melhores soluções açorianas para a sustentabilidade do setor da saúde dos Açores.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Depois de ouvir o Sr. Deputado, e meu colega, Ricardo Cabral, eu acho que não valia a pena...

Deputado José San-Bento (PS): Vale sempre a pena!

O Orador: ... a oposição ter dado contributo nenhum,...

Deputado Ricardo Cabral (PS): Todos os contributos são válidos!

O Orador: ... porque ele, efetivamente, listou uma série de contributos interessantes.

Mas eu devo dizer-lhe o seguinte. O Sr. Deputado Viveiros Cabral citou e disse que era preciso uma central de compras para racionalizar, enfim, etc., como uma medida muito importante para fazer.

Ora, Miguel Correia há um ano, nesta Casa, no dia 15 de fevereiro de 2012, dizia: “Os Açores não precisam de uma central de compras, tal como é o conceito de central de compras. Nós temos uma central de compras a nível nacional e podemos ir negociar diretamente com os fornecedores”. Isto responde bem àquilo que é exatamente o contrário daquilo que disse o Deputado Ricardo Viveiros Cabral.

Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP): Não estava no Governo nessa altura!

O Orador: Depois, há 24 anos que estamos à espera da revisão de uma tabela de reembolsos da privada. Isso também responde ao assunto.

Sr. Secretário Regional, em primeiro lugar, falou em racionalização e a racionalização que eu entendo que o senhor quer fazer é esta capa do *Diário Insular*, onde diz “cortar serviços e concentrá-los para aumentar a eficiência”. Essa é a sua linha de ação.

Agora, vamos a questões muito concretas, Sr. Secretário.

O senhor fala na telemedicina.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Este Governo já investiu 1 milhão e 700 mil euros na telemedicina e está prevista desde 1997, começando a ser orçamentada a verba em 2001. E não existe telemedicina nos Açores a não ser o fugaz pré-eleitoral que os senhores fazem para ganhar votos.

Deputados Luís Maurício e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Um milhão e setecentos mil euros, Sr. Secretário!

Mas agora vou aqui ao que o meu colega, Deputado Luís Silveira, levantou sobre a fisioterapia e a medicina física e de reabilitação.

Quanto a mim, esta portaria ou este despacho ou esta circular normativa que os senhores mandaram é absolutamente ilegal.

Secretário Regional da Saúde (Luís Mendes Cabral): Onde, por exemplo?

O Orador: No seu ponto 6 diz: “A prescrição do ato de medicina física e de reabilitação deve ser efetuada apenas pelos especialistas dessa área”. O senhor está a negar a mais elementar formação médica de um médico de medicina geral e familiar, que tem formação para requisitar qualquer meio auxiliar de diagnóstico e qualquer tratamento. Isto é absolutamente ilegal!

O senhor está a desprestigiar uma classe, está a restringir uma classe, está a penalizar os utentes e isto não pode ser. A Ordem dos Médicos, naturalmente, vai-se manifestar sobre isto.

Secretário Regional da Saúde (Luís Mendes Cabral): Já se manifestou!

O Orador: A prescrição do ato de medicina física e de reabilitação deve ser efetuada – a prescrição, Sr. Secretário – apenas pelos especialistas.

Confirma isso, que será essa a política do Governo? Um médico de medicina geral e familiar, ou um outro qualquer médico, não pode (um reumatologista, olhei agora para o Luís Maurício) prescrever medicina física e de reabilitação?

Agora, o que o senhor tem aqui é gravíssimo! É que as consultas de fisioterapia passam a ser feitas por telemedicina, que não existe.

(Risos do Deputado João Bruto da Costa)

E ainda tem uma coisa mais engraçada, é que sempre que se faça uma consulta por telemedicina deve ser cobrada ao utente uma taxa moderadora, salvo se o mesmo estiver isento ou dispensado da mesma. E, depois, diz mais assim: “Neste caso, deve o hospital ou EPE faturar à USI”.

Sr. Secretário, quem é que dá a consulta? É o médico que está presencial ou é o médico que está do outro lado?

Sabe por que é que não funciona? Porque andam a atirar despesas de uns para os outros! E isto o que acaba por dizer, é retirar as competências todas aos médicos de clínica geral e familiar, que fazem um excelente trabalho nas ilhas e que o senhor está a cortá-lo e a cerceá-lo, porque no ponto 8 diz: “Deve o fisiatra validar obrigatoriamente todas as prescrições por médicos da especialidade de medicina geral e familiar”. Isto é um atentado ao bom

exercício da medicina: controlar, racionalizar não é fazer um atentado à medicina, aos médicos de clínica geral e familiar que penam sem formação, porque os senhores não lhes dão formação, numa ilha e em ilhas com poucos recursos. Isto é que é grave, Sr. Secretário!

Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Depois, o senhor falou em racionalizar. É verdade, temos que racionalizar! Agora, Sr. Secretário, diga-me uma coisa, o senhor conhece isto? *Carta de Saúde da Região Autónoma dos Açores*. Para que é que foi feito isto? Para que é que o Governo fez a *Carta de Saúde da Região Autónoma dos Açores*, se o senhor está a pôr isto, literalmente, no lixo?

Secretário Regional da Saúde (Luís Mendes Cabral): Ninguém disse que isso vai para o lixo! De quando é isso?

O Orador: Isto é do ano passado. Custou milhares de euros. Está aqui a referenciação hospitalar, estão aqui uma série de coisas, está tudo aqui! O senhor não faz caso deste documento e põe para o lixo.

Aliás, parece que o Partido Socialista só agora chegou ao Governo. Antes não estive! Só agora chegou, é preciso reformar, é preciso mudar, é preciso não sei o quê.

Sr. Secretário, e já agora, quando é que o senhor acaba com a medicina privada dentro dos hospitais e dentro dos centros de saúde que os senhores autorizaram? Essa é que o senhor tem de cortar e essa o senhor não tem coragem para cortar, porque ainda não falou nela. Isso é que era preciso!

Não é essa privada feita fora do hospital, é a privada feita dentro do hospital, dentro dos centros de saúde, como se passa em todos os hospitais. Quando é que o senhor vai cortar estas privadas, Sr. Secretário? É isso que o senhor tem de dizer.

E depois, Sr. Secretário, eu vou contradizê-lo também com uma afirmação de Carlos César e do Governo, há um ano. É que o senhor acabou de dizer que não basta atirar dinheiro para cima dos problemas. Há um ano o Governo achava o contrário! “É mais dinheiro para os problemas, mais dinheiro para cima, para termos o que queremos”. Acabei de citar. E o Sr. Secretário agora que resolva a

equação e como é que vai fazer, porque, até agora, o que os senhores fazem é cortar, cortar, cortar, cortar, tal e qual a República.

E digo-lhe mais: a única poupança que se fez no Serviço Regional de Saúde deveu-se à política de medicamento da República,...

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem! É essa!

O Orador: ... que os senhores pouparam milhões e sobre a política do medicamento, prevista no Estatuto da Região Autónoma dos Açores, os senhores, até hoje, em quatro anos, ainda não legislaram uma linha que fosse.

Muito obrigado.

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos da bancada do CDS-PP)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.

(*) **Deputado Rogério Veiros (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Luís Silveira, na sua intervenção de há pouco, trouxe matérias ao debate que são, obviamente, matérias muito importantes, porque tocam a todos nós, em especial a todos nós jorgenses.

Queria começar por dizer-lhe que o Sr. Deputado não é mais jorgense do que os deputados do Partido Socialista,...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... nem mais jorgense do que qualquer outro deputado do PSD ou de outro partido.

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila) e Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: É porque às vezes, quando ouvimos as suas notas de imprensa ou as suas intervenções, parece que o senhor é mais jorgense do que qualquer outro jorgense, mas não é.

Sr. Deputado Artur Lima, ainda bem que veio ao debate, porque eu pensava que V. Excia., em muitos debates sobre a saúde e alguns com muita coragem, assumiu aqui, nesta Assembleia, medidas que eram necessárias tomar para melhor racionalização do serviço.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E os senhores votaram contra!

O Orador: Muitas delas já foram tomadas e foram aplicadas, e quero, aqui, fazer-lhe esse reconhecimento. Pensei que V. Excia. não ia participar hoje no debate, porque quando o Governo do Partido Socialista e o Presidente Vasco Cordeiro o chamaram para o senhor vir dar os seus contributos, o senhor tinha passado o testemunho...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas o que tem uma coisa a ver com a outra?

O Orador: ... ao Deputado Luís Silveira, mas enganei-me! Ainda bem que V. Excia. vai continuar a dar contributos e vai ter uma atitude corajosa neste serviço que nós temos que fazer para o bem da sustentabilidade do Serviço Regional de Saúde.

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Respostas para a saúde em S. Jorge!

Deputado João Costa (PSD): Isto é que é politiquice!

O Orador: Sr. Deputado, está nervoso? Eu não o interrompi. Tenha calma!

Deputado Luís Maurício (PSD): Seja sério!

O Orador: Sr. Deputado, há aqui diferentes matérias.

(Apartes inaudíveis da Câmara)

O Orador: Sr. Deputado, eu não o acusei, eu fui claro. Ainda bem que o senhor veio ao debate! Eu dei-lhe um elogio, Sr. Deputado, tenha calma!

Deslocação de médicos especialistas às ilhas sem hospital. É um património do Partido Socialista e é um património que este Grupo Parlamentar vai defender e quer continuar a defender,...

Deputado Luís Maurício (PSD): Isso não é verdade. Isso é uma falsidade absoluta. Não é património do Partido Socialista!

O Orador: ... e é para manter em São Jorge, no Pico, na Graciosa e em todas as ilhas. Agora, há uma coisa que nós vamos ter...

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Srs. Deputados, o Sr. Deputado Rogério Veiros está no uso da palavra. Faça favor de continuar.

O Orador: (Queria que a senhora descontasse o tempo!)

Os Srs. Deputados da oposição estão nervosos. Foram chamados a participar neste debate e estão nervosos.

Srs. Deputados, é um património que o Partido Socialista trouxe e que quer manter e irá manter. Agora, há aqui uma questão: a deslocação de especialistas às ilhas sem hospital é em função das necessidades do Serviço Regional de Saúde e em função do utente...

Deputado João Costa (PSD): Não diga isso!

O Orador: ... e é para isso que nós vamos trabalhar e, como disse muito bem o Sr. Secretário, será analisado com base em critérios científicos e de acordo com as necessidades dos utentes das diferentes ilhas. E, por isso, nós vamos manter essa deslocação e é um assunto sobre o qual os jorgenses não terão de estar preocupados.

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Ah, mas estão!

O Orador: Sr. Deputado, outra matéria que lhe queria dizer.

Em São Jorge não existem utentes com mais direitos do que outros ou com menos direitos do que outros. Os utentes são todos utentes do Serviço Regional de Saúde e devem ter todos os mesmos direitos e a política deve ser igual para todos.

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Mas não está a ter!

O Orador: E quero dizer-lhe que há muitos anos que nós encerramos a deslocação de médicos de família para consultas de família ao Norte Pequeno, à Ribeira Seca e até ao Topo. E, por isso, nós temos, no Concelho da Calheta, consultas no Centro de Saúde e na freguesia de Santo Antão, e mantínhamos

consultas em todas as freguesias do Concelho de Velas. Houve que racionalizar, pelas medidas que o Sr. Secretário aqui pôs, e essa racionalização foi feita. Mantêm-se as consultas na Vila de Velas, na freguesia da Urzelina, aonde os utentes das Manadas se podem deslocar, e na freguesia do Norte, onde estão os utentes da costa norte.

Eu penso que São Jorge fica bem servido com esta decisão e não é isto que está a colocar em causa...

Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP): Então por que é que não defenderam isso há quatro anos?

O Orador: ... o serviço prestado aos nossos utentes.

Há que ter coragem para estas matérias e há que ser justo, e o senhor tem de reconhecer que esta foi uma medida de racionalidade e, como muito bem explicou o Sr. Secretário, uma medida justa e temos de ter essa coragem de o assumir.

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Mas eu não concordo!

O Orador: Depois, Sr. Deputado, gostaria de lhe dizer que, ao contrário daquilo que é voz corrente em S. Jorge, nem o Governo Regional, nem ninguém anunciou que iriam ser encerrados centros de saúde.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para lá vamos!

O Orador: Ninguém falou em encerrar centros de saúde, nem se falou em São Jorge em encerrar nenhum serviço direto aos nossos utentes.

O que estamos, neste momento, a discutir, e chamamos os partidos da oposição também para discutir,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Chamamos? Chamamos? O que é isso?

O Orador: ... é aquilo a que se chama uma melhor racionalização do Serviço Regional de Saúde.

Deputado Berto Messias (PS): Desafiamos, convidamos!

O Orador: Chamamos os senhores à discussão. Acho bem que participem connosco neste que é um desígnio de todos nós.

E, por isso, solicitamos, desafiamos, foi desafiado na apresentação do Programa do Governo, pelo Sr. Presidente do Governo.

(Apartes inaudíveis do Deputado Artur Lima)

O Orador: Convidamos, pronto!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Pronto!

O Orador: Se o senhor prefere ser convidado, é convidado, Sr. Deputado! O senhor está muito sensível!

E, por isso, Sr. Deputado, o que lhe quero dizer é que tudo aquilo que sair, todos os comunicados que saírem sobre essa matéria, neste momento, o que servem é para alarmar a população e assustar a população.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Oh!

O Orador: E é isso o que o Sr. Deputado fez e é isso que o Sr. Deputado muito gosta de fazer.

(Apartes inaudíveis da Câmara)

O Orador: E quero perguntar-lhe aqui, Sr. Deputado, em que é que os utentes de São Jorge ficaram prejudicados por só haver uma lavandaria em São Jorge e por só haver uma cozinha em São Jorge, Sr. Deputado?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito!

O Orador: Seja correto, seja correto para com os jorgenses!

Nós estamos a falar de cuidados de saúde, não estamos a falar do número de lavandarias e do número de cozinhas que temos no nosso serviço em São Jorge.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor não é mais jorgense do que os deputados do Partido Socialista!

O Orador: Por isso, Sr. Deputado, eu termino, mais uma vez, aqui a dizer: o senhor não é mais jorgense do que nenhum outro deputado de São Jorge e nós estamos aqui para defender os jorgenses...

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Espero bem que sim!

O Orador: ... e damos a cara...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: ... por aquilo que são as nossas políticas, e aquilo que dissemos antes das eleições é aquilo que dizemos depois das eleições e o senhor não está a falar do Governo Central do Sr. Paulo Portas.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Nós ainda temos inscrições e, por isso, encerraremos agora...

(Apartes inaudíveis do Deputado Luís Silveira)

Presidente: Sr. Deputado Luís Silveira, agradecia, pois estou no uso da palavra.

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Peço desculpa!

Presidente: Obrigada.

Sras. e Srs. Deputados, como eu ia a dizer, vamos encerrar para o almoço.

Regressamos às 15 horas para continuarmos a interpelação.

Agradecia que esperassem só um segundo para que o Sr. Secretário da Mesa possa dar a indicação dos tempos.

Secretário: Governo Regional, 9 minutos; Partido Socialista, 4 minutos; Bloco de Esquerda, 10 minutos e 40 segundos; PSD, 11 minutos; CDS-PP, 2 minutos e 20 segundos; PCP, 2 minutos; PPM, já não tem tempo.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, um bom almoço para todos. Regressamos às 15 horas.

Eram 13 horas e 04 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, peço que ocupem os vossos lugares.

(Pausa)

Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 06 minutos.

Estava inscrito o Sr. Deputado Luís Maurício. Tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, agradecer as palavras simpáticas que o Sr. Deputado José San-Bento me dirigiu, mas queria, relativamente à sua intervenção, clarificar três pontos, Sr. Deputado.

Referiu V. Excia. que tínhamos de ter em atenção no nosso discurso o não sistematizar, de forma repetida, o repisar no passado, mas olharmos para o futuro. E eu queria dizer-lhe, Sr. Deputado, muito claramente, o seguinte: a situação atual da saúde tem uma responsabilidade e essa responsabilidade tem de ser atribuída a quem é responsável,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... e essa responsabilidade é dos 16 anos do Governo Socialista. Primeira questão.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e PPM)

O Orador: Em segundo lugar, Sr. Deputado, naturalmente, nós estamos aqui como oposição para, pelo menos o PSD (e acredito que todos os outros partidos da oposição), darmos um contributo sério, honesto e construtivo em relação àquilo que são os problemas da saúde. Mas, naturalmente, Sr. Deputado, os resultados eleitorais demonstram que a oposição é oposição e que quem ganhou tem de governar. E, portanto, as opções a tomar na área da saúde têm de ser tomadas pelo Governo...

(Risos do Deputado Berto Messias)

Deputado Berto Messias (PS): Cá estaremos!

O Orador: ... e, portanto, cabe aos senhores governar.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muto bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e PPM)

O Orador: Assumiremos nós, como já assumimos por diversas vezes e de forma pública, a nossa atitude responsável numa colaboração construtiva, no que diz respeito à resolução dos problemas da saúde.

Uma segunda nota, Sr. Deputado, e com todo o respeito que me merece, relativamente a uma outra citação que fez, indo ao encontro da responsabilização dos conselhos de administração pela sua gestão. Repito aquilo que já disse em tempos, Sr. Deputado: não é a oposição que nomeia os conselhos de administração das unidades de saúde, são os senhores que os nomeiam.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E, portanto, se os senhores mantêm a confiança nesses responsáveis, são corresponsáveis pela sua má gestão.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É isso que o senhor tem de afirmar.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)

O Orador: Sr. Deputado Rogério Veiros, queria na realidade que V. Excia. reconhecesse que o património relativo à deslocação dos especialistas não é um património do Partido Socialista.

Como bem se recorda, a primeira portaria que regulava a deslocação de especialistas é de 1987,...

Deputado Rogério Veiros (PS): Não é não senhor!

O Orador: ... o Partido Socialista não estava no Governo.

Mas, mais importante do que isto, Sr. Deputado Rogério Veiros, é a necessidade que a sua bancada e o Governo têm de articular o discurso, porque V. Excia. acabou de afirmar aqui que os açorianos tinham votado no programa eleitoral do PS e que ao PS cumpria cumprir – passo o pleonasma – esse programa. Oh, Sr. Deputado, se é assim, os senhores então não precisam de oposição para nada! Cumpram o vosso programa e governem!

Deputado João Bruto Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)

O Orador: É isso que nós pretendemos esclarecer: se a posição que V. Excia. aqui manifestou é a posição da bancada do Partido Socialista e do Governo, porque se não, estamos entendidos sobre essa matéria.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, duas ou três notas sobre as respostas que deu à minha intervenção inicial.

Fiquei a saber que, segundo V. Excia. afirmou, o inquérito que decorre no hospital de Ponta Delgada ainda não está concluído e que faz depender das conclusões desse inquérito a sua tomada de posição relativamente às responsabilidades da administração do Hospital do Divino Espírito Santo. Foi isso que entendi.

Em segundo lugar, e relativamente à questão relacionada com a imagiologia, não terá entendido, por ventura, aquilo que eu queria dizer,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é grave!

O Orador: ... eu reconheço, e se V. Excia. o afirmou, que há exames complementares de diagnóstico guardados em prateleiras...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é grave!

O Orador: ... e que ninguém os observou, enfim, caberá avaliar a responsabilidade desse processo, mas o que eu lhe queria referir, na minha intervenção inicial, é que me questionava se a cessação do contrato público que permitia a utilização em escala dos equipamentos do hospital, de modo a dar

uma melhor resposta aos cidadãos, a esses próprios cidadãos, açorianas e açorianos que recorrem ao hospital para a realização de exames complementares de diagnóstico nessa área, não seriam prejudicados. Era essa a minha intenção quando lhe coloquei essa questão.

Mas, mais uma vez, Sr. Secretário, quero reiterar, em nome do PSD, a nossa atitude construtiva relativamente às questões da saúde, sendo que delimito no início desta minha segunda intervenção as responsabilidades do passado e as opções da governação para o futuro.

Queria dizer-lhe, mais uma vez, que as nossas preocupações, aqui manifestadas, entroncam, convergem para aquilo que é o interesse das pessoas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E o interesse das pessoas passa necessariamente pela resolução das longas listas de espera cirúrgicas; passa necessariamente pela resolução das longas listas de espera para consulta nos nossos hospitais.

Eu bem sei, Sr. Secretário, que a resposta que deu relativamente às listas de espera cirúrgicas tinham tido uma especialidade que tinha reduzido de forma significativa o número de pessoas inscritas, que, de certa forma, podia fazer entender que os quatro mil que estão à espera em Ponta Delgada, no fundo, reduzem-se a dois mil.

Bom, Sr. Secretário, não sei que critérios clínicos é que terão levado esses clínicos a colocar os doentes nessas listas de espera, mas provavelmente serão muito diferentes dos critérios que são seguidos em outras unidades de saúde hospitalares no continente, onde as listas de espera têm uma durabilidade muito menor do que aquelas que se verificam na região.

E preocupam-me, Sr. Secretário, as pessoas, e, mais uma vez, tivemos conhecimento (e preocupa-me a resolução da dívida), quando acabamos de saber que há cidadãos na ilha de São Miguel que procuraram o Centro de Saúde de Ponta Delgada para fazer os seus reembolsos e não há dinheiro para pagar os reembolsos, Sr. Secretário.

Portanto, é isso que nos preocupa, são as pessoas que nos preocupam. E quando falamos em recessão da dívida, não é pelo valor absoluto dos números, é por aquilo que eles representam para as pessoas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: E, portanto, mais uma vez, Sr. Secretário, convinha esclarecer, “a exemplo de outros maus exemplos de comunicação”, e estou a citá-lo, se o problema é um problema técnico, que é aquilo que está a ser transmitido aos doentes, ou se é um problema de falta de tesouraria, como disse a responsável pela Unidade de Saúde da Ilha de São Miguel, a Dra. Maria João Carreiro, à Comunicação Social, há breves minutos.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Saúde, tivemos a oportunidade de entregar ao Governo um documento escrito, naquilo que correspondem as nossas propostas. Muitas delas já foram aqui referidas. Continuamos interessados no desenvolvimento de um trabalho sério, esperando que o documento por vós elaborado nos chegue às mãos com as vossas opções de governação. Teremos uma atitude positiva de contra propositura, sendo que a decisão final, naturalmente, será vossa, porque só a vós vos cabe governar.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

(*) Deputado Domingos Cunha (PS): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começo pela intervenção do Sr. Deputado Luís Maurício para lhe dizer três coisas.

Primeiro: o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e o Governo assumem e não renegam a responsabilidade da gestão do Serviço Regional de Saúde e o compromisso que têm, assumindo as dívidas do Serviço Regional de Saúde.

Em segundo lugar, quero relembrar ao Sr. Deputado Luís Maurício que a Portaria de deslocação de doentes é a 43/97,...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: ... que é da autoria e da responsabilidade do Partido Socialista,...

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila) e Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... que criou, pela primeira vez, a possibilidade de deslocar médicos da especialidade hospitalar de clínica geral de medicina familiar, médicos dentistas e psicólogos às ilhas sem hospital.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Todos os regulamentos, a regulamentação dessa portaria é clara, é objetiva e temos, nesta Assembleia, profissionais de saúde que já utilizaram essa portaria.

Quero também reafirmar, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que consideramos que o Governo tem toda a legitimidade política e tem todas as condições para implementar...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

O Orador: ... uma reorganização e um planeamento do Serviço Regional de Saúde. E é isso que vai fazer com os contributos de todos, na certeza, porém, de que quem quer contribuir para a melhoria da sustentabilidade do Serviço Regional da Saúde, que, em nosso entender, não é só exclusivamente financeira, é também sob o ponto de vista de planeamento, de organização e de reorganização, impõe bom senso, impõe cautelas e impõe, de facto, um consenso alargado...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso é uma autocrítica!

Deputado Luís Garcia (PSD): Só pode ser autocrítica!

O Orador: ... para continuarmos a garantir prestação de cuidados de saúde com segurança, com confiança e com qualidade.

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila) e Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Quero também dizer e quero afirmar que todas estas mudanças de estruturas que têm de passar pelo Serviço Regional de Saúde, obrigatoriamente, têm que envolver os profissionais de saúde.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

O Orador: Não podemos fazer reformas nem reorganizações se não tivermos capacidade de os motivar, de os envolver e de demonstrar que eles são parte integrante na resolução da sustentabilidade deste serviço,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ora aí está!

O Orador: ... que não queremos para hoje nem para amanhã, mas queremos para daqui a 10, 15, 20 anos. E é isso que vamos continuar a fazer e é esse o compromisso que assumimos e que vamos dar seguimento.

Também queremos dizer que precisamos de modelos de organização adequados ao tempo que vivemos, mas, sobretudo, aos tempos que aí vêm, porque os desafios que nós temos na saúde são os desafios que são conhecidos, que são propostos nos maiores estudos internacionais e nacionais nesta matéria. E todos nós conhecemos quais são os desafios.

Portanto, são as expectativas dos cidadãos perante a quantidade de recursos que estão disponibilizados, a melhoria e a diferenciação desses recursos, das novas tecnologias, da acessibilidade fácil aos serviços de saúde, ao envelhecimento da população, enfim, a um conjunto de regras e de desafios que se impõem, para os quais nós temos de ter um olhar claro e objetivo para aquilo que queremos para o futuro da salvaguarda do Serviço Regional de Saúde.

Precisamos, de facto, de uma reorganização que se atualize aos tempos em que vivemos, mas que vá mais além desses tempo, sobretudo aqueles que se vão aproximar, mas queremos, sim, que haja uma responsabilidade e uma responsabilização de cada um dos intervenientes nas medidas que forem propostas, projetos esses e documentos que já foram assumidos pelo Sr. Presidente do Governo, que serão publicamente divulgados a todos os partidos representados nesta Assembleia para apreciação e parecer, até ao primeiro semestre deste ano. Por isso, todos os contributos que possam chegar, o

Governo, com certeza, e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista levarão em conta essa situação.

Mas permitam-me só, muito rapidamente, que me refira à intervenção da Sra. Deputada Zuraida Soares, porque há duas afirmações que a mim me preocupam grandemente: quando a Sr. Deputada falou na questão dos bolseiros, eu pergunto-lhe claramente (e dou-lhe a informação que temos 203 bolseiros a tirar o curso de medicina, e temos 85 médicos a fazer a sua formação específica), o que é que propõe para estes médicos? É cortarem a ligação de compromisso que têm com a região e nós formámo-los para os dar de “mão beijada” ao Serviço Nacional de Saúde, ou queremos fazer com que eles cumpram com aquilo que assinaram para com a região?

Presidente: Sr. Deputado, tem de terminar.

O Orador: Termino já, Sra. Presidente, e gostaria de pôr uma questão.

Diz que as dívidas resultam por más práticas. Identifiquemos essas más práticas, sejamos objetivos na identificação dessas más práticas e onde é que estão essas más práticas para podermos identificar e podermos intervir.

E, depois, também, quais são os interesses instalados? Onde é que estão identificados esses interesses? Quem são? Onde é que estão? Que unidades de saúde é que têm esses interesses?

Gostaria muito que a Sra. Deputada esclarecesse esta nossa situação.

Muito obrigado por ter dado a sua tolerância.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Pedroso. Tem três minutos.

(*) **Deputado António Pedroso (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O problema da saúde em São Jorge preocupa-nos seriamente, especialmente depois de ouvir o Sr. Secretário da Saúde dizer que vai ser analisada cientificamente uma solução.

Eu temo, pois, que os critérios científicos baseados em números e fórmulas matemáticas se esqueçam totalmente de que estamos lidando com pessoas e com o bem-estar dos jorgenses.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Não querendo ser mais ou menos jorgense do que qualquer outro, o facto é que sou jorgense e estou aqui, nesta Câmara, para defender os interesses de São Jorge,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... porque pior do que ser mais ou menos jorgense é não estar do lado dos jorgenses.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E estando eu, pois, despojado de qualquer ambição autárquica ou de carreirismo político, estou e estarei sempre do lado de quem me elegeu.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O PSD concorda que tem de haver racionalização de meios, contenção de custos e ausência de desperdícios, mas tendo em atenção à geografia da ilha de São Jorge, e não tendo sido contemplados com a construção de SCUTS ou vias rápidas, é obrigação do Governo manter um serviço de proximidade às populações.

Já basta aos jorgenses as dificuldades em meios de diagnóstico, em evacuação de doentes para os hospitais, agora que nem um heliporto vamos ter.

As dificuldades financeiras da saúde não são de hoje e este Governo já tinha conhecimento prévio delas quando tomou posse, como é o caso do terreno comprado pelo Governo, que já precisava de terraplanagem quando foi adquirido e prometido o heliporto,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... ou estavam à espera que algum meteorito fizesse a terraplanagem gratuita?!

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

A questão direta que eu gostaria de fazer ao Sr. Secretário é: pretende ou não pretende encerrar valências nos centros de saúde de São Jorge?

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Os meteoritos não costumam terraplanar!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas os deputados do PS costumam!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde.

(*) Secretário Regional da Saúde (Luís Mendes Cabral): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros Membros do Governo:

As minhas primeiras palavras (está ao telefone e depois não me ouve) seriam para o Sr. Deputado Paulo Estevão, que está ao telefone e não está muito interessado, por isso vou tentar passar à resposta do Sr. Deputado Ricardo Cabral e voltarei à questão do Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Em primeiro lugar, agradeço a sua intervenção e realmente dela realço, e é importante que todos nós o percebamos, que o esforço é grande, mas será válido.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas a alma é pequena!

O Orador: Agora, tocou aqui num ponto que é fulcral para o Governo e que será fulcral naquilo que serão as decisões do Governo dentro desta matéria, que é a qualidade do serviço prestado. Ou seja, nós temos que ter a garantia que temos um serviço de proximidade, mas que temos também um serviço de qualidade. Não há necessidade de termos proximidade sem qualidade, porque, no fundo, aí, sim, estamos a enganar os doentes e não estamos a fazer aquilo

que eles efetivamente precisam. Ou seja, é necessário garantir qualidade no serviço que nós prestamos.

E em relação a este ponto, quero deixar aqui um aviso aos partidos políticos...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Um aviso?!

O Orador: Um aviso! Não posso deixar um aviso? Pronto!

... e um apelo relativamente a esta matéria, que é a necessidade que há de perceber claramente de onde vêm algumas informações sobre algumas matérias, nomeadamente a alguns interesses instalados que a Sra. Deputada Zuraida Soares falou, e bem, em relação a alguns assuntos que aqui temos dentro do Serviço Regional de Saúde, que são (e já o disse também)...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Bem-vindo ao clube!

O Orador: ... assuntos sensíveis, mas que devem ser abordados e tidos em conta por todos.

Existem algumas áreas em que o Governo Regional dos Açores vai ter que mexer ao longo dos próximos quatro anos que, muito provavelmente, irá mexer com interesses instalados. E é relativamente a essas áreas que é preciso que esta Câmara não tenha permeabilidade...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O Deputado Domingos Cunha diz que não!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Estou de acordo!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Cá estamos para ver!

O Orador: ... relativamente a alguns destes discursos, para que possa tomar as suas decisões de forma consentânea e concertada.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem, Sr. Secretário!

O Orador: Relativamente aqui à questão colocada pelo Sr. Deputado Artur Lima, tenho uma boa notícia para si também: a sua espera de 24 anos acabou hoje, ou acabou sexta-feira passada!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Agora não paga!

O Orador: Disse que estava à espera há 24 anos para que se mudasse o sistema de reembolso. A sua espera terminou na sexta-feira passada.

Como sabe, e muito bem, pelos diplomas que foram apresentados, houve uma mudança já efetiva nos sistemas de reembolsos. Agora, não venha aqui também pedir uma coisa e, depois, ao mesmo tempo, fazer com que essa medida tenha o seu peso político negativo, porque se pretende...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não conheço!

O Orador: ... que sejam feitas mudanças nos reembolsos, quem estava a beneficiar de alguns desses reembolsos, obviamente que não vai ficar contente com essa alteração e...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! O senhor vai cortar os reembolsos?!

O Orador: Não, não vou cortar com os reembolsos! Agora, aquilo que foi feito foi uma mudança a nível de reembolsos e é importante que isso seja percebido. Ou seja, não vai exigir por um lado e tirar pelo outro.

Há aqui algo que é importante nós percebermos relativamente ao assunto que levantou sobre a medicina física e de reabilitação, e devo ser claro nisso. Não está a ser coerente, até do ponto de vista científico, sobre essa matéria.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Estou! Estou!

O Orador: Não está! Porque, como sabe, e muito bem, a medicina física de reabilitação e os especialistas em medicina física de reabilitação são os especialistas que fizeram uma especialidade durante quatro anos para uma matéria específica.

Não está a pedir aos médicos de medicina geral e familiar, por exemplo, que prescrevam óculos, da mesma maneira, e entrando na sua área, não pode pedir aos médicos de medicina geral e familiar que prescrevam próteses dentárias, porque não é a sua especialidade. Não pode pedir aos médicos de medicina geral e familiar que prescrevam eletrocardiogramas, porque não é a especialidade deles.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Pode, pode!

O Orador: Não é a especialidade deles! E aquilo que se está aqui a pedir é que, de um ponto de vista claro, científico, rigoroso e de qualidade, sejam feitas as avaliações dentárias de medicina física e de reabilitação. Tão somente isto.

Aquilo que se pretende com este diploma é garantir que os utentes tenham serviços de qualidade.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é não!

O Orador: Relativamente à medicina privada nos hospitais, o Sr. Deputado Artur Lima não esteve atento à intervenção do Sr. Deputado Luís Maurício,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Estou sempre atento às intervenções do Sr. Deputado Luís Maurício!

O Orador: ... senão tinha percebido que havia aqui um espírito de contradição em relação àquilo que disse.

O Sr. Deputado Luís Maurício veio acusar-nos, na sua segunda intervenção, de termos cortado com o sistema de medicina privada dentro do Hospital do Divino Espírito Santo, nomeadamente dentro da área de imagiologia. Agora vem o Sr. Deputado dizer que nós não fizemos nada para acabar com essas práticas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E no Hospital da Horta? E no Hospital de Angra?

O Orador: Se estivesse estado atento...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E no Hospital da Horta?

O Orador: Temos quatro anos de legislatura para trabalhar. Não tenho de fazer tudo hoje nem ontem.

Relativamente à carta que mostrou e que diz que, da nossa parte, estava esquecida, eu devo lembrá-lo que a carta não está esquecida e que será tida, novamente, também como um bom contributo para aquilo que são os documentos que nós estamos a querer elaborar sobre esta matéria.

(Apartes inaudíveis da Câmara)

O Orador: Sr. Deputado Luís Maurício, relativamente à situação que identificou hoje, e que foi uma notícia circulada há pouco na Comunicação Social, devo dizer-lhe...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os senhores querem pôr no lixo o que demorou anos a fazer e custou dinheiro!

O Orador: ... que foram transferidos, no dia 15 de janeiro deste ano, 8 milhões de euros para a Unidade de Saúde da Ilha de São Miguel.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso não chega!

O Orador: Hoje, foram transferidos para a Unidade de Saúde da Ilha de São Miguel 1 milhão 869 mil 255 euros. Ou seja, há, efetivamente, verbas a serem transferidas para a Unidade de Saúde da Ilha de São Miguel relativamente às necessidades de tesouraria deles. Agora, há aqui uma necessidade, e houve, provavelmente, por parte da Unidade de Saúde da Ilha de São Miguel, uma dificuldade de tesouraria que terá motivado, de sexta para segunda-feira, essa situação. Mas essa situação, hoje, foi cabalmente resolvida.

Sr. Deputado António Pedroso, nós tínhamos efetivamente conhecimento e eu, pessoalmente, tinha conhecimento sobre aquela que era a situação financeira do Sistema Regional de Saúde, porque, como cidadão atento, leio os relatórios do Tribunal de Contas e do IGF e tinha a noção do montante de dívida que tínhamos para gerir durante esta próxima legislatura. E aquilo que sempre foi dito da nossa parte é que iremos ser capazes de lidar com ela e é isso que nós pretendemos fazer, que seja o Governo Regional dos Açores a lidar com essa componente.

Acho que já se falou demasiado hoje sobre esse assunto, e a própria oposição já reconheceu, por várias vezes, relativamente a esse assunto, que nós temos legitimidade para trabalhar sobre essa dívida como Governo Regional dos Açores. E é isso que iremos fazer.

Relativamente aos encerramentos ou não dos serviços de São Jorge. Não está nada previsto, como também já tive oportunidade de responder à Sra. Deputada Zuraida Soares. Aquilo que está a ser feito é uma colheita de informações dos pontos de vista técnico, científico e político. Todas essas informações estão a ser coligidas no sentido de perceber que Serviço Regional de Saúde queremos, não só amanhã, mas para o futuro. E é dentro dessa perspetiva que, depois, as medidas serão tomadas.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima. Tem dois minutos, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, a prova de que se andou a esbanjar dinheiro é esta *Carta de Saúde para a Região Autónoma dos Açores*, que foi encomendada a uma empresa externa, que custou milhares de euros, que diz, que estipula as orientações do Serviço Regional de Saúde para os próximos anos. Isto foi feito em 2012 e agora vai absolutamente para o lixo, aliás, o senhor já disse várias coisas que contrariam o que aqui está escrito.

Estamos entendidos!

Isto é que é não racionalizar, isto é que é brincar à saúde. Mas brincar à saúde, já brinca o PS há muito tempo, porque, nesta Casa, em 2003, foi feito um relatório por uma Comissão Eventual para o estudo do financiamento do Serviço Regional de Saúde. Sabe qual foi a medida que se aplicou deste estudo, que fez esta Casa? As taxas moderadoras, mais nenhuma. E, portanto, o PS, como muito bem disse o Sr. Deputado Domingos Cunha, assume as suas responsabilidades, tem que assumi-las. Não chegou ao Governo agora e vai fazer tudo de novo! E há iniquidades no sistema. Vou-lhe dizer mais uma.

Há gente, nesta região, que é classificada como técnicos superiores, a quem o senhor cortou a formação científica e clínica. Apenas permite a uns determinados grupos profissionais. Aos outros, que fazem exatamente o mesmo trabalho, o senhor cortou a formação. É assim que quer qualificar os nossos recursos humanos ou já se esqueceu também? Foi recente, foi a semana passada.

De resto, o “Estatuto do Serviço Regional de Saúde”, Sr. Secretário, foi revisto, totalmente revisto, estruturado e articulado em 1999. Não tem 30 anos! Foi feito pelo Governo do Partido Socialista. “statuto do Serviço Regional de Saúde”.

Agora, como muito bem se disse aqui, sustentabilidade do Serviço Regional de Saúde não tem só a ver com dívida, tem a ver com recursos humanos, e o senhor...

Está ao telefone, vou esperar que o Sr. Secretário acabe, Sra. Presidente!

Presidente: Está no uso da palavra, deve continuar.

O Orador: Não, porque eu estava a interpelar o Sr. Secretário. Se ele está ao telefone, das duas, uma: ou ouve-me ou não está!

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Tem uma orelha livre!
Ouve com uma de um lado e com a outra do outro!

Presidente: Continue, se faz favor, Sr. Deputado.

O Orador: E, portanto, o senhor,...

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Tem duas orelhas!

O Orador: ... e como está previsto...

O senhor amanhã é que vai precisar de duas orelhas, hoje não precisa.

... na *Carta de Saúde da Região*, há dados preocupantes, nomeadamente estes: que a sustentabilidade também passa pelos recursos humanos e o senhor, em 2016, vai ter um problema grave a nível hospitalar, com a diminuição dos médicos da reforma, vai ter um problema grave nos centros de saúde.

Nós temos, neste momento, a mais baixa taxa de médicos de cuidados primários de saúde por habitante, que é essa a aposta que os senhores não querem fazer.

E mais, Sr. Secretário. Do que se nota deste debate, é que o Partido Socialista abandonou a designação de excelente que até agora atribuía ao Serviço Regional de Saúde.

Deputado José San-Bento (PS): É mentira!

O Orador: O excelente ficou pelo caminho!

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: E o Sr. Secretário, a mim e ao CDS, não precisa avisar de nada dos interesses instalados,...

(Risos do Deputado Francisco César)

O Orador: ... porque quem lutou contra interesses instalados nesta Casa, até hoje, fui eu...

Deputada Zuraida Soares (BE): Diga quais!

O Orador: ... e fui acusado...

Eu digo! Digo!

Prevenções exageradas, nomeadamente na dermatologia, algumas posições...

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: Vou terminar, Sra. Presidente.

... sobre as quais fui aqui insultado;...

Deputado Rogério Veiros (PS): Insultado?! Oh, Sr. Deputado!

O Orador: ... alguns interesses instalados em diversas áreas, nesta Casa; alguns favorecimentos. E tudo isso foi negado. Espero que o senhor tenha a coragem de o enfrentar.

Vou terminar, Sra. Presidente, lembrando ao Sr. Secretário, porque o CDS foi à audiência do Governo (não fui eu, mas foi o CDS) e nós fizemos três propostas, Sr. Secretário.

Deputado Francisco César (PS): Só?

O Orador: Primeira: fundamental a auditoria externa, independente, à componente clínica e à componente financeira dos hospitais EPE e da Saudaçor. Fundamental, Sr. Secretário, para percebermos onde estamos, porque cada um diz a sua coisa.

Presidente: Sr. Deputado, tem que abreviar.

O Orador: Segunda coisa: aposta decisiva nos cuidados primários de saúde. O senhor está a fazer o contrário.

Terceira coisa: aproveitamento racional das infraestruturas já edificadas. O senhor está a fazer o contrário.

Muito obrigado.

Deputados Nuno Melo Alves e Luís Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Rogério Veiros (PS): Conclusão: o CDS quer mais um estudo!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício. Tem dois minutos.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma última intervenção, apenas e só, para lhe dar uma nota, Sr. Secretário Regional, relativamente às transferências por si referidas para a Unidade de Saúde da Ilha de São Miguel.

Aquilo a que nós chegámos à conclusão é de que o Governo transfere sempre dinheiro e transfere sempre o dinheiro suficiente para resolver os problemas. O problema é que o dinheiro nunca chega a tempo! Transferiram no dia 15, agora transferem no dia 18, transferiram hoje 1 milhão e 800 e tal, e o que é realmente certo, Sr. Secretário, é que as pessoas se dirigiram hoje para fazer os seus reembolsos e não havia dinheiro para pagar. E, portanto, das duas, uma: ou os senhores têm que utilizar uma entidade bancária que faça as transferências de forma mais rápida, ou então os senhores têm de ter outro tipo de planeamento na vossa gestão.

Muito obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

A bancada do Governo ainda tem algum tempo. Não sei se o Sr. Secretário quer usar da palavra?

Sendo assim, dou a palavra à Sra. Deputada Zuraída Soares para encerrar o debate.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma primeira nota para dizer ao Sr. Deputado Domingos Cunha que compreenderá que eu não responda às suas perguntas, porque o senhor só perguntou aquilo que já sabia qual era a resposta, e só perguntou aquilo que lhe deu jeito perguntar, de forma retórica, por uma única e exclusiva razão: porque lhe deu jeito e não esteve atento à minha primeira intervenção.

Deputado Domingos Cunha (PS): Eu estive!

A Oradora: Porque quem esteve atento à minha primeira intervenção, foi o caso, reconheço, do Sr. Secretário Regional da Saúde, percebeu bem a que é

que eu me estava a referir e o Sr. Deputado Domingos Cunha só não percebeu, porque não lhe dá jeito,...

Deputado Domingos Cunha (PS): Dá, dá! Quero é perceber!

A Oradora: ... neste momento, perceber.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No encerramento desta interpelação ao Governo Regional sobre a defesa e sustentabilidade do Serviço Regional de Saúde, gostaria de dizer que foi nosso objetivo contribuir para o esclarecimento dos açorianos e açorianas quanto aos próximos 30 anos, no seu direito constitucional a um serviço regional de saúde universal e gratuito, de qualidade e adaptado às diversas singularidades desta região. E, já agora, também não posso deixar de registar que uma interpelação que começou por ser qualificada de extemporânea ocupou a parte da manhã dos nossos trabalhos parlamentares e ainda um bom bocadinho da parte da tarde. Temo que extemporâneo, no vocabulário do Governo Regional e do Partido Socialista, queira apenas dizer “não serve os interesses nem a tática de um e de outro”.

Deputado José San-Bento (PS): Está enganada!

A Oradora: Lamentavelmente, este nosso objetivo não foi alcançado de forma completa em múltiplos itens, e os açorianos e as açorianas reconhecerão que a responsabilidade não é nossa.

Por exemplo, no que diz respeito a alguns dos aspetos que não foram cabalmente esclarecidos.

Reestruturação. Insisto nisto, Sr. Secretário Regional, e vou-lhe explicar porquê.

Diz o Sr. Secretário que reestruturar é, no seu vocabulário, repensar. É óbvio! Faz parte do dicionário de sinónimos. Reestruturar é repensar! Agora, a questão que eu lhe levanto, Sr. Secretário, ou que lhe levantei, é outra: é que reestruturar, no vocabulário político dominante no nosso país, quer sempre dizer, para os cidadãos e para as cidadãs, cortes, roubos e racionamento. E aquilo que eu perguntei ao Sr. Secretário Regional é, no vocabulário do Governo Regional, e,

fundamentalmente e em especial, no seu, o que é que reestruturar quer dizer?

Quer dizer racionalizar ou racionar?

Quer sempre dizer repensar, mas pode-se repensar para racionalizar e pode-se pensar para racionar. E, portanto, esta não foi completamente esclarecida.

Uma outra, ideológica!

Disse o Sr. Secretário Regional, também, que, por exemplo, a opção por uma separação clara entre o público e o privado resulta de posicionamentos ideológicos do espectro partidário.

Ora, do nosso ponto de vista, esta opção clara resulta de uma ponderação de vários vetores e, é verdade, entre estes vetores, de um posicionamento ideológico.

Indesmentível! Mas, Sr. Secretário Regional da Saúde, nós não estamos a mover-nos num sistema ecuménico, nós estamos a mover-nos num sistema político, logo, ideológico, inevitavelmente, que é isso que define a política. E o que importava era conhecer o posicionamento ideológico do Sr. Secretário Regional da Saúde, dentro de um Governo Regional do Partido Socialista,...

(Risos do Deputado Artur Lima)

... porque eu não quero acreditar que o Sr. Secretário Regional da Saúde ande na clandestinidade dentro do Governo Regional. E esta, Sr. Secretário, também não foi esclarecida.

Transparência de gastos de dinheiros públicos, de processos e até de opções, características que fazem parte da chamada boa governança. Não foi esclarecida e, sobretudo,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Interesses instalados!

A Oradora: ... não foi esclarecida pela opacidade da negociata da radioterapia. Interesses instaladas!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Outra! Interesses instalados!

(Apartes inaudíveis da Câmara)

A Oradora: E vou-lhe dizer porquê, Sr. Secretário Regional.

Deputado José San-Bento (PS): Isso é mentira!

A Oradora: Eu vou-lhe dizer de onde é que vem a opacidade.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Interesses instalados!

A Oradora: Ao contrário daquilo que o Sr. Secretário Regional quis fazer crer, para o Bloco de Esquerda...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quadrantes! Quadrantes!

Presidente: Sr. Deputado, a Sra. Deputada Zuraida Soares está no uso da palavra. Faça o favor de continuar.

A Oradora: Muito obrigada, Sra. Presidente.

... não está, nunca esteve, nunca estará em causa o direito absoluto dos açorianos e açorianas em terem este tipo de serviço na sua região e, ainda por cima, porque ela está cientificamente justificada, como bem lembrou o Sr. Secretário Regional, pelo rácio relativamente ao número de habitantes.

Não é isso que está em causa, Sr. Secretário. O que está em causa é todo o processo que começou por uma opção, por uma parceria público-privada, chumbada pelo Tribunal de Contas e que está lá muito bem explicado, até nas entrelinhas, o porquê. Passou por uma espécie de parceria público-privada, que é o modelo atual pago pelo dinheiro do Governo Regional, sem que nunca o Governo tivesse tido a hombridade de explicar, nesta Câmara, e aos açorianos e açorianas, por que é que não optou por uma intervenção direta do seu departamento.

Deputado José San-Bento (PS): Isso é mentira! Mentira!

A Oradora: Porquê? Ou uma parceria público-privada ou, para a mesma empresa, uma espécie de parceria público-privada, mas nunca um serviço público da intervenção com o dinheiro público.

E vou-lhe explicar qual é o nosso receio. É que este serviço é um monopólio, neste momento. Eu disse isso na primeira intervenção. Fica a ser um monopólio na região, um monopólio entregue a um privado e, portanto, o Governo Regional e a política de saúde da região ficam reféns da chantagem e dos

interesses deste serviço privado. E é este receio que nós já manifestámos e continuamos a manifestar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Interesses instalados! Quadrantes!

A Oradora: Interesses instalados!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quadrantes! Quadrantes!

A Oradora: Finalmente, Sra. Presidente, para terminar exatamente como comecei.

A dívida do Serviço Regional de Saúde, Sr. Secretário Regional, como eu já disse, não é passado, é futuro, e é um futuro bem pesado para quem tem de a pagar, que somos, no fundo, todos e todas nós. E, portanto, Sr. Secretário Regional, compete-lhe a si distribuir de uma forma equitativa, justa, equilibrada e sustentável o mal, isto é, a dívida, pelas aldeias, ou seja, por todos e por todas nós, sem sucumbir a interesses instalados e, sobretudo, continuando a garantir o direito inalienável à saúde de todos os açorianos e açorianas.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

O Sr. Deputado José San-Bento pede a palavra para?

Deputado José San-Bento (PS): Para um protesto, Sra. Presidente.

Presidente: Desculpe!

Deputado José San-Bento (PS): Um protesto sobre a intervenção e as declarações da Sra. Deputada Zuraida Soares.

Presidente: Mas sentiu-se...

Deputado José San-Bento (PS): Com certeza! “Negociatas”! Nós não admitimos esse termo.

Presidente: Tem a palavra. Tem três minutos, Sr. Deputado.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, obrigado.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-presidente, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada, gostava que ficasse muito claro que nós, como sabe, somos apologistas de um debate franco, leal e contundente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quanto é que deve à Quadrantes?

O Orador: Em relação a isso, nada a dizer. É, aliás, um debate clarificador.

Agora, há expressões que a senhora não pode dizer. São inadmissíveis e nós temos que repor a verdade.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: A senhora utilizou aqui o termo de “negociata” em relação a algo que foi objeto de uma suspeita e de ataques da oposição em período de campanha eleitoral, que foi absolutamente esclarecido por esta Casa.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Pena é, e isso a senhora não disse, que o Bloco de Esquerda se tenha recusado a participar numa comissão de inquérito que avaliou essa questão e que apresentou, precisamente sobre esse ponto que a senhora afirma ser uma negociata, nove conclusões absolutamente clarificadoras.

Deputada Zuraída Soares (BE): Lamentáveis!

O Orador: Portanto, negociatas, Sra. Deputada, deve ser algo que diga respeito ao Bloco de Esquerda, só pode!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraída Soares, quer usar da palavra para um contra protesto?

Deputada Zuraída Soares (BE): Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Tem dois minutos.

(*) Deputada Zuraída Soares (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É um contra protesto muito curto. É aconselhar o Sr. Deputado José San-Bento e os açorianos e açorianas a lerem com atenção o relatório do Tribunal de Contas quando chumba a parceria público-privada desta negociata.

E o meu contra protesto está feito.

Muito obrigada.

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Sr. Deputado José San-Bento, quer fazer uma interpelação à Mesa?

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sim, senhora, Sra. Presidente.

Era apenas para pedir à Sra. Presidente se pudesse solicitar aos serviços que fotocopiassem uma cópia das conclusões da Comissão, a fim de poder esclarecer a Sra. Deputada.

Deputada Zuraída Soares (BE): Não se dê ao trabalho! Eu tenho! Lamentáveis!

O Orador: Se a senhora tem, então não pode dizer o que acabou de afirmar.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputada Zuraída Soares (BE): São lamentáveis!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Houve quem votasse contra!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sras. e Srs. Deputados, terminámos o ponto número 2 da nossa Agenda. Vamos continuar os nossos trabalhos passando para o ponto 6, para o **Projeto de Resolução n.º 10/X - apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.**

Para apresentar o projeto, tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(Pausa)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores membros do Governo,

Em 2008, nesta Assembleia, o CDS-PP lançou um desafio: Colocando de lado as ideologias partidárias, juntar Governo, partidos políticos, parceiros sociais e lavoura, para aprofundadamente estudarmos o futuro de um dos principais setores de atividade económica dos Açores, debate fundamental para garantir a sustentabilidade da agropecuária açoriana perante cenários como o fim do regime de quota leiteira.

Infelizmente, ninguém reagiu ao repto; mais ninguém quis olhar para o futuro... A Agricultura é responsável por cerca de 13% da população empregada e por cerca 8,6% do Valor Acrescentado Bruto regional, segundo os últimos dados

publicados em 2009. Apesar do aumento do número de produtores de carne registado nos últimos anos, as cerca de 13 mil explorações agrícolas existentes na Região são responsáveis por cerca de 30% da produção de leite do País.

Poucos são os estudos realizados nos Açores, sobre a nossa realidade pecuária, mas os poucos que existem indicam que os subsídios públicos são uma componente importante das receitas totais das explorações.

Dos diversos subsídios ao dispor dos empresários agrícolas, o Prémio aos Produtos Lácteos – vulgarmente conhecido como “subsídio à quota” – é o que apresenta a maior percentagem dos proveitos, significando, sensivelmente, metade do total dos subsídios.

Ora, a preocupação existente reside no facto de se conhecer a decisão comunitária de abolir o regime de quotas leiteiras a partir do dia 31 de março de 2015, aliás, decisão aceite, sem capitulação, por parte de um ministro socialista – Jaime Silva –, que fica para a história como um governante submisso aos interesses europeus. Curiosamente, na Região, os socialistas, à época, também não se insurgiram!

Senhora Presidente; Senhoras e Senhores Deputados;

O que importa perceber é quais são os reais impactos da aplicação da decisão comunitária de abolição do regime das quotas leiteiras até para se poder ainda influenciar o envelope financeiro e os tipos de apoios a atribuir à Região no âmbito do POSEI Açores.

A Região deve ser a primeira entidade interessada em conhecer efetivamente o impacto no rendimento de todas as explorações agrícolas, principalmente em perceber que explorações serão competitivas e viáveis económica e financeiramente.

Assim, e porque os sucessivos Governos Regionais socialistas nunca se preocuparam verdadeiramente com o assunto, até porque 2015 ainda julgam que está lá longe, o CDS-PP, responsabilmente, propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomende ao Governo Regional que encomende à Universidade dos Açores, cuja competência técnica e científica é reconhecida, a realização de um estudo técnico-científico

aprofundado sobre os reais impactos que o fim do regime das quotas leiteiras pode ter na Agricultura e na Economia dos Açores.

Esta recomendação tem uma dupla vantagem de dotar a Região dos mecanismos técnicos e científicos necessários à adoção das corretas políticas setoriais, mas também de permitir ao Governo, como foi compromisso eleitoral do Partido Socialista, um dos seus objetivos políticos de apoio à Universidade dos Açores.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Cordeiro.

(*) **Deputado Renato Cordeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto, a primeira impressão que se tem ao analisar este projeto de resolução é a sua urgência mais do que evidente.

A partir do dia 31 de março de 2015, o regime de quotas leiteiras termina, assunto que, desde a Federação Agrícola às associações agrícolas, e mesmo pela própria indústria, há muito tempo se vem alertando para este facto.

Pelas organizações de produtores foi até pedido ao Governo anterior que se fizesse a análise do impacto do fim das quotas no setor. Mais ainda pelo peso financeiro que representa o subsídio da quota, o que cria uma incerteza de como será feita a sua aplicação e como se insere no envelope financeiro do POSEI-Açores.

O tão esperado plano B para toda a fileira de leite tarda em chegar. O Governo sabe que tem todos os intervenientes do setor interessados em colaborar neste estudo, só falta mesmo a vontade política a quem lhe é devida.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Ao colocar a Universidade dos Açores, nomeadamente o Departamento de Ciências Agrárias, a concorrer com outras instituições para elaboração deste trabalho em causa, era de ter em conta o papel que esta tem

tido na evolução do setor. Tem sido parceira no desenvolvimento e crescimento, tanto da produção como da transformação, por vezes até criando discussão de diversos assuntos, ganhando experiência necessária, não sendo justo perder esta oportunidade por uma questão de melhor preço, conforme a encomenda.

Temos a certeza que, ao ser-lhe entregue este trabalho, terá a capacidade de o realizar, de uma forma mais que justa, conseguindo mais um esforço financeiro, reconhecimento técnico e um incentivo para futuros trabalhos.

Toda a fileira do leite, assim como outra qualquer produção agrícola, está dependente da vontade do consumidor e, vivendo nós sob a influência da globalização, é de compreender que as orientações têm de partir de jusante. Devem entender quais os mercados que poderemos manter e/ ou alcançar, acompanhando a distribuição, preparando toda uma indústria de laticínios, assim como delineando com as associações os caminhos mais corretos para a produção de leite nas nossas ilhas.

Disse.

Deputadas Judite Parreira e Berta Cabral (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Recursos Naturais.

(*) **Secretário Regional dos Recursos Naturais (Luís Viveiros):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto, penso que esta preocupação nos é comum a todos. Relativamente ao fim das quotas e ao impacto que isto tem, não apenas nas explorações agrícolas, mas em toda a fileira do leite, também tem sido uma preocupação do Governo e, particularmente, deste Governo na presente legislatura.

Este assunto já foi debatido há poucas semanas em Comissão, onde o Governo teve oportunidade de dar conta da posição que tem relativamente a esta questão. Considerando também as recomendações que têm sido feitas no âmbito dos relatórios de avaliação do Programa Pró-Rural, que é um programa, como sabem, que apoia as explorações e as indústrias ao longo de toda a fileira do leite, decidiu o Governo, em tempo oportuno, proceder, de facto, ao estudo a que se refere agora a proposta do PP.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então vai aprovar!

O Orador: A única alteração que temos em termos de metodologia é que, de facto, não vamos pedir apenas o estudo à Universidade dos Açores, vamos também – aliás, já o fizemos, na semana passada – a algumas empresas da especialidade. Ou seja, neste momento, foram pedidas propostas a quatro empresas da especialidade e também à Universidade dos Açores, conforme, aliás, eu referi em Comissão, no passado mês de janeiro.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O que são empresas da especialidade?

O Orador: Isto tem a ver com a questão de nos termos candidatado a financiamento deste estudo, à Rede Rural Nacional, que é financiada pelo FEADER e, nesse âmbito, é necessário que se façam consultas no sentido de se respeitar o princípio da razoabilidade dos preços e da transparência de todo o processo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso não é verdade!

O Orador: Portanto, neste momento, o que nós fizemos foi pedir propostas a empresas da especialidade – repito – e também à Universidade dos Açores, conforme referi em Comissão. As propostas foram lançadas na passada semana, no dia 14 de fevereiro,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! No dia dos namorados!

O Orador: ... e aguardamos, neste momento, o envio das propostas que serão feitas através da Direção Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

Permite, também (o caderno de encargos) que, após a adjudicação, haja ainda um período em que se possam retificar alguns pontos ou sugerir o desenvolvimento de alguns pontos no sentido do estudo final, de facto, corresponder às expectativas que temos relativamente aos impactos, não só nas explorações, mas também na indústria e em toda a fileira de leite.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Duarte Moreira.

(*) **Deputado Duarte Moreira (PS):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O setor do leite, dos laticínios, foi, de facto, um dos primeiros setores com uma política comum a nível da União Europeia, sendo que em 1968 foi instituída a OCM – Organização Comum do Mercado do Leite e Produtos Lácteos.

Desde essa data, e até ao momento, muitas foram as alterações, e algumas profundas, entre elas o regime de quotas leiteiras instituído em 1984.

Nestes quase 30 anos de existência, o regime de quotas contribuiu, de facto, para a adequação entre a oferta e a procura dos produtos lácteos, permitiu também uma certa estabilização de preços internacionais e a sustentabilidade e previsibilidade dos rendimentos ao longo de toda a fileira, o que permitiu um grande nível de investimento, quer na produção, quer também na transformação.

Ao nível da produção, este regime permitiu ganhos de produtividade significativos, com a redução de efetivos, a redução do número de explorações, mas com o aumento da produção de leite, como é de todos nós conhecido, bem como os aumentos na qualidade generalizada, desde a produção, da transformação e na higiene e sanidade, com consequências também benéficas ao nível da segurança alimentar.

O regime de quotas, embora tenha sido, em determinada altura, limitante para a capacidade e aumento da produção regional, como se lembrarão, tem protegido a sustentabilidade da produção de leite na região, que sofre da pequena dimensão das parcelas, da dispersão do território e do afastamento aos principais mercados.

Os Açores têm, de facto, no leite uma das principais (se não a principal) atividades económicas, com influência transversal em toda a sua economia e na sociedade.

As condições naturais da região para o crescimento das pastagens e forragens determinaram, desde há muito, a pecuária como um setor natural a desenvolver pelos açorianos, sendo historicamente difícil encontrar alternativas produtivas consistentes, se tivermos em linha de conta a dimensão do setor leiteiro da região.

Este é, portanto, um setor estratégico para o desenvolvimento regional e a sua defesa intransigente é inquestionável para este Grupo Parlamentar.

Os investimentos crescentes no setor, as competências e saberes instalados ao longo da última década alteraram por completo, para melhor, o setor.

Os Açores representam, atualmente, como já foi aqui dito, cerca de 30% da produção nacional, 30% do efetivo nacional de vacas leiteiras e cerca de 23% das explorações.

Verificou-se um aumento dos rendimentos por vaca e da dimensão das explorações leiteiras, tendo-se verificado, também, neste período, uma inegável melhoria da qualidade do leite.

Por outro lado, verificou-se uma forte modernização das indústrias transformadoras que estão hoje, do ponto de vista técnico e de qualidade, mais preparadas, o que possibilitou também alguma diferenciação e diversificação, embora este possa ser ainda um caminho a aprofundar.

Não temos dúvidas que, face a todo o trabalho e investimento dos produtores e do forte investimento público no setor, este apresenta hoje vantagens competitivas em relação a grande parte do tecido produtivo do continente português.

Não obstante esta evidência, a liberalização do mercado, com o fim do sistema de quotas leiteiras, constitui uma ameaça, ou melhor, um desafio à região, sendo necessário adaptar o setor leiteiro às novas condições de mercado.

O Projeto de Resolução em apreciação tem, por isso, a nossa simpatia, no sentido que este Grupo Parlamentar entende como positivos todos os trabalhos e estudos que ajudem a perceber os impactos do fim do regime de quotas e que apontem funções, caminhos a seguir face a este cenário.

Aliás, isso mesmo foi defendido por esta bancada, pela direção do Grupo Parlamentar em reunião com o Comissário Europeu da Agricultura, sendo do nosso agrado verificar que foi introduzido no regulamento do POSEI um novo artigo que obriga a Comissão Europeia a proceder a estudos de impacto com um capítulo específico para as regiões ultraperiféricas no âmbito das negociações, quer do comércio internacional, quer da própria Política Agrícola Comum,

sempre que este se revele de interesse para a região, o que é extremamente importante para os Açores.

Aliás, num estudo que está a ser desenvolvido pela Comissão, e que será apresentado em junho próximo, os Açores são contemplados ao nível dos impactos do fim das quotas.

Não obstante estarmos de acordo com a realização do estudo, é sabido, e, aliás, o Sr. Secretário Regional já aqui, hoje, informou, mas também o tinha dito na própria reunião da Comissão, que a Secretaria Regional dos Recursos Naturais, desde dezembro, estava a preparar um caderno de encargos para a realização de um estudo precisamente do impacto do fim das quotas leiteiras.

Por outro lado, e numa época em que as questões financeiras se colocam com grande ênfase, há que aproveitar todos os recursos financeiros, pelo que o estudo que o Governo está a implementar será financiado, como, aliás, foi também aqui já referido pelo Sr. Secretário, pela Rede Rural Nacional, que é financiada no âmbito do FEADER e Rede Rural, que financiarão a 100% este estudo, o que implica a consulta a, pelo menos, três entidades, tendo em conta um princípio, que é o princípio da razoabilidade dos custos que o regulamento impõe.

Esta razoabilidade de custos decorre do Regulamento 1985/2006, de 7 de dezembro, que estabelece as regras de execução do Regulamento 1698, de 2005, do Conselho de 20 de setembro, relativo ao apoio ao desenvolvimento rural pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural – FEADER.

Temos como certo, e como foi aqui referido, que a Universidade dos Açores é uma das entidades que foi convidada e apresentar uma proposta e temos como certo que a Universidade, pelos seus conhecimentos da região, pelo conhecimento que tem do setor primário, em particular, pelos meios instalados e pelo interesse que tem no desenvolvimento dos Açores, saberá, com certeza, apresentar uma proposta competitiva e, assim, ser ela a desenvolver este estudo.

Pelo aduzido acima, e em particular pelo facto do CDS recomendar a adjudicação direta à Universidade dos Açores que, como referi, não poderá ocorrer face à fonte de financiamento para este estudo, este Grupo Parlamentar

não poderá viabilizar esta iniciativa, até porque a mesma, para além do que acabei de referir, é também, no momento, no dia de hoje, extemporânea por ineficaz, face à iniciativa já implementada pelo Governo no sentido de mandar executar o estudo, com o qual estamos plenamente de acordo.

Obrigado.

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Não foi antes porque os senhores não quiseram! Chumbaram o projeto!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Melo Alves.

(*) **Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Esta questão que se põe hoje já se vem pondo há vários anos. Contudo, agora está na eminência de acontecer: o fim das quotas leiteiras na União Europeia. Será talvez a situação que tem e que terá maior impacto na economia, na agropecuária nos Açores, desde que Portugal aderiu à União Europeia, mais até do que talvez a própria atribuição de subsídios ao longo destes anos, quer subsídios ao investimento, quer subsídios à exploração, porque todo esse paradigma, além do paradigma da própria comercialização, todos estes aspetos que envolvem a fileira do leite serão dramaticamente afetados.

Neste caso, mais do que não seja, esta Proposta de Resolução do CDS-PP já teve o condão de pôr finalmente o Governo do Partido Socialista a mexer-se e a tentar fazer alguma coisa,...

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... apesar de apressadamente, porque esta situação não nasceu ontem,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... não nasceu em outubro de 2012. Esta situação do fim das quotas leiteiras já é conhecida há muito tempo, há vários anos que é conhecida.

Ainda me lembro de encontrar na Feira do Gado, em campanhas eleitorais, em 2008, e anteriores a isso, as listas do Partido Socialista pela ilha Terceira, por

exemplo, defendendo junto dos lavradores que iriam combater o fim das quotas leiteiras, na altura em que já estava decidido o seu fim. Portanto, isto não vem de agora. E, mais do que não seja, esta resolução já teve um ponto a seu favor: foi pôr o Governo Regional a mexer-se, atabalhoadamente, à pressa, como veremos mais à frente, mas, finalmente, se mexeu.

Aliás, alguns dos aspetos que nós apontamos que devem estar no estudo, que estão aqui na nossa resolução, o Governo Regional decidiu por bem, e nós entendemos bem aproximar os termos daquilo que pede no estudo que pretende realizar. Incluiu algumas destas matérias que aqui pedimos na nossa resolução. Muito bem! Achamos isso bem, mas também aproveitou para incluir outras matérias que, se calhar, vêm revelar os erros que foram feitos na orgânica deste Governo Regional.

Por exemplo, há aqui aspetos que, parece-me a mim, seriam competências da agora extinta Direção Regional do Desenvolvimento Agrário, aspetos como, por exemplo, a análise da capacidade institucional para a criação de inovação e de valor acrescentado na produção agroindustrial açoriana e pistas para a investigação e desenvolvimento tecnológico no setor.

Isto, parece-me, era a competência ou uma das competências da Direção Regional do Desenvolvimento Agrário, agora falecida e substituída pela Direção Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

Por outro lado, penso que é reconhecido por todos, inclusive pelo Partido Socialista e pelo Governo Regional, que a Universidade dos Açores será, de longe, a instituição com mais conhecimento acumulado sobre esta matéria e com melhores condições para, de facto, produzir um projeto, um estudo que dê as respostas necessárias no prazo e com a qualidade e objetividade necessárias, até porque noutras áreas o Governo Regional acaba por reconhecer esta qualidade e esta capacidade à Universidade dos Açores.

Ainda ontem ouvimos aqui, de um deputado do Partido Socialista, anunciar por duas vezes, nesta Câmara, que o Governo Regional tem com o DOP, da Universidade dos Açores, onze protocolos...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Onze!

O Orador: ... e contratos programas sobre questões dos fundos dos mares, dos fundos marinhos, da gestão piscatória, das atividades das pescas. Onze! E não consegue fazer um ou não quer fazer um para aquela que é, neste momento,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Exatamente!

O Orador: ... uma das áreas mais importantes da economia dos Açores, que é o setor agropecuário, e numa universidade que tem um polo que se dedica quase exclusivamente à investigação sobre essa matéria. Seguramente que o conhecimento está lá; seguramente que o conhecimento estará disponível para o Governo Regional, caso queira fazer um protocolo...

Deputado Berto Messias (PS): O senhor passou a legislatura a dizer que não apoiávamos e agora temos onze protocolos! Qual é o problema?

O Orador: ... ou um contrato programa com a Universidade dos Açores. Só não o faz por uma questão de vaidade, de ser o Governo Regional a propor e a fazer uma candidatura.

Alega o Governo, por exemplo, que a matéria ou a questão que, efetivamente, leva a que não seja atribuído sem favorecimentos, mas reconhecendo as capacidades técnicas do polo da Universidade dos Açores, neste caso este projeto, é a necessidade de recorrer a um financiamento num programa comunitário para este fim.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se há matéria onde se justifica que o Governo Regional gaste algum dinheiro para perceber o futuro da lavoura nos Açores, seguramente que é nesta. Se há matéria que justifique um investimento dos cofres da região para perceber o impacto económico de uma matéria, seguramente que é esta. Não entendemos até esta exclusão, na medida em que noutros projetos, noutros estudos encomendados, por exemplo, o caso do estudo das *Green Islands*, encomendados ao MIT, entidades externas...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! E o concurso?

O Orador: ... que fizeram os estudos, foram buscar e pedir os dados à Universidade dos Açores, foram pedir os elementos à Universidade dos Açores. Não há necessidade de se atribuir e de se abrir concursos para termos entidades

externas que depois vão à fonte que está à mão, por via direta, por protocolo, por contrato programa, por um conjunto de medidas ou de mecanismos que o Governo Regional entenda que possa e que deva usar, pedindo isto a entidades externas que, depois, vão à Universidade dos Açores pedir, efetivamente, estes dados e estes valores.

Este assunto, volto a repetir, é demasiado importante para se reduzir a uma questão dos custos do estudo. Os custos do estudo comparados com os custos prováveis do impacto do fim das quotas leiteiras na economia agropecuária dos Açores são, seguramente, insignificantes. E lamentamos que o Governo Regional e que a bancada do Partido Socialista se estejam a prender com esse detalhe para não fazer um estudo em condições.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): O senhor não ouviu a intervenção do Deputado Duarte Moreira!

Deputados Artur Lima e Nuno Melo Alves (CDS-PP): Ouviu, ouviu!

Deputado Berto Messias (PS): Então já vinha com a intervenção preparada!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Dou a palavra à Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda irá votar favoravelmente este Projeto de Resolução de iniciativa do CDS que recomenda ao Governo Regional...

(Apartes inaudíveis da Câmara)

A Oradora: Eu não quero incomodar o diálogo, mas já agora...

Presidente: Srs. Deputados, a Sra. Deputada Zuraida Soares está no uso da palavra.

Faça o favor de continuar.

A Oradora: Muito obrigada, Sra. Presidente.

... que encomende à Universidade dos Açores a realização de um estudo técnico-científico aprofundado sobre os reais impactos do fim do regime de quotas leiteiras nos Açores, fim deste regime por decisão, evidentemente, comunitária, e com repercussões ainda desconhecidas na sua totalidade e até na sua gravidade, quer na economia, quer na agricultura na Região Autónoma dos Açores.

Ninguém negará, penso eu, a oportunidade desta iniciativa do Grupo Parlamentar do CDS e também ninguém negará, em nome da verdade, o atraso injustificável do Governo Regional nesta matéria.

Dizer, nesta Câmara que, em dezembro de 2012, começou a pensar em lançar um concurso para se fazer este levantamento sobre as repercussões e as consequências do fim das quotas leiteiras na nossa região, para uma inevitabilidade que ocorrerá em março de 2015, daqui a dois anos, e que está anunciada há anos, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, é, no mínimo, uma distração, e estou a ser cuidadosa,...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

A Oradora: ... com as palavras para não ter votos de protesto,...

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!!!

(Risos do Deputado Artur Lima)

A Oradora: ... acentuada da parte do Governo Regional.

E queríamos também registar duas estranhezas.

Primeira estranheza: estranhámos que a promessa eleitoral do Partido Socialista e agora também a promessa e até a concretização governativa de apoiar a Universidade dos Açores (ajudando-a a salvar-se de uma morte anunciada em consequência, também é bom dizê-lo) das políticas de austeridade e de congelamento e de estrangulamento da investigação da ciência e do ensino superior no todo nacional pelo Governo da República,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Também é verdade!

A Oradora: ... mas, sendo certo que o Governo Regional, quer no seu Manifesto Eleitoral, quer agora enquanto Governo, está a apostar, e bem, em ajudar à sustentabilidade da nossa universidade, estranho é...

(Diálogo inaudível entre o Vice-presidente do Governo Regional e o Deputado Artur Lima)

A Oradora: ... que o Governo Regional, em vez de dar um euro à universidade, por cada euro que a universidade alcança nos seus projetos e nas suas parcerias privadas, não o faça diretamente, privilegiando uma instituição. E eu aí, Sr. Secretário Regional dos Recursos Naturais, tenho que lhe dizer, com toda a margem de erro possível que, para nós, a Universidade dos Açores não é uma empresa da especialidade. A Universidade dos Açores é uma instituição universitária, portanto do ensino superior. Não é uma empresa no meio de outras empresas da especialidade. E é, do ponto de vista técnico e científico, nacional e internacionalmente reconhecida, quer nós gostemos dela, quer nós não gostemos dela; e é, pensamos nós, um parceiro privilegiado exatamente por estas competências e pela investigação produzida nesta região sobre esta região. É inevitavelmente um parceiro privilegiado, ou deveria ser, do Governo Regional, não nos concursos, mas nos protocolos estabelecidos diretamente com esta instituição.

E, portanto, estranhámos que, por um lado, o Governo dê com uma mão aquilo que, depois, tira com outra.

Diz o Sr. Deputado Duarte Moreira que até nem tem dúvidas de que a Universidade dos Açores é bem capaz, entre as três empresas da especialidade contactadas e, portanto, convidadas a virem ao terreiro neste concurso, de apresentar o melhor preço e até, talvez, a melhor relação custo/ benefício. Mas, Sr. Deputado Duarte Moreira, no seguimento daquilo que disse ao Sr. Secretário, tenho que dizer ao Sr. Deputado também: isto é esperar, digamos. Para já, esta expectativa até pode levantar alguma desconfiança, que é estarmos a

fazer um concurso, mas também estarmos a rezar ou, pelo menos, a escolher quem é que queremos que o consiga ganhar,...

Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP): Só se houver negociata!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Há é negociata aí!

A Oradora: ... quando esta situação poderia ser diretamente resolvida protocolizando com a universidade aquilo que ela tem reconhecidamente competência para dar ao Governo Regional sobre esta matéria.

E, portanto, Sras. e Srs. Deputados, há aqui qualquer coisa que, na realidade, não “bate a bota com a perdigota”.

Ou reconhecemos à Universidade dos Açores a sua natureza de instituição e não de empresa especializada, mas de instituição científica de cariz e de reconhecimento nacional e internacional e a temos, como o Governo a tem em vários setores, como parceiro privilegiado, ou a colocamos ao nível de uma empresa da especialidade e ficamos à espera que ela consiga fazer o melhor preço para poder ser a escolhida.

E é isso que o Bloco de Esquerda, com dificuldade, aceita.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Queria começar por fazer aqui uma declaração de princípio.

Para a Representação Parlamentar do PCP, para o PCP na República e para o PCP no Parlamento Europeu a decisão do fim das quotas não é uma inevitabilidade e o PCP continua a bater-se institucionalmente para que esta decisão possa ser devidamente reavaliada e possa ser invertida.

Portanto, não há coisas imutáveis e se Portugal se unir, pode, muito bem, com certeza, evitar esta calamidade, porque é de uma calamidade que se trata, designadamente para a Região Autónoma dos Açores, que produz, como já aqui foi dito, cerca de um terço do leite que se produz no nosso país.

E os efeitos, não quero antecipar nenhum resultado deste estudo, serão, certamente, ao nível social e económico, catastróficos na Região Autónoma dos Açores.

E a verdade é esta: se, de facto, Portugal é autossuficiente na produção de leite, e se é verdade que os Açores produzem um terço do leite nacional, não é menos verdade que a produção de leite em Portugal representará pouco mais do que 1 ou 2% do leite que outros países da União Europeia, considerados individualmente, produzem. Isto é, há que considerar aqui a defesa de uma produção nacional.

Deputado Francisco César (PS): Está a meter água!

(Risos do Deputado Aníbal Pires)

O Orador: Queria ainda acrescentar...

Não estou, não! E V. Excia. vai perceber e não vai gostar daquilo que eu vou dizer a seguir. E não tem a ver com água, tem a ver com leite e de boa qualidade, que é aquele que se produz na nossa região. Magro, meio-gordo, gordo! É como V. Excia. quiser!

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Pôr chocolate no leite!

O Orador: Se V. Excia. preferir, por que não pôr-lhe esse aditivo. Pôr chocolate também. Vamos diversificar.

(Apartes inaudíveis da Câmara)

O Orador: Não disse, não, Sr. Deputado!

Há aqui uma outra questão que não pode ficar de todo esquecida. Nós estamos, e com certeza, e o PCP vai dar o voto favorável a este Projeto de Resolução do CDS-PP, mas importa saber porque é que nós chegámos aqui. E eu socorria-me de uma passagem da intervenção que o Deputado Duarte Moreira fez em nome da bancada do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e que dizia, a

determinada altura, que “a liberalização é para o PS não uma ameaça, mas um desafio”.

Pode ser aquilo que o Deputado Duarte Moreira...

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: Eu não sei se tenho de interromper, face às infiltrações fluviais...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Pode continuar!

(Apartes inaudíveis da Câmara)

O Orador: Eu não me distraio, esteja descansado. Isto está estudado ao milímetro.

Sra. Presidente, eu não sei se...

Presidente: Sr. Deputado, faça favor de continuar. Penso que ainda estão reunidas as condições para continuar.

O Orador: Posso continuar? Muito bem!

Mas dizia eu que é importante considerar aqui o seguinte problema.

O Deputado Duarte Moreira, como eu disse, referiu o seguinte: “a liberalização é para o PS não uma ameaça, mas um desafio”.

Pois bem, o problema que nós estamos a enfrentar hoje tem exatamente a ver com aquilo que foi a estratégia adotada pelo PS,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso! Há para todos! Vice-presidente!

O Orador: ... pelo PSD e pelo CDS-PP relativamente ao processo de integração e construção europeias, que não souberam e não quiseram, melhor dizendo, salvaguardar os interesses nacionais, designadamente naquilo que diz respeito ao setor produtivo, à nossa agricultura e às nossas pescas.

Por isso, hoje estamos a viver a situação que estamos a viver, esta situação que é um problema financeiro, mas que é muito avolumado pelo facto de nós termos uma economia terrivelmente dependente. E foi isso que V. Excias. andaram a fazer ao longo de todos estes anos, foi contribuir para que o setor produtivo

nacional, por via da vossa vocação liberal, por via da liberalização dos mercados, por via desse dogma a que estão amarrados, que hoje estamos a enfrentar este problema. E isto tinha e tem de ser dito, porque essa responsabilidade cabe por inteiro ao Partido Socialista, ao PSD, e ao CDS-PP que têm tido funções governativas e que não souberam defender, ao longo desses anos, desde 1986 e no período que antecedeu à adesão, os interesses nacionais. Por isso, hoje, Portugal e a região estão a passar as dificuldades que estão a passar.

E a verdade é esta, se é importante o estudo, não é menos importante continuar a defender que o mercado não deve ser liberalizado e que esta produção deve ser protegida. Aliás, na legislatura passada, foi aqui aprovado um projeto de resolução que ia nesse sentido e que foi aprovado por unanimidade. Portanto, não temos que deixar, na nossa opinião, cair essa posição, isto independentemente da validade do estudo ou não. E certamente que sim; certamente que o estudo deve ser entregue à Universidade dos Açores, porque é a Universidade que tem, de facto, o *know how*, para fazer este estudo com o rigor, pela proximidade, pelo conhecimento científico que tem adquirido.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito fraco, Aníbal!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Eu sei que não gostaste!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, nesta altura, para uma pergunta muito simples e muito concreta: o que é que o senhor entende por empresas da especialidade e quais são as empresas da especialidade que o senhor consultou ou pretende contratar?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa do CDS-PP é daquelas iniciativas que podemos perfeitamente integrar no espírito daquilo que foi há pouco tempo aqui defendido pelo Sr. Secretário da Saúde. É uma questão de racionalidade, é uma questão científica. Nós temos um cenário que é um cenário que começa a ser muito difícil e pouco previsível em relação à inversão da decisão do fim das quotas e temos que nos preparar.

Aliás, eu tive a oportunidade, na legislatura anterior, de, várias vezes, em várias intervenções, referenciar a necessidade de nos prepararmos para este cenário com muita antecedência. Percebemos as consequências e,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): “Zandinga!”

O Orador: ... através destas consequências e deste impacto, saber também quais são as nossas alternativas e o que é que nós podemos fazer para atenuar as consequências do fim do regime das quotas. Como aqui já foi dito, serão consequências com um impacto extraordinariamente negativo na agricultura açoriana e no conjunto da economia açoriana. É necessário realizar também as alternativas, que outras opções nós temos, o que é que nós podemos fazer para que o impacto económico não seja tão significativo. E, portanto, temos que ter, em relação a esta matéria, uma perspectiva de absoluta racionalidade.

A necessidade existe? Sim. Já o deveríamos ter feito? Também é verdade.

Em relação à questão de quem faz o estudo. Eu, nesta matéria, o que tenho vindo a defender é que as instituições que são estratégicas para a Região Autónoma dos Açores, nomeadamente, neste caso, a Universidade dos Açores,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): A Universidade de Évora!

O Orador: ... como também, por exemplo, uma proposta que nós apresentámos nesta sessão, a RTP-Açores, que são instituições que nós aqui defendemos tantas vezes, depois, do ponto de vista prático, em relação às decisões que tomamos, temos de ser coerentes, e esta proposta do CDS vai

nesse sentido, que é, de facto, não criar uma relação de subsidiodependência relativamente à Universidade dos Açores, não lhe atribuir subsídios por nada, mas atribuir-lhe subsídios e apoio financeiro em troca...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Contratualizar serviços!

O Orador: ... de um serviço que a Universidade dos Açores está habilitada para prestar à Região Autónoma dos Açores. E esta é uma relação que eu considero utilitária e racional que a região deve desenvolver com as instituições que são estratégicas, e a Universidade dos Açores é uma delas, como também a RTP-Açores e muitas outras.

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: E, portanto, nesse sentido, esta proposta parece-me absolutamente racional e com uma necessidade política evidente, e considero que, em relação a esta proposta, esta Câmara o que deve fazer é, de facto, apoiar e viabilizar e é isso o que o PPM irá fazer.

Deputados Aníbal Pires (PCP) e Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Cordeiro.

(*) **Deputado Renato Cordeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Como já aqui muito foi dito, isto não é um facto novo. Este pedido é um facto já com anos, tanto é que eu lembro aqui que o PSD, em outubro de 2006, fez o mesmo pedido, que foi chumbado pela bancada do PS.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Mais tarde, em 2010, o antigo Secretário da Agricultura, Noé Rodrigues, disse, na imprensa, que se desenvolveu, pela Universidade dos Açores, um estudo sobre “Estratégias para promover a eficiência e competitividade no setor leiteiro açoriano”, um estudo da cadeia do valor do leite.

Se desenvolveu, não sei; se cresceu, também não sei; se deu fruto, acho que muito menos.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É hipotecar a autonomia! É o que os senhores fazem todos os dias!

O Orador: Pôr este trabalho na Rede Rural Nacional, e sendo isto pago a 100%, acho que é uma oportunidade ótima. Agora, haver a possibilidade de não incluir a Universidade dos Açores, não lhe dar esta oportunidade, considero isso muito mau e leva-me a uma pergunta.

Sr. Secretário, a decisão é apenas feita encomenda/ preço? Não há outro critério?

Deputado Lizuarte Machado (PS): Mas é preciso trabalhar, o dinheiro não cai nos bolsos!

Secretário Regional dos Recursos Naturais (Luís Viveiros): Não percebi!

O Orador: Se a decisão de qual a instituição que faz o estudo baseia-se apenas no preço mais barato?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Duarte Moreira.

(*) **Deputado Duarte Moreira (PS):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

No âmbito deste debate surgiram aqui algumas afirmações e algumas confusões por parte de alguns deputados, que vou tentar esclarecer.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Vamos ter agora a clarividência!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Um especialista! A clarividência de um especialista!

O Orador: Todos nós, por aquilo que ouvimos, estamos de acordo com a concretização deste trabalho e deste estudo. Por aí acho que não há qualquer tipo de dúvida.

Foi referido em comissão, e o Sr. Secretário apresentou um documento em comissão, que uma das primeiras medidas ou um dos primeiros assuntos que iniciou, após tomada de posse deste Governo, foi precisamente a da realização

de um trabalho que vai ao encontro daquilo que o CDS propõe no seu projeto:...

Deputados Artur Lima e Luís Silveira (CDS-PP): Qual trabalho?

O Orador: ... um estudo sobre o impacto do fim das quotas, que vai ao encontro daquilo que o CDS...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Onde?

O Orador: ... requer aqui no seu Projeto de Resolução.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é falso!

O Orador: Mais foi dito pelo Sr. Secretário, em comissão, que estava disponível, se algum dos itens do trabalho que ia pedir não contemplassem aquilo que o CDS tem previsto no seu Projeto de Resolução, que o Governo estava disponível para integrar esses itens no seu estudo.

Neste momento, parece-nos que está aqui apenas uma questão divergente que é: para nós é importante termos uma fonte de financiamento que para a região vai implicar zero, uma vez que este financiamento será de 100% através da Rede Rural Nacional,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Viva a República! Viva a República!

O Orador: ... e para os outros partidos isso não interessa, quando, muitas vezes, são os primeiros a acusar a mínima adjudicação direta que o Governo Regional faça.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: A mínima!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A mínima? A mínima?

O Orador: E, portanto, há aqui uma incongruência por parte de alguns partidos, entre aquilo que diz e aquilo que pretende.

Relativamente à Universidade dos Açores, é, de facto, uma entidade de referência para a região (e eu formei-me na Universidade dos Açores), pela qual tenho imenso respeito e conheço ainda muitos dos Professores que trabalham naquela casa, no entanto, é preciso dizer o seguinte. Nos últimos seis anos, o Governo Regional tem financiado a Universidade dos Açores para infraestruturas, tem financiado, atendendo à sua “tripolaridade”, e tem financiado projetos de investigação na Universidade dos Açores em montantes

aproximados a 55 milhões de euros, como foi já referido nesta Casa num outro debate.

Para além disso, é sabido também que o Governo Regional, e foi anunciado pelo Sr. Presidente ainda na altura da campanha, e já depois da tomada de posse, um programa e um acordo com a universidade, no sentido de financiar a universidade em um euro...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Vamos ao ponto! E agora?

O Orador: ... por cada euro que consiga a nível da investigação.

Portanto, as questões...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Diga lá!

O Orador: ... de financiamento da universidade não se põem neste trabalho e neste estudo, atendendo à origem das verbas para pagar o mesmo estudo.

Por outro lado, se os senhores estão tão convencidos que a universidade é a melhor e a mais capacitada para desenvolver este trabalho,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Estudou lá. Foi aluno!

O Orador: ... (e eu estou de acordo com isso, pois é, de facto, uma instituição para levar a termo e a bom termo este trabalho),...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É a sua casa!

O Orador: É verdade! É a minha casa!

... portanto, nós não temos de estar aqui com receio de que a universidade não apresente uma proposta que seja vantajosa e que, no âmbito dos convites que foram formulados, não ganhe este concurso.

O que está aqui em causa é tão simples quanto isso e é preciso que nós percebamos. Este trabalho pode custar zero para a região ou o dinheiro deste estudo pode sair diretamente dos cofres da região. A opção é, evidentemente, numa fase como aquela que nós todos conhecemos e que estamos a passar, e em termos de boa gestão...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É uma boa gestão!

O Orador: ... até das finanças públicas, aproveitar todos os fundos disponíveis e ao nosso alcance para qualquer tipo de trabalho e qualquer tipo de estudo.

Mas há outra coisa que quero dizer.

Sr. Deputado Aníbal Pires, acho que sim, não há inevitabilidade, devemos continuar a lutar, mas o Parlamento Europeu, há relativamente pouco tempo, decidiu no sentido do fim das quotas leiteiras.

Nós temos que encarar isto de frente, como a realidade impõe, e nós precisamos também de não iludir quem nos ouve.

A perspetiva, neste momento, é, de facto, do fim das quotas leiteiras, mas o trabalho e a preparação para o embate da região para o fim das quotas leiteiras não começa com este estudo. O trabalho que se tem vindo a desenvolver pelos sucessivos governos do Partido Socialista teve a ver com a modernização do setor.

Hoje, em vez de...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Olhe a Terceira! Olhe São Jorge!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor até se atrapalhou! Até se perdeu aí!

O Orador: Não, é que a minha intervenção está a atrapalhar os apertes do Sr. Deputado Artur Lima!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não seja modesto!

O Orador: Hoje em dia nós não temos a perspetiva que tínhamos, nem estávamos onde estamos, com uma agricultura e com um setor leiteiro competitivos, se não tivesse sido feito todo um conjunto de trabalho desde a produção na transformação e nos investimentos públicos que foram realizados. E é esse trabalho que hoje nos dá uma certa tranquilidade de que o setor virá a ultrapassar, mais uma vez, este desafio (porque eu prefiro continuar a chamá-lo desafio), como já tantos outros a que a região e os setores produtivos da região têm ultrapassado ao longo da sua história.

Para terminar esta minha segunda intervenção, e resumindo. Todos nós, é unânime, queremos esse estudo. O Governo Regional já efetuou convites a diversas entidades, entre as quais está incluída a Universidade dos Açores. O trabalho estará concluído dentro de alguns meses, mas estamos a divergir no seguinte. Para nós é importante aproveitar uma fonte de financiamento que para

a região terá um custo zero. Para os partidos da oposição isso não tem qualquer importância neste momento.

Muito obrigado.

Deputada Belinde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Nuno Melo Alves.

(*) **Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo: Esta Proposta de Resolução, como já aqui foi visto, cumpre com um conjunto de objetivos e com um conjunto de propósitos e, desde logo, percebemos, desta última intervenção do Deputado Duarte Moreira, que, efetivamente, parece que, à semelhança do que disse hoje de manhã o Partido Socialista, finge que não andou a governar a região durante 16 anos, que foi só a partir de novembro de 2012 que assumiu responsabilidades.

Quando vem o Sr. Deputado Duarte Moreira para aqui dizer que,...

Deputado Lizuarte Machado (PS): Mas ele não falou em outra coisa senão na governação do Partido Socialista!

O Orador: ... em novembro, a primeira medida do novo Governo foi encomendar um estudo (não foi isso que foi dito na comissão, isso é falso,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é falso!

O Orador: ... foi dito que se estava a preparar um estudo também, uma encomenda de um estudo), parece que o Governo não estava a governar antes e que a situação do fim das quotas leiteiras não estava prevista antes.

Mas, Sr. Deputado, esta medida do CDS-PP, além de todas as outras vantagens que aqui tem, não é uma medida para financiar a Universidade dos Açores. É uma medida para que o Governo Regional passe a estar na posse do conhecimento, do *know how*, da capacidade técnica que está na posse daquela universidade, e, sobre isso, transmitir uma justa compensação.

A Universidade dos Açores é protocolada, no âmbito do DOP, com o Governo Regional. Por que é que não é neste caso? Essa é que é a questão que os senhores têm de responder. É porque acham que há outras entidades melhores?

É porque não querem gastar um dinheirinho na lavoura, na agricultura? Achem que não se justifica gastar esse dinheiro? Achem que não se justifica investir esse dinheiro para percebermos os impactos que o fim das quotas leiteiras vai ter na Região Autónoma dos Açores?

Deputado Lizuarte Machado (PS): Não se está a recorrer a fundos, mas ao Orçamento da Região!

O Orador: Achem que não é um bom motivo para se investir dinheiro? Basta tirar dois administradores hospitalares, que têm logo os fundos financeiros necessários para pagar isso.

(Risos do Deputado Aníbal Pires)

Esta é que é a questão, Sr. Deputado.

E mais! Quando os senhores passam a manhã aqui a pedir a colaboração da oposição, isso é só conversa de garganta, porque os senhores só querem a colaboração da oposição para aqueles assuntos em relação aos quais não querem assumir as responsabilidades sozinhos.

Deputados Artur Lima e Luís Silveira (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos do Deputado Artur Lima)

O Orador: Porque nos assuntos que a oposição aqui...

Deputado Duarte Moreira (PS): Isso é demagogia!

O Orador: ... traz, esses são chumbados por esta Casa pelo Partido Socialista ou então são aprovados, como foi o caso do avião cargueiro para melhorar as nossas exportações, para ajudar a nossa produção agrícola, para ajudar as pescas (que ainda outro dia falávamos dela), para depois não serem concretizados.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Cordeiro.

(*) **Deputado Renato Cordeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

(Apartes inaudíveis da Câmara)

O Orador: Quando me for possível!

Já que foi desenvolvido pelo antigo Secretário, o tal estudo, queria saber qual foram os resultados que teve ou será que, na mudança de legislatura, perderam-se?

Acho que aí denota, também, aqui como o Deputado Nuno Melo Alves acabou de referir, pouca importância pelo setor em si. Ainda hoje se viu isso no *Açoriano Oriental*, com um corte de 25% nas ajudas.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu repito a pergunta que fiz ao Sr. Secretário: quais as empresas da especialidade que o senhor contactou?

Muito obrigado.

Presidente: Dou a palavra ao Sr. Secretário Regional dos Recursos Naturais.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Diga os critérios, já agora!

(*) **Secretário Regional dos Recursos Naturais (Luís Viveiros):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há aqui uma série de questões que importa referenciar, mas, no essencial, aquilo que estamos, de facto, aqui a discutir, há já algum tempo, é a forma como vamos obter o estudo que o CDS propõe ser diretamente encomendado à universidade e que nós entendemos que haveríamos de fazer de outra forma que é, para além da universidade, convidar também algumas outras empresas que já têm prestado trabalho à região nestas matérias de agricultura...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E que são?

O Orador: ... e que eu já vou enumerar quais são, para seu descanso: a Empresa Fundo de Maneio;...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A Fundo de Maneio?! Oh, senhor!

O Orador: ... a Norma-Açores; a Arquipélago; a IS; e a Universidade dos Açores.

Eu desejava também esclarecer que nós não confundimos a Universidade dos Açores...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sou rápido, mas não tanto!

O Orador: ... como sendo uma empresa. Aliás, nós dissemos sempre Universidade dos Açores e empresas, não envolvemos todas no mesmo critério. A Universidade dos Açores também me parece que é uma universidade adulta que tem, de facto, todo o *know how* que nós aqui já referimos e não pode ser considerada como um parente pobre em toda esta problemática. Nós pedimos à Universidade dos Açores, em igualdade de circunstâncias com outras empresas, e temos plena consciência de que a Universidade dos Açores e, já agora também, deixem-me dizer, na qual em que me formei e pela qual tenho o máximo respeito, e não duvido, naturalmente, nada, das suas capacidades, tem todas as competências, toda a capacidade técnica e todas as qualidade para poder concorrer neste pedido de propostas com condições de preço e técnico-científicas aceitáveis.

Devo também referir, respondendo a uma questão colocada pelo Sr. Deputado Renato Cordeiro, que, para além do preço, a valia técnico-científica das propostas será também considerada. Aliás, há um período prévio entre a apresentação das propostas e a adjudicação para se poder esmiuçar, detalhar, acrescentar, se necessário for, alguns aspetos que sejam necessários reforçar no estudo que nós pretendemos obter.

De referir também, e já agora, que algumas ou quase a totalidade das ideias do CDS incluídas na sua proposta de encomenda do estudo foram também consideradas e poderão,...

Deputado Berto Messias (PS): Foram consideradas!

O Orador: ... a todo o momento, na fase que eu referi há pedacinho, ser incluídas ou, eventualmente, acrescentados outros elementos que sejam necessários esclarecer.

Portanto, estamos aqui numa situação em que pomos, de facto, em evidência as competências da Universidade dos Açores, que é perfeitamente capaz, aliás, neste prazo que decorre, desde a semana passada e até agora, foram já solicitados pela Universidade dos Açores alguns esclarecimentos adicionais e não vislumbrei nestes contatos qualquer receio dos responsáveis pela universidade em não estarem perfeitamente em condições de poderem apresentar uma boa proposta, uma proposta que seja competitiva e uma proposta que seja ganhadora.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sr. Secretário: Fundo de Maneio, Norma-Açores e quem é mais?

Secretário Regional dos Recursos Naturais (Luís Viveiros): Fundo de Maneio, Norma-Açores, IS e Arquipélago.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Arquipélago? Engraçado! Não precisa dizer mais nada.

Presidente: Obrigada pelo esclarecimento, Sr. Secretário.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Renato Cordeiro.

(*) **Deputado Renato Cordeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Para ficar aqui um bocadinho em pé de igualdade, já agora, digo que fui também aluno do Departamento de Ciências Agrárias e formado na Universidade dos Açores.

Sr. Deputado, por aquilo que vi agora, afinal, há uma liberdade de critério de escolha. Apesar da Rede Rural Nacional fazer um apoio de 100%, têm a liberdade de escolha, de escolher pela casa.

Mas, apenas, complementava com uma pergunta que há pouco fiz aqui. O antigo estudo feito em 2010, obviamente, poderá vir ajudar este. A única pergunta que eu tenho a fazer é onde é que ele está, se ele alguma vez existiu?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário, Srs. Membros do Governo:

Eu estou absolutamente estupefacto pelo que ouvi aqui dizer.

Que competência tem a Fundo de Maneio para fazer este estudo? Que competência tem a Norma-Açores para fazer este estudo?

Deputado Francisco César (PS): Mas é isso que vai ser aferido!

O Orador: Que competência tem a Arquipélago para fazer este estudo?

Os senhores atrevem-se a comparar a competência técnica e científica...

Deputado Berto Messias (PS): O senhor está a fazer juízos de valor!

O Orador: Esta gente, estas empresas...

Faço os juízos que eu bem quiser e entender no exercício das minhas funções, Sr. Deputado Berto Messias!

O senhor conhece as empresas? Conhece essas empresas? Vão encomendar o estudo à Universidade dos Açores ou, se calhar, a universidades fora, porque não têm pessoal técnico e científico para o fazer. São apenas veículos de contratação.

Deputado Francisco César (PS): Mas é isso o processo de avaliação!

O Orador: Apenas e só isso: veículos de contratação.

Sr. Deputado Francisco César, acalme-se!

(Apartes inaudíveis do Deputado Francisco César)

O Orador: O senhor se se quiser inscrever...

Deputado Francisco César (PS): Isso é uma conspiração!

Deputado Jorge Macedo (PSD): A partir do momento que convidas, reconheces a competência técnica.

O Orador: Não é uma conspiração! Eu acho um ultraje, é ultrajante comparar a Universidade dos Açores a estas empresas, independentemente do valor que elas têm.

Deputado Francisco César (PS): Por isso é que há um processo de avaliação!

(Apartes inaudíveis das bancadas)

Presidente: Srs. Deputados, o Sr. Deputado Artur Lima está no uso da palavra. Faça o favor de continuar.

O Orador: Sr. Deputado Berto Messias, eu faço o juízo sobre as empresas, na minha liberdade de expressão.

Deputado Berto Messias (PS): Pois claro que sim!

O Orador: Tenho o direito de o fazer aqui, sobre as empresas, sobre a Norma, sobre as empresas todas. E os senhores, se me quiserem pôr em tribunal, mais uma vez,...

Deputado Berto Messias (PS): Mais uma vez? Nós!

O Orador: ... também podem, porque já fui absolvido das três vezes que os senhores já me puseram, os seus camaradas socialistas. Das três vezes que me puseram processos por difamação, eu fui absolvido e, portanto, podem pôr mais uma. Estão à vontade!

Deputado Berto Messias (PS): O senhor é um mártir!

O Orador: Agora, Sr. Secretário, o senhor é que inventou esta coisa do ajuste direto. O que diz na resolução, não diz que é um ajuste direto.

Secretário Regional dos Recursos Naturais (Luís Viveiros): Não percebi!

O Orador: Os senhores é que querem dar a alguém, não querem dar à Universidade dos Açores e, por isso, foram pela questão da legalidade do ajuste direto.

Os senhores podem fazer um protocolo com a Universidade dos Açores e para isso não é preciso ajuste nenhum direto. Há várias formas de o fazer, e o protocolo é uma delas.

E mais, Sr. Secretário, este Governo não é um Governo de ação (é um Governo de reação), por muito que os senhores queiram, porque os senhores só apresentaram isso depois da iniciativa do CDS ter entrado nesta Casa, porque anúncios,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Tem esse mérito!

O Orador: ... os senhores já fazem há três ou quatro anos. Nunca fizeram foi nada, mas anúncios já fizeram várias vezes.

Quando foi para o MIT vir cá, os senhores não fizeram concurso. Para o MIT vir cá ganhar dinheiro, os senhores não fizeram concurso. E sabe a quem é que o MIT foi pedir os dados? À Universidade dos Açores. Onde é que está o concurso, Sr. Vice-presidente, que o senhor fez com o MIT ou o Governo fez com o MIT? Onde é que está o concurso do INOVA? Onde é que está o concurso de ajuste direto? Isso também é preciso saber.

Foram pedir dados à Universidade dos Açores! E, portanto, quando os senhores dizem que querem ajudar a Universidade dos Açores, critica-se e é verdade e eu concordo que a Universidade dos Açores tem sido vítima das políticas restritivas do Governo da República.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Aníbal Pires (PCP): É assim mesmo!

O Orador: É verdade sim senhor, e eu condeno, mas, como açoriano, condeno mais ainda, com mais veemência, quando a Universidade dos Açores é vítima do próprio Governo dos Açores.

Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: E, se quisermos falar em ilegalidades, Sr. Deputado Berto Messias,...

Deputado José San-Bento (PS): Se não houvesse Governo dos Açores, não havia Universidade dos Açores!

O Orador: ... vá ao relatório do Tribunal de Contas do IROA, dos subsídios atribuídos. Esses, sim, é que foram, pelo Tribunal de Contas, de ilegalidade.

Deputado Berto Messias (PS): Sra. Presidente, onde é que nós já vamos?!

O Orador: A Universidade dos Açores é uma instituição científica com toda a credibilidade para fazer esse estudo, ao contrário das outras empresas a quem eu não reconheço capacidade técnica e científica para fazerem o estudo. São apenas um veículo de encomenda e para sair mais caro ao Governo. E cai por terra a propaganda eleitoral, pré-eleitoral de ajudar a Universidade dos Açores, de proteger a Universidade dos Açores que o Partido Socialista fez em campanha eleitoral. Por cada euro, um dava mais um euro, ou uma coisa assim do género, que eu nem me lembro bem o que era!

Deputado Francisco César (PS): Pensei que isto era uma resolução sobre as quotas leiteiras!

O Orador: E, agora, não é por cada euro dá mais um,...

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sim, sim!

O Orador: ... é zero euros para a Universidade dos Açores, pela parte do Governo Regional.

Deputado José San-Bento (PS): Mas acredita que alguém acredita no que o senhor está a dizer?

O Orador: Não querem ajudar a Universidade dos Açores e vão a essas empresas,...

Deputado José San-Bento (PS): O senhor acha que alguém acredita naquilo que o senhor está a dizer!

O Orador: Há quem acredita, Sr. Deputado!

... que devem ser, com certeza, competentes em muitas áreas, mas nesta não são de certeza absoluta, e basta conhecer um pouco da atividade delas, que, aliás, têm muitos ajustes diretos feitos pelo Governo. Há muitos ajustes diretos feitos a algumas destas empresas e percebemos, realmente, o que é que faziam: era encomendar o trabalho a outros.

E, portanto, a ajuda do Governo à Universidade dos Açores é zero! Os senhores não querem realmente ajudar a Universidade dos Açores. O que os senhores

queriam era transformar a Universidade dos Açores numa dependência do Governo, mas isso eles não deixam, e ainda bem!

Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Duarte Moreira.

(*) **Deputado Duarte Moreira (PS):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

É caricata esta afirmação do Sr. Deputado Artur Lima de dizer que é o Governo ou o PS que quer adjudicar a uma determinada empresa...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E é!

O Orador: ... este estudo e o Projeto de Resolução do CDS é que dizer que querem fazer a uma determinada instituição.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Pública!

O Orador: Mas isso é lá com os senhores.

O que os senhores têm que responder é se concordam ou não com a transparência, é se concordam ou não com o facto da Universidade dos Açores ter sido convidada num processo de consulta para fazer um determinado estudo...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Transparência e rigor! Não vá por aí!

O Orador: ... e se são contra ou não o facto de a região ir aproveitar fundos que estão ao seu dispor e que de outra maneira não estariam.

Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP): Experimente a poupar dinheiro! Isso é que interessa!

O Orador: Por outro lado, houve aqui também uma afirmação do Sr. Deputado Artur Lima, quando foi à bancada apresentar o Projeto de Resolução, que disse e que pôs em causa o prémio aos produtos láteos com o fim do regime de quotas leiteiras.

Não sei se se recorda, o Governo Regional, em determinada altura, em negociações, introduziu esses prémios aos produtos láteos (não faziam parte do pacote, do envelope do POSEI) dentro do envelope do POSEI, precisamente

para evitar que a região perdesse esses fundos no seguimento do fim do regime de quotas leiteiras, aliás como está num projeto de resolução que foi aprovado por unanimidade ainda na anterior legislatura,...

Deputados Artur Lima e Nuno Melo Alves (CDS-PP): Mas o que é que isto tem a ver?

O Orador: ... nesta Casa. Portanto, não é verdade aquilo que o senhor referiu ali naquela tribuna.

Só para terminar, Sra. Presidente, referir que esta questão deste trabalho, para nós, é extremamente clara.

Nós queremos que seja apresentado um estudo credível, fiável, adaptado à realidade dos Açores e à conjuntura europeia no setor do leite, tendo em conta o final das quotas, e queremos também aproveitar fundos que estão ao nosso dispor para pagar esse mesmo estudo, que de outra maneira não seria possível, e parece não ser isto que quer o CDS e que querem os outros partidos.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Dou a palavra à Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Apenas para, da parte do Bloco de Esquerda, que também já o reafirmou, dizer que votará favoravelmente este Projeto de Resolução do CDS, pelas razões que já mencionei e não vou repetir, e responder a algumas questões que foram levantadas diretamente ao CDS e a outros partidos que votarão favoravelmente este Projeto de Resolução.

E, portanto, eu diria o seguinte: sim, os custos têm importância para o Bloco de Esquerda; sim, a transparência dos gastos de dinheiros públicos têm importância para o Bloco de Esquerda; sim, a Universidade dos Açores é uma instituição pública, não é uma empresa privada; sim, importa esclarecer esta Câmara e, através dela, todos os açorianos e açorianas de que nós estamos a falar de um estudo com um custo estimado de 100 mil euros.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Cem mil euros!

A Oradora: Cem mil euros,...

Deputado Francisco César (PS): O que é que a senhora quer?

A Oradora: ... Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, sendo uma quantia razoável para uma instituição da região que está asfixiada pelas políticas do Governo da República, são *peanuts* no Orçamento do Governo Regional e são substancialmente menos estes 100 mil euros do que o milhão de euros enterrado na telemedicina,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Um milhão e setecentos mil!

A Oradora: ... que, até hoje, não existe na região.

Não foi levantada hoje, da parte da manhã, uma única palavra sobre os gastos dos dinheiros públicos, os custos dos serviços públicos e os investimentos que não são reprodutivos nem dão nenhum tipo de resultado.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Eu insisto: há maior transparência em fazer um protocolo com uma instituição pública sem fins lucrativos, como é a Universidade dos Açores? Isso é que é transparência! Fazer um protocolo com a Universidade dos Açores,...

Deputado Francisco César (PS): E as regras comunitárias, não interessam?

O Orador: ... isto é que é o mais transparente possível! Com transparência e com regras.

Agora,...

Deputado Francisco César (PS): O objetivo é financiar a Universidade dos Açores!

O Orador: ... o que os senhores querem é envolver três ou quatro empresas que não têm credibilidade na matéria.

E eu pergunto: o que é que interessa aqui? Não é a credibilidade científica e técnica do estudo?

Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: É ou não é?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Pelos vistos não!

O Orador: E é a Fundo de Maneio que o vai fazer? É a Arquipélago? É a Norma-Açores? Não são, porque não têm capacidade nem técnica, nem científica.

Deputado Francisco César (PS): É isso que vai ser avaliado!

O Orador: E, portanto, quem tem mais capacidade técnica e científica é a Universidade dos Açores e, Sr. Deputado Duarte Moreira, não há forma mais transparente do que um protocolo...

Deputado Berto Messias (PS): Ninguém pôs isso em causa!

O Orador: ... entre duas instituições públicas para a defesa dos interesses dos Açores, porque quanto ao resto, legitimamente, tenho muitas dúvidas.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Cordeiro.

(*) **Deputado Renato Cordeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Já por duas vezes fiz a mesma pergunta, não tive resposta, e agora perguntava aos antigos Membros do Governo, que transitaram da antiga legislatura para esta (esta informação é do GaCS, de 26 de agosto, de 2012), onde é que está este estudo? Houve ou não este estudo? E uma outra pergunta que, já agora, fazia aos mesmos: se na altura a encomenda do estudo foi diretamente à Universidade dos Açores, por que é que agora não foi?

Obrigado.

Deputado Duarte Moreira (PS): A origem dos fundos é diferente!

Deputado Francisco César (PS): São fundos comunitários!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Recursos Naturais.

(*) **Secretário Regional dos Recursos Naturais** (*Luís Viveiros*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu queria, mais uma vez, descansar o Sr. Deputado Artur Lima e o CDS-PP.

Primeiro, fazendo a referência de que não vou pôr aqui em questão a capacidade nem a valia técnica das empresas que nós consultamos, porque não me compete a mim e acho que são empresas credíveis do nosso mercado e poderão, naturalmente, apresentar boas propostas.

Em segundo lugar, também descansar, fundamentalmente, porque, da apreciação que vamos fazer, não consta apenas o preço que vão apresentar, mas também a valia técnica e científica dos trabalhos que vão desenvolver. E, portanto, assim sendo, temos toda a legitimidade, toda a possibilidade...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Com 100 mil euros vão fazer isso tudo?

O Orador: ... para podermos decidir pela melhor proposta que nos for apresentada. Portanto, acho que não há que ter esse tipo de preocupação.

Por outro lado, também me parece, deste debate, que estão a assumir que a decisão final será a de excluir a Universidade dos Açores e, de facto, não é essa a nossa posição, nem a nossa intenção. A nossa intenção é de avaliar as propostas na sua globalidade, considerar o preço, particularmente pelas razões que já foram aqui largamente apresentadas, de ter sido um projeto financiado, ou candidato a um financiamento de uma rede nacional com financiamento através do FEADER, que nos obriga a ter determinados procedimentos.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): E o INOVA?

O Orador: Vamos ter a expectativa natural de podermos assumir a melhor proposta dentro daquilo que nos for apresentado.

Relativamente ao estudo, eu ainda não tive oportunidade de responder, vou responder agora.

Foi, de facto, feito um estudo em 2008, que está disponível. Tenho muito gosto em depois, noutra oportunidade, de poder apresentar.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Renato Cordeiro, tem a palavra.

(*) **Deputado Renato Cordeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aproveitava para perguntar porque é que, desde 2010 até agora, não se sabe dos resultados deste estudo? Se a lavoura vem já, desde essa altura, pedindo orientações e não as tem?

Em relação à Rede Rural Nacional, eu sei que se tem de pedir a outras entidades. É natural que seja assim e isso também já foi aqui explicado. Há uma liberdade de critérios, tem mesmo que haver, e segundo as empresas que foram anunciadas aqui, obviamente, que não estamos aqui para pensar que a Universidade dos Açores vai ser excluída. No entanto, surge sempre essa hipótese.

Mas voltava à pergunta que coloquei aqui: quais são esses resultados? Por que é que não foram divulgados até então?

Obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos recursos Naturais.

(*) **Secretário Regional dos Recursos Naturais (Luís Viveiros):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O estudo a que eu me referi é um estudo que foi feito em 2008. Por que é que os resultados não foram divulgados? Sinceramente, não lhe sei responder.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Sr. Presidente do Governo, responda a isso!

O Orador: Poderei fazer chegar-lhe o estudo dentro de breve tempo.

Presidente: Sr. Deputado Renato Cordeiro, tem a palavra.

(*) **Deputado Renato Cordeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bem, o estudo em causa, segundo o GaCS, é de 2010 e já disse aqui o título: *Estratégias para promover a eficiência e competitividade no setor leiteiro açoriano no estudo da cadeia do valor do leite.*

Eu compreendo que o Sr. Secretário não o tenha, mas eu também fiz a questão aos dois antigos Membros do Governo e, se calhar, esta responsabilidade maior é para eles e não para o Sr. Secretário.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Luís Silveira, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Silveira (CDS-PP):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu acho que nós estamos aqui há algum tempo a discutir um projeto que parece que o objetivo dele é saber se vai ter um custo muito alto ou um custo muito baixo. E aquilo que nós estamos aqui hoje a discutir é um assunto que mexe com a economia desta região e que mexe com o orçamento de muitas famílias desta região.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: E, portanto, não nos parece que seja aceitável a preocupação do Partido Socialista e a preocupação do Governo em querer fazer um estudo em que esteja em causa o custo do mesmo.

Nós queremos um estudo que nos permita fazer uma avaliação real do impacto negativo que tem na região o fim das quotas leiteiras e que implica diretamente com a vida das pessoas,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... com o sustento de muitas famílias na região.

E, portanto, deixemo-nos de estar aqui a divagar com empresas e com custos, e ver qual é a que faz o preço mais acessível, e vamos,...

Deputado Berto Messias (PS): Santa paciência!

O Orador: ... Sr. Presidente do Governo, fazer um estudo sério e um estudo que nos traga realmente aquele que é o constrangimento do fim das quotas leiteiras.

E, portanto, duvido que qualquer uma dessas empresas,...

Deputado Duarte Moreira (PS): Tem dúvidas nisso?

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e assumo aqui publicamente, o faça melhor que a Universidade dos Açores.

Eu acho, e nós achamos, que a Universidade dos Açores é a entidade competente e mais do que competente para fazer esse estudo sério que nós precisamos. Por isso, estamos aqui a divagar e o Governo, aquilo que está a assumir é que quer um “estudozinho”, que se apressou ao CDS, porque quando os partidos da oposição propõem é porque propõem tarde, porque o PS e o Governo é que já estão a fazer tudo; quando não propõem, é porque não fazem nada.

Portanto, Srs. Deputados, os senhores, atabalhoadamente, quiseram preparar um estudo que não é aquilo que nós pretendemos, que não é a resolução que o CDS pretende e, portanto, os senhores estão a fugir à sua responsabilidade e estão a mexer com a vida dos açorianos e da economia...

Deputado Berto Messias (PS): Ai se a Universidade dos Açores ganha o concurso!

O Orador: ... de muitos agricultores da região.

Vozes de alguns Deputados da Câmara: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Responda ao meu requerimento que tem lá por responder há um ano e já vai ver!

Presidente: Sr. Deputado, o Sr. Presidente do Governo vai usar da palavra.

(*) Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu peço para intervir neste ponto porque me parece que o debate, consciente ou inconscientemente, resvalou para aquilo que não me parece ser a intenção desta Proposta de Resolução ou, pelo menos, não cometo a injustiça, ao CDS-PP, de

pensar que esta Proposta de Resolução se resume apenas a passar dinheiro para a Universidade dos Açores.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Acho que esta Proposta de Resolução – e o mérito dela é este – pretende chamar a atenção para um problema, a abolição das quotas leiteiras, e dizer que é preciso estudar esse problema, coisa que o Governo, por intermédio do Sr. Secretário Regional dos Recursos Naturais, já disse que está a fazer.

Segunda questão. Se o objetivo desta discussão é o de saber qual a entidade que deve fazer esse estudo, eu devo dizer que a posição do Governo é a posição que foi expressa pelo Sr. Secretário Regional dos Recursos Naturais.

Nós temos um concurso público que determinará qual das entidades regionais...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não obriga a concurso!

O Orador: ... é que fará esse estudo, se a Universidade dos Açores, se outra empresa daquelas que o Sr. Secretário Regional já referiu.

E nesse âmbito da contratação de serviços, porque é disso que nós estamos a falar, não estamos a falar de uma encomenda, nem de um protocolo, nós estamos a falar da aquisição de um serviço,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): “Encomende”, é o que diz a resolução!

O Orador: Ora aí está! É exatamente a aquisição de um serviço. E desse ponto de vista não é por protocolo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é?

O Orador: E, portanto, se o senhor acha que o Tribunal de Contas pode viabilizar esse entendimento, nós não achamos.

É uma aquisição de serviços...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Viabilizou para o DOP! Onze!

O Orador: ... e que, como tal, deverá estar subordinada a este procedimento.

E neste campo da aquisição de serviços da parte do Governo Regional, o processo decorrerá exatamente dessa forma. Esta é a forma como este Governo tratará deste e de outros assuntos semelhantes, esteja ou não esteja envolvida a Universidade dos Açores, porque o que queremos neste estudo é que a melhor

entidade, seja ela qual for, seja ela com recursos humanos apenas da região ou recorrendo a recursos humanos de fora da região,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah!

O Orador: ... nos dê a melhor resposta nos termos em que o contratamos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Nos termos em que o contratamos! E isso não põe em causa, ao contrário daquilo que disse o Sr. Deputado Artur Lima, o apoio à Universidade dos Açores. Aliás, eu devo dizer que é muito perigoso esse entendimento.

A região precisa de adquirir um estudo. Não quer saber quem está em melhores condições de o fazer, encomenda à Universidade dos Açores. Isso não é a forma de tratar a seriedade que estes assuntos têm. É esta a nossa perspetiva.

O que deve ser feito é, isso, sim, um concurso público, qual é a melhor entidade...

Eu reconheço, Sr. Deputado Artur Lima, não me custa nada reconhecer que a Universidade dos Açores tem, efetivamente, competência e qualidade científica para concorrer a um estudo desses e que, provavelmente, se ganhar esse concurso...

Não me chocará absolutamente nada que seja a Universidade dos Açores a fazê-lo, nem disso derivará qualquer dúvida.

Agora, eu se fosse investigador da Universidade dos Açores, não queria, de forma nenhuma, ver o meu nome associado a um estudo de carácter científico que me é entregue não pela minha qualidade técnica e científica, mas sim porque sou apenas da Universidade dos Açores.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Isso não deve ser feito dessa forma...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: ... e este Governo não o fará.

(Apartes inaudíveis do Deputado Nuno Melo Alves)

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Eu devo dizer que durante a campanha eleitoral para as últimas eleições legislativas houve várias perspetivas em termos de relacionamento com a Universidade dos Açores. Houve uma proposta apresentada que dizia que se devia recorrer à Universidade dos Açores sempre que fosse necessário fazer um estudo e fazer um parecer.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah!

O Orador: Se essa proposta significa que a Universidade dos Açores deve ser sempre consultada e convidada a apresentar uma proposta, estamos inteiramente de acordo; se essa proposta significa que qualquer estudo deve ser sempre encomendado à Universidade dos Açores, não estamos de acordo.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Este não é um pressuposto no qual nós trabalhamos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E isso não é o nosso!

O Orador: E isso não tem nada a ver com as propostas eleitorais que foram apresentadas pelo Partido Socialista e que continuam exatamente a ser assumidas pelo XI Governo, como compromissos a serem cumpridos nesta legislatura.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Leia a resolução!

O Orador: Não é pelo facto de não se aprovar esta Proposta de Resolução que isso põe em causa os compromissos eleitorais que o Partido Socialista assumiu no âmbito da última campanha eleitoral.

E, portanto, o que é apoio ao funcionamento da Universidade dos Açores, à “tripolaridade”, o contrato com a Universidade para a criação de emprego e crescimento económico, sim, senhor. Por uma questão de transparência e de clareza, deve ser visto, é este o nosso entendimento, como um apoio, porque a universidade merece, porque a universidade deve ser apoiada,...

Deputado José San-Bento (PSD): Muito bem!

O Orador: ... porque a universidade deve ter esse apoio e porque é obrigação da região e é do interesse da região dar este apoio.

Coisa diferente é, neste tipo de situações, seja através de um concurso público, seja através de um ajuste direto, seja através de um protocolo, ter apenas como interlocutor a Universidade dos Açores.

Aliás, eu devo dizer, Sr. Deputado Artur Lima, tanta é a competência e a qualidade técnica da Universidade dos Açores, nomeadamente nesta matéria, que não precisa desta proposta de resolução para a ver reconhecida e para a ver devidamente acolhida.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: E, portanto, desse ponto de vista,...

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: ... são duas coisas que estão em discussão e que não devem ser misturadas no âmbito desta Proposta de Resolução: uma é o apoio que a Universidade dos Açores deve ter, merece ter e terá; outra coisa é a aquisição de um serviço. Isso deve decorrer nos termos que o Governo tem seguido, porque é exatamente assim que se privilegia a transparência,...

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

O Orador: ... que se privilegia o reconhecimento da qualidade técnica e científica da Universidade dos Açores.

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

O Orador: É por essa via que essa qualidade técnica e científica deve ser reconhecida e valorizada, quando, entre diversos interessados, a universidade se impõe pela qualidade técnica e científica da proposta que apresentou, como acredito e espero – se quer que lhe diga mais: espero – que aconteça, não por via de um processo menos claro de confundir as duas coisas.

Acho que esse não é o caminho e que as coisas devem ser separadas, entre aquilo que é apoio à Universidade dos Açores e aquilo que é a aquisição, a contratação de um serviço que visa um objetivo específico.

Que deve ser sempre convidada a Universidade dos Açores? Acho que sim! Estamos de acordo. Que deve ser sempre adjudicado ou que deve ser

protocolado com a Universidade dos Açores qualquer serviço, qualquer estudo?

Acho que não!

Muito obrigado.

Vice-presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Em nunca falei em passar dinheiro à Universidade dos Açores, antes pelo contrário. Quem falou em passar dinheiro à Universidade dos Açores foram os senhores. “Por cada euro”, e vou usar a expressão,...

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Foi sim senhor!

O Orador: ... “por cada euro” que a Universidade arranjar de investimento, o Governo...

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Por cada euro que a universidade obtenha como receita...

O Orador: Como receita! Exatamente!

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): ... da investigação que realiza...

O Orador: Da investigação! Exatamente!

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): ... o Governo dá um euro e igualará esse euro até ao montante de 5, 6 milhões de euros.

O Orador: Portanto, o Governo dá um euro à universidade?

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Dá!

O Orador: Dá! Isso é que é passar dinheiro à universidade!

Portanto, quanto a passagens de dinheiro, estamos conversados.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): É só isso que o senhor tem para dizer?

O Orador: Tem mais! Tem mais!

O senhor veio com a “passagem de dinheiro”!

Agora, eu não tenho nenhuma dúvida, como, pelos vistos, mais ninguém desta Assembleia tem, aqui da oposição, tirando o Governo e o Partido Socialista, que a Universidade dos Açores, organismo público sem fins lucrativos, é a entidade mais competente,...

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Tem um concurso que o vai demonstrar! Qual é o problema?

O Orador: ...mais adequada para fazer...

Deputado Francisco César (PS): O que o senhor quer é fazer um concurso aqui.

O Orador: ... esse estudo, até porque, fazendo um protocolo, nada obrigava a um concurso, a uma consulta. Se o valor é de 100 mil euros, nem é preciso concurso. Era uma consulta a, no mínimo, três entidades. É isso que estipula a lei.

E, portanto, essa questão de concurso é para atirar areia para os olhos dos outros, mas aqui a areia não passa! De vez em quando até uso óculos e, portanto, ela resvala.

Sr. Secretário, foram feitos protocolos com o DOP? Foram feitas aquisições de serviços? Foram! Onde é que estão os concursos? Onde é que estão os ajustes diretos? V. Excia. quer recordar-me, porque eu não me lembro?

Com a *Green Islands*, foi feito um contrato. Houve alguma consulta ao mercado? Não havia outras empresas com a mesma qualificação da *Green Islands*? V. Excia. quer mostrar os ajustes diretos que foram feitos? E com outros? O que fizeram com o INOVA? Houve uma consulta ao mercado quando foi o estudo da carne? Houve uma consulta do Governo? Houve?

Portanto, quando V. Excia. mostrar o mesmo critério para todos, mostra.

Agora, nós não temos nenhuma dúvida de que a Universidade dos Açores é a mais competente relativamente às empresas que o Sr. Secretário enumerou e que, já agora, prestaram inúmeros serviços para o Governo Regional no passado.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

(*) **Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, este XI Governo não fez nenhum desses protocolos que o senhor referiu.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Ora!

O Orador: E, portanto, em relação a esta matéria, acabei de lhe dar conta da forma como o XI Governo dos Açores entende esta matéria.

A verdadeira questão que aqui está, e cada vez mais se demonstra,...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Então vamos entender!

O Orador: ... a verdadeira questão que aqui está e que cada vez mais se torna nítida não é por que razão o Governo quer fazer um concurso público, é por que razão não quer o CDS-PP que o Governo faça um concurso público.

Muito obrigado.

(*Risos do Deputado Nuno Melo Alves*)

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Não!

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Renato Cordeiro, tem a palavra.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Então estamos a falar de 5 de novembro para a frente?

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Estamos a falar desta legislatura!

(*) **Deputado Renato Cordeiro** (*PSD*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo:

Eu não queria ser aqui impertinente, mas acho que, das duas, uma, ou o micro não está ligado ou não entendem o que eu pergunto.

Sr. Presidente do Governo Regional, eu fazia aqui um apelo pela ligação que tem ao setor do leite: dar um trabalho desta importância para a nossa economia a um investigador não é, decerto, uma esmola. Esmola é aquilo que se dá a outra pessoa sem a gente esperar nada em troca. Isto, esmola não é.

Mas voltava à questão que há pouco fiz, porque não me deram a resposta ainda e, sendo assim, se calhar, o melhor seria eu ler a notícia do GaCS. Não é muito longa. É de 26 de agosto de 2010 e reza assim: “No seguimento das novas críticas efetuadas pelo PSD-Açores ao Governo Regional sobre o final do sistema de quotas leiteiras na União Europeia, a Secretaria Regional da Agricultura e Florestas esclarece o seguinte. O Governo Regional sempre fez a defesa do regime de quotas leiteiras, mas, perante a notória inflexibilidade da Comissão Europeia, desenvolveu, pela universidade açoriana, um estudo sobre *Estratégias para promover a eficiência e competitividade no sector leiteiro açoriano, estudo de cadeia de valor do leite*”.

Volto a repetir a minha pergunta aos antigos Membros do X Governo: o que é feito desse trabalho, para que foi que serviu?

É esta a questão que deixo aqui.

Deputados Cláudio Almeida e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Luis Rendeiro (PSD): Nem sequer sabem o que é que é! Pelos vistos não sabem. Não fazem ideia do que é!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo:

Esta é a minha última intervenção sobre esta matéria, até porque o meu tempo está a acabar.

Devo-lhe dizer que, então, temos um Governo a partir de 6 de novembro, totalmente diferente e que esquece o que foi feito no passado. E agora V. Excia. é Vasco, Presidente do Governo, mas no outro foi Vasco, membro de um governo regional, aliás, de vários, e, portanto, com toda a responsabilidade que tem.

Admito o seu critério e elogio-o. Que daqui para a frente tudo seja feito com essa transparência que V. Excia. solenemente anunciou nesta Casa. Só posso elogiá-lo por isso.

E estaremos atentos, Sr. Presidente, a essas atitudes e vamos exigir que em qualquer procedimento, enquanto oposição que fiscaliza a atividade do Governo,...

Deputado Berto Messias (PS): Exigir?!

O Orador: Exigir, Sr. Deputado Berto Messias, exigir, porque é esse um dever da oposição!

... seja escrupulosamente cumprida essa questão dos ajustes diretos nos moldes em que o Sr. Presidente aqui anunciou e que eu acho bem e concordo.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: E, sobre essa matéria, o CDS dá por terminada a sua intervenção.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado António Ventura.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Olá!

(Risos do Deputado António Ventura)

Deputado Berto Messias (PS): Agora sim! O Secretário Sombra da Agricultura!

(Risos do Deputado António Ventura)

Presidente: Srs. Deputados, percebo a vossa alegria, mas deixem o Sr. Deputado António Ventura falar.

(Risos do Deputado António Ventura e dos Deputados da bancada do PS)

(*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção breve, porque...

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não precisa de ser breve!

O Orador: ... o meu colega Renato já incidiu sobre aquilo que é essencial. Mas como eu estive nas últimas duas legislaturas aqui, quero, hoje, concluir que, de facto, cai a máscara sobre aquilo que foi dito e aquilo que foi propagandeado.

Efetivamente aquilo que foi dito e aquilo que foi anunciado ao longo desses anos, e nas duas legislaturas, não coincidiu com a realidade e não existe estudo nenhum.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Recordo, lendo os Diários das Sessões, que, em 2006, o PSD propôs, nesta Casa, um estudo sobre a abolição do sistema de quotas leiteiras e o seu impacto na economia dos Açores. E recordo aquilo que o PS, na altura, disse, e é sobre isso que queremos saber o que aconteceu.

Dizia o PSD então: “Está em curso um estudo por parte da Universidade dos Açores sobre a cadeia de valores da fileira do leite, desde a produção à comercialização, que visa, entre outros objetivos, identificar custos de produção, transformação e comercialização, analisar as nossas diferentes realidades, identificar os seus estrangulamentos e as suas ineficácias, identificação das características específicas do leite dos Açores e das suas formas de valorizar. Esse estudo, que se encontra em realização, tem, naturalmente, a abordagem num cenário do possível fim do sistema de quotas leiteiras no período pós 2014/2015, tornando inútil a recomendação do PSD”.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Afinal!

O Orador: Ora, se torna inútil a recomendação do PSD, de 2006, o que nós queremos legitimamente saber nesta Casa é quais são as conclusões desse estudo,...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: ... que recomendações estão no Programa do Governo e no Plano, que já prevê o fim do sistema de quotas leiteiras. É tão simples quanto isto.

Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP): E saber se foi de ajuste direto!

O Orador: Se os senhores não disserem, neste momento, quais é que são as recomendações, quais é que são as propostas, então, foi uma mentira! Foi um engano aos açorianos, foi um engano aos agricultores!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Enganaram os agricultores! E, portanto, está em causa a legítima transparência das declarações.

Nós estamos a fiscalizar, efetivamente, se houve ou não houve estudo. É tão simples quanto isto o que está em causa!

E, portanto, se agora é que vão fazer o estudo, isso significa que no passado não houve estudo nenhum! E os senhores chegam tarde nesta matéria e todas as consequências que daqui podem decorrer são culpa vossa, porque aquilo que anunciaram não fizeram.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Duarte Moreira.

(*) Deputado Duarte Moreira (PS): Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Se calhar o microfone que está com problemas é o microfone do Sr. Secretário Regional dos Recursos Naturais, porque os Sr. Deputados não ouviram aquilo que o Sr. Secretário referiu...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É difícil!

O Orador: ... e, Sr. Deputado António Ventura, o Sr. Secretário disse que tinha um estudo realizado no ano de 2008 e que ia disponibilizar esse estudo ao Sr. Deputado Renato Cordeiro proximamente.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): 2010!

O Orador: Se o Sr. Secretário diz que tem um trabalho, que existe um estudo desenvolvido pela Universidade dos Açores e que o vai disponibilizar, Sr. Deputado António Ventura, o senhor não esteve atento, esteve aí metido no *facebook*, no computador, e de maneira que era melhor que, neste debate, tivesse mais coerência.

Para terminar, acho que ficou evidente aquilo que aqui está em causa. O que nós queremos é que seja apresentado um trabalho credível, um trabalho tecnicamente bem conseguido. Não temos dúvidas que a Universidade dos Açores tem condições para apresentar uma proposta que vá nesse sentido e, para nós, é importante a questão da transparência e daí o convite a diversas entidades.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

(Apartes inaudíveis das bancadas)

Presidente: Srs. Deputados! Sra. e Srs. Deputados! Srs. Deputados, agradecia alguma atenção, por favor.

Eu vou dar a palavra ao Sr. Deputado António Ventura.

Queria apenas recordar que estamos a debater o Projeto de Resolução do CDS-PP, apresentado nesta Câmara. Queria apenas fazer esta referência para que nos centremos no debate deste projeto.

Sr. Deputado António Ventura, tem a palavra.

(*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma questão muito simples. Se existe esse estudo que foi anunciado em 2006,...

Deputado Francisco César (PS): Como é que o senhor se lembrou de pedir esse estudo?

O Orador: ... qual é a necessidade de fazer novo estudo?

Mas se já existem conclusões, as conclusões não são para nós, as conclusões são para criar uma política, um planeamento e a construção de ações no Programa do Governo.

Mas se existe esse estudo, se existem essas recomendações, porque é que há necessidade de fazer um novo estudo?

E, depois, há uma outra questão muito importante. São dois ou três estudos? É que em 2006 anunciam que estão a fazer um estudo; em 2010 dizem que vão fazer um estudo. Afinal de que é que estamos a falar?

Deputado Francisco César (PS): Os estudos são vossos!

O Orador: Andaram a esconder-se atrás de um estudo que nunca foi feito, nunca foi realizado, nem existe ou, então, se existe, não há consequências. Mas então para que é que é este novo estudo?

Deputado Berto Messias (PS): Mas os senhores são contra ou a favor deste estudo?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Os senhores nem sequer sabem que estudo fizeram!

O Orador: Nós somos a favor do estudo.

Deputado Berto Messias (PS): Ah! Então, afinal, quer o estudo! Ora essa!

(Apartes inaudíveis das bancadas)

O Orador: Srs. Deputados, nós, em 2006,...

(Apartes inaudíveis das bancadas)

Presidente: Srs. Deputados, alguma ordem!

O Sr. Deputado António Ventura está no uso da palavra.

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, não é o PSD que o senhor está a tentar ridicularizar, está a tentar ridicularizar os agricultores e a vida dos agricultores,...

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do Deputado Luís Silveira)

O Orador: ... porque foram os senhores que anunciaram o estudo em 2006, não o fizeram, anunciaram o estudo em 2010 e não o fizeram outra vez. E, portanto, não é sobre nós que caem as consequências.

Deputado Berto Messias (PS): É para mim?

O Orador: É sim, senhor.

(Apartes inaudíveis das bancadas)

O Orador: E, portanto, vamos lá a ver se nos entendemos.

Nós, o PSD, em 2006, achámos que era necessário e urgente preparar o fim do eventual sistema de quotas leiteiras. Propusemos, nesta Casa, um estudo de impacto sobre a disciplina produtiva da produção de leite. O PS chumbou, escondendo-se e justificando que existia um estudo. Ninguém soube do estudo, ninguém viu essas consequências plasmadas nos programas subsequentes do Governo.

Deputada Berta Cabral (PSD): E o estudo?

O Orador: Mais tarde, o Governo Regional anuncia um estudo sobre quotas leiteiras. Mas, afinal, quantos estudos são? Houve ou não houve estudo? A questão é esta?

(Apartes inaudíveis da Câmara)

O Orador: E em 2010 torna a anunciar outro estudo.

Mas, afinal, do que é que falamos?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Quantos estudos são?

O Orador: E não é ao PSD que os senhores estão a enganar, estão a enganar os agricultores!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Tenha essa perceção, perceba isto!

Mais importante do que o PSD são os açorianos e os agricultores, Sr. Deputado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Nuno Melo Alves, tem a palavra.

Sr. Deputado Berto Messias pede a palavra para um protesto.

Tem três minutos.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente. Serei muito breve.

Sra. presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. membros do Governo:

O protesto deve-se ao facto do Sr. Deputado ter-me acusado a mim de estar a ridicularizar...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E é verdade! Foi o que o senhor fez!

O Orador: ... os agricultores.

Serei muito breve, apenas para refutar, naturalmente, essas acusações e esse registo profundamente demagógico...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: ... do Sr. Deputado António Ventura. Aliás, o trabalho que o Partido Socialista e o Governo têm desenvolvido ao lado dos agricultores é perfeitamente claro.

E, permita-me, Sra. Presidente, o abuso regimental. Eu julgo que toda a gente sabe que nós estamos aqui a discutir a proposta e o Projeto de Resolução do

CDS-PP e julgo que é perfeitamente desadequado este registo demagógico do Sr. Deputado António Ventura,...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Exatamente!

O Orador: ... que, aliás, põe em causa as intervenções do seu colega Renato Cordeiro que, admito, até estavam a correr relativamente bem.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Ventura para um contra protesto. Tem dois minutos.

(*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A minha afirmação resulta da realidade e de factos. Não é demagogia.

Deputado José San-Bento (PS): Demagogia barata!

O Orador: Centra-se no trabalho deste Plenário, centra-se naquilo que foi publicitado, anunciado, e no resultado dessa mesma publicidade. Ou seja, esta Casa, torno a dizer, foi enganada, os açorianos foram enganados e os agricultores foram enganados, e se não é assim, os senhores apresentem os resultados do estudo...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e digam-me onde é que estão plasmados, nos programas do Governo, os resultados desses estudos. E digam-me por que é que anunciaram, em 2010, o novo estudo e agora anunciam o novo estudo sobre o mesmo que estavam, aparentemente, a fazer em 2006. Então, não fizeram nada. É tão simples como isto.

Deputado Berto Messias (PS): Mas o senhor quer estudo ou não quer estudo? O senhor quer um estudo novo ou não quer?

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Quer um estudo para estudar se quer estudo!

Deputado António Ventura (PSD): Que trapalhada!

Deputado Berto Messias (PS): Trapalhada é a sua bancada!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Srs. Deputados...

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Srs. Deputados, peço a vossa atenção.

O Sr. Deputado Nuno Melo Alves pediu a palavra. Tem um minuto.

Agradeço que seja breve.

(*) **Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

O Deputado Duarte Moreira deu agora, aqui, a solução! É que parece que um dos ditos estudos, que temos a certeza que o Sr. Secretário Regional distribuirá a esta Câmara (esse e todos os outros que estão na sua posse, na posse da sua Secretaria para nós todos termos acesso a isso), foi feito, foi pedido, precisamente, à Universidade dos Açores. Portanto, abre-se mais uma porta aqui para se ter um mecanismo de pedir à Universidade dos Açores sem ferir a transparência. Pede-se a atualização dos dados e, assim, consegue-se fazer o estudo, até de uma forma mais barata, porque é uma atualização.

A questão que aqui está não é se o financiamento, que esse é o grande argumento do Governo Regional (tem a ver com o financiamento e recorrer ao financiamento do Programa Rural), deve vir do Programa Rural ou não, porque aqui o que está em causa é a qualidade do estudo, a idoneidade da Universidade dos Açores para o fazer. E isso, dizemos nós, não tem um preço que seja compaginável com o fazer um concurso só para poupar 100 mil euros ou 80 mil euros, neste caso. Esses 80 mil euros são facilmente recuperáveis e poupáveis noutras coisas e é isso que o Governo Regional não entende e o Partido Socialista também não e não querem fazer.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Cordeiro.

(*) **Deputado Renato Cordeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Duarte Moreira, de facto, ouvi o Sr. Secretário dizer que me vai enviar este estudo e, com o maior interesse, eu vou lê-lo. Mas, em 2010, e sendo dirigente agrícola, tal e qual como o senhor ainda o é, tinha o mesmo interesse de o receber e, até, de opinar sobre como é que deveria ser feito.

Deputado António Ventura (PSD): Muito bem!

O Orador: E o que está aqui em causa é isto. Se houve esse estudo, por que é que não foi divulgado para aqueles a quem interessa, que são as associações e os agricultores?

Deputados João Bruto da Costa e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires. Tem três minutos.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-presidente, Srs. Membros do Governo:

Este debate sobre o Projeto de Resolução que o CDS aqui nos trouxe e que visa a encomenda de um estudo, no caso, à Universidade dos Açores, sobre o impacto que terá a liberalização total do mercado de produção de leite (porque a liberalização já começou há alguns anos com aquela questão que se designou de “aterragem suave”, e que de suave terá muito pouco) depois da minha primeira intervenção, não pensei voltar a ele, mas, de facto, tornou-se muito interessante. Primeiro: este será, eventualmente, o quarto estudo que se vai fazer sobre o impacto.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Mas eu antes de acrescentar mais qualquer coisa, ou melhor, de tirar as minhas conclusões, solicitava ao Sr. Secretário Regional dos Recursos Naturais que distribuísse...

Deputada Zuraida Soares (BE): Os estudos todos!

(Risos de alguns Deputados da Câmara)

O Orador: ... à Câmara os três estudos anteriores.

Depois ficamos a aguardar os resultados do quarto estudo.

Mas isto diz bem do seguinte. O PS, o PSD e o CDS estiveram mais preocupados em fazer estudos para verificar os impactos do fim das quotas, do que em defender a produção regional. E isto é que faz toda a diferença! É porque aquilo que nós temos de fazer é defender aquilo que é a nossa produção regional e que todos nós reconhecemos, como já aqui foi dito ao longo do debate que, de facto, a região tem as condições edafoclimáticas propícias para este tipo de atividade.

Deputado Berto Messias (PS): Desculpe! O quê?

O Orador: Peça o Diário das Sessões – edafoclimáticas – ...

Deputado Berto Messias (PS): Desculpe!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Edafoclimáticas!

O Orador: ... e depois vá ver ao dicionário e perceba o que é que eu estou a dizer.

E isso é reconhecido, como foi, aqui, reconhecido durante o debate. Nós temos as condições ideais para este tipo de atividade agrícola e ela, de facto, atingiu uma produção com uma dimensão considerável: um terço da produção nacional de leite é feito nos Açores.

E não foi por acaso que se deu toda a evolução que também registamos ao nível do maneio da manada, ao nível da melhoria genética e que se traduziu num aumento da produtividade do leite na Região Autónoma dos Açores.

E é todo este investimento que foi feito ao longo dos anos, e que os lavradores e que a nossa lavoura foram fazendo, e foram fazendo porque lhes foi dito para fazerem, que V. Excias. agora, ou melhor, ao longo dos últimos anos, se têm entretido em encomendar estudos ao invés do que deviam fazer, de defender esta produção, a produção regional, porque, de facto, ela tem um impacto muito grande em termos económicos e tem um impacto muito grande em termos da

estruturação social da nossa região. E é isso que era importante defender. Não é aceitar isto como uma inevitabilidade, como aqui foi dito por algumas bancadas. Não é inevitável.

Estamos ainda longe disso, somos uma região ultraperiférica, para a qual há a possibilidade, com certeza, de abrir exceções, de modo a protegermos a nossa produção. E isso é que é importante. Serão importantes os...

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Termino já, Sra. Presidente.

... estudos: três, quatro, cinco, os que quiserem, mas mais importante do que isso é unirmo-nos na defesa daquilo que é a riqueza regional, que é a produção regional de leite. Isso, sim, é que era importante.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção muito breve só para dizer duas coisas.

Em primeiro lugar, ficou bem patente que não há uma transmissão da informação eficaz entre os dados que possui o Governo Regional e os dados que são transmitidos às associações profissionais, neste caso, deste setor agrícola e também aos outros órgãos da autonomia.

É necessário que o Governo, quando concretiza estes trabalhos ou estes estudos, como lhes queiram chamar, tenha a preocupação, porque não é um segredo de Estado, trata-se da planificação técnica e da planificação também política das decisões que se têm de tomar, a partir do momento que o Governo tem estes dados, de os transmitir ou de os colocar...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Estão arquivados!

O Orador: ... num local onde possam ser analisados e interpretados pelos diversos intervenientes e por todos os açorianos que se interessam por estas questões.

E, portanto, é necessário que esta informação seja veiculada, seja transmitida a todos os açorianos e, em particular, ao Parlamento, que tem que dispor da mesma para, depois, não perdermos aqui tempo a debater a existência ou não de estudos.

Portanto, isto é absolutamente essencial.

O segundo ponto tem a ver, de facto, com uma informação bastante importante que aqui foi transmitida em relação a um rumo político e uma afirmação que significa uma enorme responsabilidade para os próximos quatro anos desta legislatura, que o Sr. Presidente do Governo Regional transmitiu uma determinada leitura em relação às adjudicações diretas que foram realizadas em legislaturas anteriores por governos anteriores.

A lógica, a conclusão que podemos retirar do discurso do Sr. Presidente do Governo Regional é que não estava de acordo com aquilo que foi feito com aquela prática.

(Risos do Presidente do Governo Regional)

Não podemos concluir outra coisa, por isso é que o Sr. Presidente do Governo Regional agora diz “este Governo terá outro tipo de comportamento”. E, portanto, como adota outro comportamento, nós o que esperamos é que, de facto, o Sr. Presidente cumpra, e tenho a certeza absoluta que o fará, porque deu esta informação, veiculou esta orientação aqui, no Parlamento dos Açores. E eu penso que esta notícia, esta orientação política é positiva.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Creio não haver mais inscrições.

Sendo assim, estamos em condições de votar o Projeto de Resolução apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão. As Sras. e Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução foi rejeitado com 29 votos contra do Partido Socialista, 16 votos a favor do PSD, 3 do CDS-PP, 1 do BE, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Faremos agora um intervalo de 30 minutos. Regressamos às 18 horas e 20 minutos.

Eram 17 horas e 52 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

(Pausa)

Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares. Vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 28 minutos.

(Pausa)

Vamos, então, reiniciar os nossos trabalhos.

O ponto 7 da Agenda da reunião é a **Petição n.º 3/2012 - por um justo concurso de professores – apresentada por Maria Raquel Vasconcelos Macedo Paz, na qualidade de primeira subscritora.**

Para a apresentação do relatório, dou a palavra à Sra. Relatora da Comissão dos Assuntos Sociais.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

RELATÓRIO E PARECER SOBRE A PETIÇÃO “POR UM JUSTO CONCURSO DE PROFESSORES”

CAPÍTULO I

No passado dia 14 de fevereiro de 2012, deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma petição intitulada “Por um justo concurso de professores”, que reúne um total de 676 assinaturas. A referida petição é apresentada pela Dr.^a Maria Raquel Vasconcelos Macedo Paz, que se assume como primeira signatária.

Os peticionários dirigem a petição à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a solicitar a supressão do artigo 2.º - *Norma transitória* - da Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Regulamento de concurso do pessoal docente da educação pré-escolar e ensinos básico e secundário”, por considerarem que esta: “atente contra os princípios de justiça e de equidade que devem nortear o concurso” do pessoal docente; viola o estabelecido no articulado da própria Proposta de Decreto Legislativo Regional, designadamente os n.ºs 1 e 2 do artigo 1.º, e o n.º 1 do artigo 13.º; e “viola claramente o princípio geral da relação pública de emprego”.

Solicitam igualmente que, no âmbito da apreciação da Proposta de Decreto Legislativo Regional “Estatuto da Carreira docente dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário da Região Autónoma dos Açores” seja aditado o texto que corresponde aos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 3.º do Estatuto da Carreira Docente atualmente em vigor, no que se refere aos quadros de zona pedagógica. Passar-se-ia assim a dispor que estes quadros só se extinguem quando se extinguir a sua última vaga e a proceder à sua inclusão nos critérios de prioridade dos docentes de quadro de zona pedagógica opositores a concurso interno.

Decorrente do referido aditamento, os peticionários propõem igualmente a inclusão no artigo 9.º da Proposta de Decreto Legislativo Regional “Regulamento do Concurso de pessoal docente da educação pré-escolas e ensinos básico e secundário” a ordenação de prioridades e os critérios de prioridade para os docentes de quadro de zona pedagógica opositores ao concurso interno.

A referida petição foi submetida à Comissão de Assuntos Sociais, por despacho do Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, datado de 14 de fevereiro de 2012, para apreciação, elaboração de relatório e emissão de parecer até 16 de abril de 2012.

CAPÍTULO II

Enquadramento Jurídico

A petição em apreciação enquadra-se no exercício do direito de cidadania constitucionalmente consagrado. Com efeito, a Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de agosto, no seu artigo 52.º com epígrafe “Direito de petição e direito de ação popular” estabelece, que: “todos os cidadãos têm o direito de apresentar, individual ou coletivamente, aos órgãos de soberania, aos órgãos de governo próprio das regiões autónomas ou a quaisquer autoridades petições, representações, reclamações ou queixas para defesa dos seus direitos, da Constituição, das leis ou do interesse geral e, bem assim, o direito de serem informados, em prazo razoável, sobre o resultado da respetiva apreciação.”

As condições para o exercício deste direito de petição encontram-se fixadas na Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, com as alterações que lhe foram introduzidas pelas Leis n.º 6/93, de 1 de Março, Lei n.º 15/2003, de 4 de junho, e Lei n.º 45/2007, de 24 de agosto.

A este propósito importa referir o artigo 14.º da Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, que dispõe: “sem prejuízo do disposto em especial para a Assembleia da República, os órgãos de soberania, de governo próprio das regiões autónomas e das autarquias locais ... organizarão esquemas adequados de receção, tratamento e decisão das petições recebidas.”

Por sua vez a Lei 2/2009, de 12 de janeiro, que aprova o Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores dispõe, no seu artigo 73.º, n.º 4, que “as petições dirigidas à Assembleia Legislativa são apreciadas pelas comissões ou por comissão especialmente constituída para o efeito, que pode ouvir as demais comissões competentes em razão da matéria, bem como solicitar o depoimento de quaisquer cidadãos”.

Os termos pelos quais o direito de petição é exercido perante a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores bem como as condições de admissão e o processo de apreciação encontram-se definidos nos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovado pela Resolução n.º 15/2003/A, de 26 de novembro.

CAPÍTULO III

Apreciação

1. Análise preliminar

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos definidos no artigo 189.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a Comissão de Assuntos Sociais, na sua reunião de 2 de março de 2012, na delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores na cidade de Angra do Heroísmo, procedeu à apreciação da sua admissibilidade, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 190.º do referido Regimento e deliberou, por unanimidade, admiti-la procedendo à identificação do primeiro subscritor assim como do respetivo domicílio.

Na mesma reunião, e no exercício da competência de apreciação da petição pela Comissão prevista no Artigo 191.º do referido Regimento, a Comissão de Assuntos Sociais determinou quais as diligências a desenvolver tendo deliberado, igualmente por unanimidade, proceder à audição da Peticionária e do membro do Governo Regional com competência em matéria de educação.

Reunida novamente a 9 de março de 2012, na delegação da Assembleia na cidade de Ponta Delgada, a Comissão procedeu às referidas audições, à emissão de parecer e à aprovação do respetivo relatório.

2. Audição da Secretária Regional da Educação e Formação:

A Secretária Regional procedeu a um breve enquadramento dos Quadros de Zona Pedagógica (QZP) na Região. Informou que, à semelhança do que acontecia no território continental, nos Açores havia 3 QZP com áreas de abrangência geográfica que correspondiam aos antigos distritos. Referiu que a

intenção expressa de extinção dos referidos quadros remonta a 2007, que desde essa data os cerca de 300 docentes que integravam os QZP têm vindo a ser progressivamente assimilados pelos quadros de escola, sendo que atualmente existem apenas dois docentes nestes quadros (QZP).

Em seu entender, a norma transitória que integra a proposta de Decreto Legislativo Regional - “Regulamento de concurso do pessoal docente da educação pré-escolar e ensinos básico e secundário”, alvo da contestação dos peticionários, consubstancia a única solução viável para por termo a um processo que se arrasta desde 2007. Considerou tratar-se de uma questão de justiça para com docentes com tempo de serviço no sistema educativo regional muito significativo e que, ao longo dos anos, foram opositores a concursos em várias ilhas, sem terem conseguido integrar quadros de escola.

Relembrou que se encontram apenas dois docentes nesta situação, um no QZP de Ponta Delgada e outro no QZP de Angra do Heroísmo, o que inviabiliza a sua colocação por via de um processo concursal.

Seguiu-se um período dedicado a esclarecimentos no qual intervieram os Deputados Zuraida Soares, Lúcio Rodrigues, Paulo Estêvão e Nélia Amaral.

A Deputada Zuraida Soares quis saber como se processou a absorção dos restantes docentes que integravam os QZP da Região e por que razão os dois casos ainda remanescentes não puderam ser absorvidos por essa mesma via.

Numa segunda intervenção questionou se a solução extraordinária proposta pelo Governo Regional não poderá significar que os dois docentes em causa ultrapassem outros docentes mais graduados.

Em resposta às questões colocadas a Secretária Regional informou que a maioria dos docentes que integrava os QZP na Região pertencia ao grupo de História e foram gradualmente integrados nos quadros de escola. Persistiram os dois casos remanescentes até à data que, apesar de anualmente concorrerem às escolas da Região nunca conseguiram colocação em quadros de escola.

Acrescentou que a solução apresentada pelo Governo é a única que permite encerrar este processo, atendendo a que se trata de apenas dois docentes e que com os quadros de escola atuais dificilmente haverá abertura de novas vagas.

Reconheceu que a solução proposta pode implicar a ultrapassagem de docentes com maior graduação profissional e reafirmou que foi a única solução encontrada para resolver a situação de dois docentes com longos anos de serviço no sistema educativo regional.

O Deputado Lúcio Rodrigues referiu a aparente contradição entre a posição assumida pelos peticionários quanto ao n.º 3 do artigo 5.º da proposta de Decreto Legislativo Regional que estabelece o “regulamento de concurso do pessoal docente da educação pré-escolar e ensinos básico e secundário” e a opinião veiculada pelo Sindicato dos Professores da Região Açores que entende que a redação proposta para o n.º 4 do artigo 9.º salvaguarda qualquer eventual abertura excessiva dos quadros das escolas da Região. Perante estas diferentes interpretações solicitou que a Secretária Regional clarificasse a redação proposta para os referidos artigos.

A Secretária Regional afirmou que a redação proposta para o n.º 4 do artigo 9.º diz respeito exclusivamente a quadros de escola, não abrangendo por isso os QZP do sistema educativo nacional ou da Região Autónoma da Madeira.

O Deputado Paulo Estêvão considerou a norma transitória como uma “exceção grave” que prejudica docentes com uma graduação superior. Acrescentou que o critério da graduação na colocação de professores tem funcionado como fator de equidade e de justiça que não deve ser posto em causa.

A Secretária Regional reafirmou tratar-se de uma solução de exceção para uma situação, também ela, excepcional de dois docentes que, apesar de concorrerem anualmente para escolas de diversas ilhas, não conseguiram integrar quadros de escola.

A Deputada Nélia Amaral lembrou que está em causa a extinção de um quadro e solicitou que a Secretária Regional explicitasse qual a forma encontrada para dar resposta a situações semelhantes em anteriores casos de reformulação ou extinção de quadros. Lembrou a recente reformulação da Escola Profissional de Capelas e a extinção das Escolas de Educação Especial que recorreram à colocação dos recursos humanos envolvidos em escolas do mesmo concelho.

A Secretária Regional confirmou que efetivamente assim é. Que tem sido essa a solução adotada noutros casos de reestruturação ou de extinção de quadros e relembrou que, no caso presente, estão envolvidos apenas dois docentes.

3. Audição da primeira subscritora:

A primeira subscritora, Professora Maria Raquel Vasconcelos Macedo Paz, contestou a norma transitória que integra a Proposta de Decreto Legislativo Regional que estabelece o “Regulamento de Concurso do pessoal docente da educação pré-escolar e ensinos básico e secundário” afirmando tratar-se de uma norma “profundamente injusta”, pelo que solicita a sua supressão.

Entende a peticionária que a referida norma viola os n.ºs 1 e 2 do artigo 1.º da referida Proposta de Decreto Legislativo Regional porquanto os docentes que ainda se encontram em QZP são integrados em quadros de escola por via administrativa e não na sequência do processo concursal previsto para recrutamento e seleção do pessoal docente.

Segundo a peticionária é igualmente violado o disposto no n.º 1 do artigo 13.º que impede a ultrapassagem de um concorrente por outro candidato com menor graduação, violando igualmente as prioridades estabelecidas na mesma iniciativa legislativa.

Afirmou que a referida norma transitória viola também o regime geral da contratação da administração pública.

Na sequência desta análise propôs que seja suprimida a norma transitória e que se mantenham os QZP, tal como previsto no Estatuto da Carreira Docente de 2009.

Questionou os motivos que levam o Governo a querer extinguir os QZP afirmando que, dada a descontinuidade territorial da nossa Região, este tipo de quadro, fará mais sentido cá do que em qualquer outra zona do país.

Em seu entender os dois docentes de QZP devem manter-se no referido quadro e afirmou não perceber “porque é que o Governo Regional pretende beneficiar estes docentes” quando todos os outros têm de se submeter a concurso. Referiu que no seu grupo de docência há colegas que efetivaram depois de concorrerem

e cumprirem três anos de serviço em escolas de outras ilhas, longe das suas famílias, e que depois, por afetação, conseguiram aproximar-se da sua residência.

Afirmou não aceitar que, sem que haja vagas efetivas, os docentes em causa sejam colocados por via administrativa e acrescentou que, quando houver vaga, “essas vagas são, por direito para quadros de escola”.

Referiu que, com a aplicação da norma transitória em causa, os docentes de QZP ultrapassam colegas com mais 15 valores de média, o que considerou inaceitável afirmando sentir-se “muito lesada”.

Em seu entender os docentes de QZP têm oportunidade de conquistar, por direito, a prioridade de quadro de escola. Para tal basta que concorram a todas as escolas da Região por um ano, podendo, nesse mesmo ano, concorrer por afetação para a sua ilha de residência. Em alternativa devem manter-se os QZP até que todos os lugares sejam integrados em quadros de escola.

Solicitou também a alteração da redação proposta para o artigo 9.º da Proposta de Decreto Legislativo Regional em análise no sentido de incluir os QZP como prioridade adicional. Em seu entender, uma vez que o n.º 3 do artigo 5.º prevê um processo concursal aberto aos quadros docentes do sistema público de todo o território nacional, este aditamento impõe-se como forma de salvaguardar que os quadros docentes do restante território nacional que concorram para o sistema educativo regional, à falta de uma prioridade específica, sejam considerados no âmbito do artigo 9.º e ultrapassem os docentes que já trabalham na Região.

A peticionária congratulou-se com o número de docentes que subscrevem a petição, assim como com o teor dos pareceres emitidos pelas escolas e pelo Sindicato Democrático de Professores dos Açores.

A finalizar afirmou ter sido sua intenção colocar o problema aos Deputados Regionais de todos os partidos na expectativa de o ver solucionado e pretender que a petição seja votada antes da aprovação da Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Regulamento de concurso do pessoal docente da educação pré-escolar e ensinos básico e secundário”.

Seguiu-se um período destinado a esclarecimentos no qual intervieram os Deputados Catarina Furtado, Paulo Estêvão, Zuraida Soares e Rui Ramos.

A Presidente da Comissão, Deputada Catarina Furtado usou da palavra para esclarecer a peticionária quanto ao enquadramento regimental das Petições e a forma como estas são tratadas na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, clarificando que:

- A apreciação da Petição pela Comissão de Assuntos Sociais fica concluída e relatada de forma a permitir a sua apreciação conjuntamente com a Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Regulamento de concurso do pessoal docente da educação pré-escolar e ensinos básico e secundário”;
- O agendamento das iniciativas para apreciação em Plenário depende exclusivamente da conferência de Líderes;
- As Petições apreciadas em Plenário não são sujeitas a votação;
- Com base na matéria constante da Petição, qualquer Deputado pode exercer o direito de iniciativa, no caso concreto assumir as alterações propostas pelos peticionários.

O Deputado Paulo Estêvão manifestou a sua concordância com as pretensões dos peticionários. Considerou a norma transitória “ilícita” porquanto se traduz num benefício objetivo para os dois docentes em causa. Afirmou que este ano abriu vaga para Biologia na Escola Mouzinho da Silveira, no Corvo. Em seu entender se a docente de Biologia concorresse por um ano para esta escola certamente ficaria no quadro de escola.

A finalizar comprometeu-se levar ao Plenário da Assembleia as alterações à Proposta de Decreto Legislativo Regional em causa, propostas pelos peticionários.

A Deputada Zuraida Soares referiu compreender que possam ser tomadas medidas excepcionais de justiça relativa no sentido de resolver uma situação residual também ela excepcional quando não haja melhor alternativa.

Salvaguardou que o Bloco de Esquerda não tem nenhuma razão para ser a favor nem contra a norma transitória. Considerou que importa sim avaliar qual a melhor forma de solucionar o problema.

Referiu que até à audição da peticionária tinha informação de que não havia solução alternativa e que, não havendo, o Bloco de Esquerda aceitaria uma medida extraordinária para resolver uma situação também ela extraordinária. No entanto, e atendendo a que a peticionária apresenta uma solução alternativa, a posição do Bloco de Esquerda altera-se.

O Deputado Rui Ramos usou da palavra para afirmar que o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata procurará encontrar uma solução para a situação colocada pelos peticionários de forma que não crie injustiças, quer seja a apresentada na petição ou outra.

Outros pareceres:

Apesar de não terem sido ouvidos sobre a petição em análise, os sindicatos representativos do pessoal docente, por iniciativa própria, pronunciaram-se sobre a mesma.

Assim, os referidos pareceres são também incluídos no presente relatório.

4. Parecer do Sindicato Democrático dos Professores dos Açores (SDP):

O SDP rejeita a norma transitória proposta pelo Governo no âmbito da Proposta de Decreto Legislativo regional “Regulamento de Concurso do pessoal docente da educação pré-escolas e ensinos básico e secundário”, à semelhança da posição anteriormente assumida relativamente à adoção de uma norma idêntica aquando da reestruturação da Escola Profissional das Capelas. Na opinião do SDP trata-se de uma norma desrespeitadora dos direitos dos restantes docentes. Em alternativa o sindicato defende que os docentes que ainda se encontram em quadros de zona pedagógica sejam integrados em quadros de ilha que visem visa dar resposta a necessidades transitórias das escolas.

5. Parecer do Sindicato dos Professores da Região Açores:

O Presidente do sindicato afirmou que foi iniciativa do SPRA, ainda com a anterior titular da educação, propor que os quatro docentes que à data se

encontravam em QZP fossem integrados em quadros de escola através de uma norma transitória.

Acrescentou que atualmente existem apenas dois docentes em QZP (um educador de infância, no QZP da Terceira, e um docente de Biologia, no QZP de São Miguel). Afirmou que estes docentes são obrigados a concorrer, em concurso interno, a todas as escolas do seu QZP, sob pena de exoneração.

Clarificou que a solução apresentada pelo Governo Regional não foi proposta pelo sindicato mas considerou tratar-se da alternativa mais simples e talvez a única com viabilidade.

Considerou que a única outra solução seria criar um concurso interno para cada grupo de recrutamento dos docentes em causa, mas considerou tratar-se de uma solução inexecutável.

Concluiu reafirmando que o SPRA é responsável por propor à tutela a solução desta situação e que não considera que os docentes em causa estejam a ser beneficiados uma vez que só se encontram na situação atual porque, ao longo dos anos, não houve vaga para os colocar em quadros de escola.

CAPÍTULO IV

Parecer

Tendo em conta as pretensões dos peticionários assim como o teor das audições efetuada pela Comissão, a Comissão deliberou, por unanimidade, emitir o seguinte parecer:

1. A petição objeto de análise pelo presente relatório cumpre com os requisitos definidos para o exercício do direito de petição no âmbito do artigo 189.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em conjugação com o disposto no artigo 6.º da Lei 43/90, de 10 de Agosto.

2. A Petição reúne um total de 676 assinaturas e encontra-se em condições de ser apreciada em reunião plenária da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos regimentais aplicáveis.

3. Do presente relatório deve ser dado conhecimento aos subscritores e à Secretaria Regional da Educação e Formação.

Ponta Delgada, 9 de Março de 2012

A Relatora, *Nélia Amaral*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

A Presidente, *Catarina Furtado*

Presidente: Obrigada, Sra. Relatora.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Judite Parreira.

Deputada Judite Parreira (PSD): Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhores Membros do Governo:

Atendendo a que a proposta de Decreto Legislativo Regional “Regulamento de Concurso do Pessoal Docente da Educação Pré- escolar e Ensinos Básico e Secundário” contra o qual esta petição foi apresentada, foi aprovada nesta Assembleia a 22 de março de 2012, tornando inútil o objeto da mesma petição, resta-nos, apenas, apreciar a norma que permitiu que dois docentes fossem integrados nos quadros das escolas onde se encontravam em exercício de funções, nomeadamente em Ponta Delgada e Angra do Heroísmo, ultrapassando na ocupação desses lugares, colegas com classificação profissional superior, fora de qualquer procedimento concursal e por via puramente administrativa, contrariando até o estipulado no nº 1 do artigo 13º do supra citado DLR nº39/2011.

Muito embora o PSD/Açores se congratule com o facto de os referidos dois docentes terem, finalmente, visto a sua situação profissional solucionada, não pode deixar de anotar a injustiça e o favorecimento que esta norma transitória criou.

Não podemos esquecer todos os professores com graduação profissional superior (e eu lembro aqui que, num dos casos concretos, a diferença era de 15 valores, correspondentes a 15 anos de serviço, o que é muito),...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... que pertencendo a quadros de escola de outras ilhas e de outras unidades orgânicas, se viram impossibilitados de integrar os quadros daquelas escolas, aproximando-se das suas residências e das suas famílias. Estes professores foram claramente prejudicados na sua vida pessoal e profissional por uma norma que fere os princípios da justiça, da equidade e da transparência a que **qualquer concurso público deve estar sujeito.**

Não podemos esquecer todos os professores que, para poderem integrar os quadros de escola da região, tiveram de se sujeitar a concorrer, então por três anos, agora por quatro anos, para escolas fora das suas ilhas, onde, muitas vezes, permaneceram e permanecem vários anos, por não abrirem vagas nos quadros das escolas da sua área de residência e/ou pela inexistência de vagas de afetação por prioridade, com os sacrifícios pessoais que daí advém.

O PSD/Açores relembra que o que está em causa não é o facto de estarem envolvidos apenas dois docentes (eu estou a utilizar a expressão da Sra. Secretária da Educação de então, conforme consta aqui do relatório da comissão), mas sim da situação de exceção de que beneficiaram, sem que existissem vagas efetivas naquelas ilhas.

A preocupação do Governo Regional em resolver a situação profissional dos dois docentes é notável, no entanto, o que o governo não pode esquecer é que abrindo um precedente para resolver problemas e situações pontuais, está a criar uma situação de desigualdade de oportunidades, lesando profissionais dedicados cujo **erro** foi sair da sua zona de conforto e concorrer para as vagas de quadro de escola existentes nas nove ilhas dos Açores,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem, Sra. Deputada!

A Oradora: ... contribuindo para a estabilidade e valorização dos quadros de escola.

Assim, o PSD/Açores compreende e dá razão aos peticionários e peticionárias e alerta para a necessidade de uma maior transparência e justiça em regulamentos de concursos públicos a fim de se evitarem constrangimentos que situações desta natureza sempre acarretam.

Disse.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos do Deputado Paulo Estêvão e dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isso é que é um tal puxar pela bancada laranja!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Continuam abertas as inscrições.

(Pausa)

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Penso que já não há mais inscrições para o debate desta petição.

Não havendo, então, passamos para...

Sra. Deputada Zuraída Soares, tem a palavra.

(*) Deputada Zuraída Soares (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Obrigatoriamente, tenho que saudar os 676 peticionários e peticionárias que pediram a intervenção desta Casa no sentido de assegurar um justo concurso de professores. Mas, simultaneamente, enquanto deputada desta Casa, tenho que lhes pedir desculpa – sinto-me nessa obrigação –, não só pelo óbvio atraso na apreciação desta petição, apresentada, nesta Casa, em fevereiro de 2012, antes da alteração do regulamento do concurso de professores que, em março, viria a esta Casa para debate e aprovação, mas também pela nossa impotência – e quando digo nossa digo do então Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, que, na votação deste regulamento, votou contra o artigo 2º, chamada “Norma transitória”, por concordar em absoluto com as razões apresentadas por estes peticionários e peticionárias –, e dizer que me sinto envergonhada também pela nossa impotência, em impedir a injustiça e o favorecimento inegável, patente no

artigo 2º, “Norma transitória”, do Regulamento de Concurso de Pessoal Docente de Educação Pré-escolar e Ensinos Básico e Secundário.

Quero acrescentar que, na realidade, às vezes, a vida tem destas coisas: o mal de uns é o bem de outros e vice-versa. Agora, aquilo que eu acho que é inaceitável (e digo agora porque tive a oportunidade de o dizer na altura em que este regulamento esteve aqui em debate) é que um documento do Governo Regional que regula (e o deveria fazer com toda a equidade, transparência, isenção e não favorecimento), no fundo, a vida de todos os docentes desta região, contenha este tipo de norma. No nosso entendimento, já na altura, em março de 2012, e hoje não alterámos em nada essa perspetiva, nada honra este documento e me obriga a reconhecer que estes peticionários tinham toda a razão e esta Casa não foi capaz de contrariar a injustiça evidente então identificada.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições para o debate sobre esta petição.

(Pausa)

Sra. Deputada Catarina Furtado, tem a palavra.

(*) Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já aqui, antes de mim, houve duas intervenções sobre este assunto. Eu começaria, como habitual nessas ocasiões, por felicitar a peticionária e os demais peticionários, não só pelo exercício de democracia, mas também pela forma estruturada e atempada como apresentaram a petição a esta Casa, o que permitiu que os deputados de grupos parlamentares, como disse, há pouco, a Sra. Deputada Zuraida Soares, convertessem a intenção e o objeto principal da petição numa proposta de alteração ou, então, em discussão do Decreto Legislativo Regional que regulamenta o concurso do pessoal docente.

É verdade que foi uma forma legítima e eu acho que é importante que as petições possam ter um produto final concreto, e foi o caso desta, mas também,

com a mesma legitimidade democrática, a maioria desta Casa, na antiga legislatura, e que é a maioria atual também, com outros rostos (alguns), entende que devia manter a proposta original do Governo e rejeitar a proposta de alteração. E aqui é que é importante clarificar o porquê de o fazer.

Já foi aqui dito, antes de mim, que se tratava de uma situação de injustiça. Eu não posso dizer que não é uma questão de injustiça, posso dizer, sim, que talvez não tenha sido a solução mais adequada, mas, para que se perceba o porquê dessa solução, é preciso fazer aqui uma clarificação que não foi feita por nenhuma das Sras. Deputadas que falou antes de mim.

Esta questão da “Norma transitória” e da integração em quadros de escola de professores de quadro de zona pedagógica não foi inédita. A Sra. Deputada Judite Parreira disse que abria um precedente. Não, não abria um precedente, porque já tinha sido feito algo semelhante. Foi feito algo semelhante quando aconteceu a extinção da então Escola de Ensino Especial dos Açores e foi feita a mesma coisa quando houve a reestruturação da Escola Profissional das Capelas.

Portanto, este processo dos quadros de zona pedagógica foi uma questão que foi extinta em 2007 e, na altura, quando foi extinta, estavam afetos aos quadros de zona pedagógica cerca de 300 docentes.

A Sra. Deputada também disse que não era importante frisar o número. O número, de facto, quando se trata de uma injustiça, é sempre irrelevante, mas é importante que se perceba o contexto dessa norma e o contexto do porquê da aprovação por parte do Partido Socialista.

Portanto, não foi um precedente. Quando foram extintos os quadros de zona pedagógica, em 2007, havia 300, que, paulatinamente, ao longo de cinco anos, foram sendo integrados nos quadros de escola. No entanto, em 2012, havia essa quantidade residual e era preciso resolver uma questão dos quadros de zona pedagógica que ainda estava pendente.

Outra coisa, e essa foi a solução escolhida, conscientes, como disse a Sra. Secretária, que provavelmente não era a melhor solução, mas que era a possível e era, de todas, a melhor.

Há aqui também que dizer, só para clarificar, quando a Sra. Deputada Judite Parreira refere que os outros docentes andam pelas ilhas todas, que os quadros de zona pedagógica não se referem a zonas de conforto de uma ilha só, Sra. Deputada. Os quadros de zona pedagógica abrangem desde duas ilhas até quatro ilhas.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Deputada Judite Parreira (PSD): Por isso mesmo!

A Oradora: Esses docentes dos quadros de zona pedagógica são também obrigados a concorrer a todas as escolas dos seus quadros de zona pedagógica, coisa que vinham fazendo e que, ao longo do tempo, foram fazendo.

Portanto, só para clarificar, para quem nos ouve e para ficar registado, que não é assim tão linear nem tão grande a injustiça.

Não foi a melhor solução, foi a possível, tem um historial.

Para além disso, nenhuma das Sras. Deputadas frisou o facto de esta solução, não sendo a ideal, ter sido proposta por uma das forças sindicais que representa os docentes nesta região.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente!

A Oradora: Se a senhora ouvir, no relatório da comissão, vai ver que, no parecer do Sindicato de Professores da Região Açores, é o próprio sindicato que diz que “foi iniciativa do próprio SPRA, com a anterior titular da Educação [na altura, a Dra. Lina Mendes] que sugeriu essa solução aquando das consultas para a alteração do regulamento”.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É verdade!

A Oradora: Portanto, nós julgamos que se as forças sindicais são para defender os interesses da classe que representam, não são as forças sindicais que vão propor injustiças e enormidades, como a Sras. Deputadas, sobretudo a Sra. Deputada Judite Parreira, quiseram aqui fazer parecer.

Deputado Costa Pereira (PSD): Ouça a opinião do outro Sindicato!

A Oradora: Para além disso, deixem-me clarificar e esclarecer que, ainda relativamente a isso, nós, de facto, aqui rejeitámos a proposta de alteração subscrita por toda a oposição. O Decreto Legislativo Regional foi aprovado

nesta Casa, foi assinado pelo Representante da República. Não houve qualquer reparo por parte do Sr. Representante da República a esse Decreto Legislativo Regional. Eu julgo que isso quererá dizer alguma coisa relativamente ao conteúdo formal e substancial da “Norma transitória”.

Nós sabemos também que, após a aprovação e após a publicação do Decreto Legislativo Regional, foi interposta uma providência cautelar por parte de uma das peticionárias. A providência cautelar não teve provimento e ainda decorre o prazo em que a peticionária pode recorrer a outras instâncias. No entanto, até à data desta discussão aqui, em Plenário, não foi dada entrada de qualquer outro tipo de ação.

Portanto, as coisas quando têm que ser feitas, e sobretudo as petições, porque as petições tratam-se de iniciativas dos cidadãos, têm que ser esclarecidas, têm que ser analisadas de uma forma equidistante, com equidade e com justiça, para que sejam perceptíveis para quem nos ouve e para quem a nós recorre de quais são os trâmites que as suas iniciativas têm aqui, nesta Casa.

Portanto, eu creio que, relativamente a este assunto, está explicado, está dado o devido realce e destaque à iniciativa que agora decorre o seu devido percurso.

Obrigada, Sra. Presidente.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Zuraída Soares, pede a palavra para?

Deputada Zuraída Soares (BE): Para uma interpelação à Mesa, Sra. Presidente.

Presidente: Diga, Sra. Deputada. Tem três minutos.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Com todo o apreço que eu tenho pela Sra. Deputada Catarina Furtado, não posso deixar de registar, Sra. Presidente, que não faz parte da praxe, na apreciação de uma petição e nos dez minutos que regimentalmente nos são concedidos, comentar intervenções de outros deputados desta Casa que não têm possibilidade de resposta.

E, portanto, Sra. Presidente, eu queria protestar relativamente a este tipo de apreciação de uma petição,...

Deputado Berto Messias (PS): Oh, Sra. Deputada!

A Oradora: ... que suscita, e bem, o diálogo, o contraditório e o debate com a Sra. Deputada Catarina Furtado, mas que, de acordo com as normas que estão impostas, não podemos fazer.

E, portanto, era isso que queria dizer.

Deputado Berto Messias (PS): A senhora fez uma interpelação ou um protesto?!

Deputada Zuraida Soares (BE): Eu fiz uma interpelação à Mesa!

Presidente: Srs. Deputados!

Sra. Deputada Zuraida, fez interpelação à Mesa,...

Deputado Berto Messias (PS): Isto não foi uma interpelação, foi um protesto!

Presidente: ... registamos, no entanto, a Mesa avaliou a intervenção da Sra. Deputada Catarina Furtado e parece-me que, no fundo, tentou apenas, também ela, fazer a sua avaliação daquilo que constava da petição, sobre a questão da justiça ou não do concurso.

De qualquer forma, fica registado aqui o seu protesto.

Sra. Deputada Catarina Furtado, pede a palavra para?

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Para um protesto, Sra. Presidente.

Presidente: A Sra. Deputada Zuraida Soares usou a figura da interpelação que, no fundo, tem a ver com a decisão da Mesa de ter permitido a Sra. Deputada Catarina Furtado usar da palavra naqueles termos.

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Srs. Deputados, vamos esclarecer...

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Srs. Deputados, penso que ficou esclarecida a posição da Mesa sobre esta matéria.

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Srs. Deputados, peço a vossa atenção.

Sra. Deputada Catarina Furtado, pede a palavra para um protesto. Tem três minutos.

Deputado Berto Messias (PS): Não fez uma interpelação, foi um protesto! É a artimanha regimental que costuma usar!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Artimanha?! Mas o que é isto?

Deputado Berto Messias (PS): Sim, é artimanha habitual!

(*) Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados,...

Deputada Zuraida Soares (BE): Protestar porquê? Eu não protestei, eu interpelei a Mesa. A Sra. Deputada protesta porquê? Contra a Mesa? Não contra mim!

Presidente: Sra. Deputada, permita à Mesa tomar as suas decisões.

A Oradora: Eu protesto pela forma como a Sra. Deputada Zuraida Soares ajuizou a minha intervenção sobre essa petição. É apenas nessa figura que eu vou usar a figura do protesto.

A Sra. Deputada partiu do princípio que a minha...

Deputada Zuraida Soares (BE): Eu não fiz um protesto!

Presidente: Sra. Deputada Catarina Furtado, faça o favor de continuar.

A Oradora: ... (agora estou eu a ajuizar o juízo dela, evidentemente) intervenção se baseou nas intervenções anteriores. Eu tinha estruturado a minha intervenção exatamente da mesma forma, exatamente para tocar nos pontos todos que toquei.

Deputado Berto Messias (PS): De forma legítima!

A Oradora: Eu queria, precisamente, falar naquilo tudo, a forma como os mesmos pontos que eu acho que foram importantes abordar nesta petição, neste

caso específico. Foi exatamente por isso que eu usei quem já me tinha antedito. E, Sra. Presidente, não foi, de todo, uma quebra de praxe. Nós sabemos que sempre que falam em petição, quando os Srs. Deputados falam uns atrás dos outros, não é à toa que é sempre uma certa provocação...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Mais uma razão!

A Oradora: ... para que se fale nas petições para as inscrições.

Portanto, eu julgo que aqui ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Eu, pecador, me confesso!

A Oradora: ... não foi uma quebra de praxe, mas também não posso deixar de fazer um protesto contra a forma como a Sra. Deputada Zuraida Soares ajuizou a minha intervenção.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Zuraida Soares, quer usar a figura do contra protesto?

Tem dois minutos para o fazer.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Presidente:

Eu não usei nenhum protesto, eu interpelei a Mesa, volto a referir, e, portanto, não vejo razão nenhuma nem para a Sra. Deputada protestar, nem para eu contra protestar. Eu dei à Sra. Presidente da Assembleia o sentido da minha apreciação e da minha crítica à forma como a apreciação da petição em causa...

Deputado Berto Messias (PS): Mas isso não se faz dessa maneira!

A Oradora: ... foi feita, não no conteúdo, pela Sra. Deputada Catarina Furtado, mas nas tais provocações, aliás, que a Sra. Deputada agora acabou de referir,...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Não, não! Não foram provocações!

A Oradora: ... aos deputados, no caso, às deputadas que a antecederam. E eu falei com a Mesa, com a Sra. Presidente da Assembleia Legislativa, e, portanto, não tenho que contra protestar.

Muito obrigada.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Eu não falei em provocações!
Desculpe lá!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Nuno Melo Alves.

(*) **Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, espero que o que eu vou dizer também não seja considerado contra a praxe desta Casa e goze da mesma latitude que intervenções anteriores gozaram na apreciação dos dados e dos factos constantes e que ocorreram nos assuntos que estão aqui envolvidos nesta petição.

Em primeiro lugar, saudar e felicitar os peticionários...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... pela intervenção que fizeram, oportuna, e sobre uma matéria que, de facto, é delicada, e é delicada na medida em que se trata, efetivamente, de se fazer uma medida de exceção para resolver um assunto específico, mas uma medida de exceção que, como foi referido, foi usada em três ocasiões diferentes. E a questão passa por ser mesmo essa: uma medida de exceção três vezes repetida, já não é propriamente uma medida de exceção, acaba por ser uma medida que não está devidamente contemplada, se calhar, na legislação dos concursos.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Em 16 anos?

O Orador: Em 16 anos. Mas foram três vezes.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Não é exceção! Desde que eu me lembro!

O Orador: Foram 16 anos, que é a vigência do Governo Regional do Partido Socialista, ao fim e ao cabo.

Portanto, é lamentável que esta injustiça tenha sido feita independentemente da justeza da aplicação de medidas de exceção às pessoas visadas e que foram por elas beneficiadas, e é lamentável porque, efetivamente, e independentemente das posições que o CDS-PP possa ter tido na anterior legislatura em relação a esta matéria (porque nós também podemos fazer, não é só o Governo Regional,

podemos dizer que só a partir do dia 6, no meu caso especial, no dia 7 de novembro de 2012, é que conta e o resto é só ruído), o facto é que a mesma veio, efetivamente, prejudicar a normalidade dos concursos no âmbito de uma legislação que foi aqui defendida noutros Plenários, noutros anos, pelo Governo e pelo Partido Socialista como sendo uma legislação adequada, justa e correta para regradar precisamente os concursos e a colocação de professores.

E os factos aqui relatados o que vêm comprovar é que efetivamente a lei é justa, é correta na ótica do Governo e do Partido Socialista, mas quando é preciso torneá-la e encontrar soluções de exceção, também não há problema nenhum em que isso seja feito. E se, de facto, não houve reparos pela aprovação da “Norma transitória” da parte do Sr. Representante do Presidente da República, isso só quer dizer que o Sr. Representante respeitou, efetivamente, o estatuto, respeitou, efetivamente, os órgãos de autonomia, respeitou, efetivamente, as competências da autonomia e ainda bem que assim foi, porque esta matéria é claramente competência da autonomia. Se não fosse, se calhar, aí, então, o Sr. Representante do Presidente da República deveria ter-se pronunciado e deveria ter intervindo, mas não é o caso.

Portanto, esta matéria, de facto, constituiu uma exceção, uma má solução para uma exceção, mas nós estamos tranquilos e estamos tranquilos por uma razão, porque aqui, há pouco mais de talvez uma hora, ouvimos dizer que agora as coisas mudaram e que agora há novos critérios de justiça, de equidade, de oportunidade, de transparência dos concursos na área das empresas, portanto, que este Governo Regional vai ter esta postura. Assim, deduzimos, assumimos e louvamos o facto de essa postura também ser alargada aos outros concursos, não só os que envolvam empresas ou entidades e adjudicação que envolva compras, aquisições ou prestações de serviços ou protocolos. Que seja alargada a todas as áreas de intervenção. Felicitamos esse facto mais uma vez e agradamos que assuntos desses não voltarão a esta Casa.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É a segunda petição que analisamos...

Deputado Rogério Veiros (PS): Olhe o microfone!

O Orador: Muito obrigado.

(Risos do Deputado Aníbal Pires)

O Orador: Não é necessário, não é necessário!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Olha o Sindicato!

(Risos do Deputado Aníbal Pires)

O Orador: ... nesta sessão...

(Apartes inaudíveis do Deputado Artur Lima)

(Risos do Deputado Aníbal Pires)

O Orador: ... e qualquer delas tem uma particularidade.

A primeira, eu tive a oportunidade de a referir. A movimentação popular, a iniciativa dos peticionários, no caso da Alameda dos Plátanos, acabou por contrariar uma decisão tomada pelo anterior Governo Regional e, portanto, provando que, de facto, a iniciativa popular é fundamental para intervir na vida política da nossa região e do nosso país.

Esta petição que estamos agora a analisar, e eu gostaria também de saudar os peticionários, até porque são num número considerável, mas independentemente disso, apenas que fosse um (já temos avaliado ou analisado aqui petições com apenas um peticionário), e de saudar esta iniciativa, e saudá-la não só pelo exercício, pelo direito de petição, mas sobretudo pelo *timing* em que ela foi apresentada. É que, de facto, foi num momento em que possibilitou

que os partidos políticos (no caso da oposição) se pudessem ter apropriado da pretensão dos peticionários e terem aqui subscrito uma proposta de alteração ao regulamento dos concursos.

Portanto, teve, de facto, esse efeito e por isso é que estas duas petições são interessantes. Por vezes discutimos petições que depois não têm nenhuma consequência. É evidente que esta teve uma consequência que foi a apropriação por parte dos partidos da oposição. A maioria rejeitou essa pretensão dos peticionários, que foi apropriada pelos partidos políticos da oposição, mas, efetivamente, era importante referir este facto, a oportunidade, o *timing* da petição.

E a verdade é que o que aconteceu, de facto, foi que a maioria, com a legitimidade que tem de maioria, rejeitou essa pretensão e a “Norma transitória” foi introduzida e acabou por resultar no prejuízo de alguém, como, aliás, acontece quando são introduzidas normas transitórias, quer no regulamento do concurso do pessoal docente, quer ao nível de outros regulamentos.

Para finalizar, saudar de novo esta petição e a oportunidade que ela teve.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu, na intervenção que vou realizar, não vou fazer nenhuma referência, como é o meu hábito, às...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Não nos desiluda!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Como hábito, tem de fazer!

Deputado Berto Messias (PS): Como é seu hábito, corrijo!

O Orador: ... intervenções que me antecederam, mas devo dizer o seguinte. Para que os Srs. Deputados percebam e os açorianos que me estão a ouvir, eu vou dar um exemplo concreto.

Esta questão, esta petição, beneficiou objetivamente dois professores. A situação é mais ou menos esta. Os Srs. Deputados, na vossa profissão, têm, com

certeza, também as vossas colocações e um conjunto de prioridades do ponto de vista profissional. Imaginem que alguém com menos de quinze anos de serviço do que os senhores, de repente, vos passa à frente. Os senhores fariam também uma petição no sentido de não virem a ser prejudicados. É absolutamente justo o que os peticionários aqui fizeram! Esta norma, objetivamente, faz com que estes docentes passem à frente, mesmo com menos quinze anos de serviço do que eu. Isto é uma injustiça tremenda!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não se esqueça dos argumentos todos! Não se esqueça dos dados todos!

O Orador: Nós chamámos à atenção, porque estava no quadro de zona e, portanto, foi criada porque...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não se esqueça dos quadros de zona! Não se esqueça dos dados todos!

O Orador: Sr. Deputado, deixe-me terminar.

Portanto, isto é de uma injustiça tremenda!

Que tenha sido como foi, o próprio sindicato disse: “Isto foi uma ideia nossa”. Bom, isto foi uma triste ideia, uma ideia negativa, foi uma ideia que acabou por prejudicar docentes que tinham uma classificação profissional superior e os senhores dizem: “Bom, mas aqueles docentes que estavam no quadro de zona nunca mais ficariam no quadro e, portanto, o quadro de zona tinha que se manter eternamente”. Não é verdade! Eu próprio, conforme refere o relatório, disse o seguinte: “Este ano abriu uma vaga de biologia [que era uma das vagas em questão] na Escola Mouzinho da Silveira, na ilha do Corvo”. Este ano abriu. Então, o que é que aconteceu? Se não se criasse esta “Norma transitória”, este docente que passou à frente dos outros todos, que passou à frente de gente com classificação profissional muito superior, com muito mais antiguidade na carreira, não o teria feito. Mas teria ficado no quadro? Tinha oportunidade de ficar no quadro de escola? Tinha! Onde? No Corvo, na ilha do Corvo. Não ficaria na Terceira ou em São Miguel, mas ficaria na ilha do Corvo e, portanto,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Oh, Sr. Deputado, o problema foi bem mais complexo do que esse!

O Orador: ... o que significaria para este docente, se querem que vos diga,...

(Oh, Sr. Deputado, deixe-me terminar!)

... uma enorme vantagem. Eu até acho que o docente perdeu uma oportunidade de poder ficar no quadro de escola da escola do Corvo. Mas o que acabou por acontecer, o efeito concreto é que podia ter ficado no quadro de uma outra escola e acabou por passar à frente de outros colegas.

E, portanto, senhores, o que aqui temos que referenciar é o seguinte. Trata-se ou não de uma norma, de uma legislação absolutamente imoral? Trata-se! Isto não pode voltar a acontecer! Não pode voltar a acontecer! Não se pode criar, ainda por cima, como estamos a falar de um universo tão pequeno, como estamos a falar apenas de dois docentes, isto é uma legislação dirigida, é uma legislação que foi feita para duas pessoas, para dois casos concretos. Foi legislado de uma forma objetiva, foi legislado para o Zé e a Susana e, portanto, estes dois docentes beneficiaram desta situação e o Parlamento dos Açores não evitou isso.

Mas se querem que vos diga, e posso dizer aos peticionários, eu estou de consciência tranquila, porque eu tentei alterar e impedir que esta legislação e que alguém passasse à frente dos outros de uma forma injusta, podendo ficar no quadro à mesma. Tentei impedir. Nós, alguns partidos da oposição, propusemos esta alteração, propusemos que esta “Norma transitória” não fosse executada, apesar de, na altura, já se saber que não era necessária, porque o quadro existia, o lugar do quadro existia e, mesmo assim, o Governo e, neste caso, o Partido Socialista insistiram em aprovar uma legislação que na prática permitiu que uma pessoa com menos quinze anos de serviço passasse à frente dos outros colegas todos.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O senhor está a esquecer-se de alguns dados!

O Orador: E digo-vos uma coisa: neste momento, o número de vagas é cada vez mais limitado, os concursos já só se realizam de quatro em quatro anos, isto significa prejudicar gravemente as expectativas e a vida profissional de outros

docentes. Significa que aquele docente terá que estar mais sete ou oito anos para ficar naquela ilha onde quer ficar, onde tem a família, onde tem os filhos! E, portanto, prejudicou gravemente o interesse, e o interesse, neste caso, absolutamente legítimo de um docente que estava à frente, que tinha mais tempo de serviço. Foi esta a questão.

Na minha perspetiva, a aprovação desta legislação significou claramente um erro por parte do Governo Regional e uma má decisão por parte do Partido Socialista, e era bom que, nesta Casa, se tivesse verificado, depois de olharmos para as possibilidades de colocação que estes docentes tiveram, analisado e chegado a esta conclusão. De facto, esta decisão não era necessária, prejudicou, foi injusta e foi imoral. Foi isto que aconteceu.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passamos agora para o ponto...

Sr. Deputado Artur Lima, pede a palavra para?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Uma interpelação à Mesa para solicitar um intervalo regimental de trinta minutos.

Presidente: É regimental.

Eu pedia apenas aos líderes que se aproximassem da Mesa.

(Pausa)

O intervalo é regimental, e considerando a hora e a Conferência de Líderes, dou por encerrados os trabalhos de hoje.

Uma boa noite a todos. Regressamos amanhã às 10 horas.

(Eram 19 horas e 12 minutos)

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo **Amaral** Reis

Cláudio José Gomes **Lopes**

Jorge Manuel de Almada **Macedo**

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de **Lima**

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS)

Cláudia Alexandra Coelho **Cardoso** Meneses da Costa

Partido Social Democrata (PSD)

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

(*) Texto não revisto pelo/a orador/a

A redatora: *Sónia Isabel Maciel Nunes*

